



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

A DESIGNAÇÃO DAS LÍNGUAS E SUA DISTRIBUIÇÃO PARA FALANTES
NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL - PARAGUAI - ARGENTINA



Universidade Federal de São Carlos

Amanda Castilho Azzali

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

A DESIGNAÇÃO DAS LÍNGAS E SUA DISTRIBUIÇÃO PARA FALANTES NA
TRÍPLICE FONTEIRA BRASIL - PARAGUAI - ARGENTINA

AMANDA CASTILHO AZZALI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Carolina de Paula Machado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Amanda Castilho Azzali, realizada em 26/02/2019:

Carolina de Paula Machado

Profa. Dra. Carolina de Paula Machado
UFSCar

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães
UNICAMP

André Stefferson Martins Stahlhauer

Prof. Dr. André Stefferson Martins Stahlhauer
Uni-Jena

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) André Stefferson Martins Stahlhauer e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à toda minha família, sobretudo à minha mãe, que sempre acreditou em mim. À Hilda, minha avó e professora que me ensinou a ler e escrever.

Ao meu avô Antônio, sempre minha inspiração. Nossa conexão é eterna.

Ao meu pequeno grande irmão, Guilherme.

Ao Marcelo, meu companheiro, pelo apoio incondicional, por entender minhas ausências.

Ao meu pai, pelas viagens à Foz do Iguaçu. Sem essas experiências, jamais teria pensado nesse projeto.

À professora Carolina, pela orientação, confiança e paciência.

Aos colegas membros do grupo de pesquisa UEHPOSOL/UFSCar (Unidade de Pesquisa de Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem) e à professora Soila, nossas discussões foram essenciais para meu amadurecimento nessa jornada.

Aos professores do Departamento de Letras e do PPGL, assim como os que me acompanharam desde a graduação no curso de Letras.

À Vanessa, secretária do PPGL, sempre disposta e atenciosa.

Ao professor Eduardo Guimarães, pela participação e enorme contribuição na banca de qualificação e defesa. Ao professor André Stahlhauer, também participante das bancas, pela instrução, comentários e amizade desde a graduação.

Aos amigos Nicolle, Felipe, Denise, Lorene, sempre presentes, cada um à sua maneira. Também à Helô (e menciono mais uma vez a Nicolle) pelas estadias em São Carlos.

Não poderia deixar de lembrar de todos os participantes das entrevistas, que fizeram este trabalho possível.

Enfim, meu muito obrigada a todos.

RESUMO

Nesta pesquisa, buscamos compreender a distribuição das línguas no espaço enunciativo da região fronteira de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. Esse trabalho, por se inserir no interior de uma Semântica da Enunciação, objetiva tratar da relação entre línguas como uma relação política que se dá pelo modo como os falantes designam as línguas que falam. Portanto, observaremos essa questão sob uma perspectiva política, histórica e social da linguagem. A partir de nossas análises observamos em que medida a distribuição de línguas nesse espaço – línguas oficiais dos Estados que fazem fronteira, os falares decorrentes da relação linguística, como o portunhol e o jopara, ou as de imigrantes - se relaciona com o fato de as pessoas falarem e ouvirem determinada língua no seu cotidiano, o que autoriza o sujeito a falar em uma ou outra língua para assim compreender o que cada língua designa e como elas constituem os falantes. Utilizamos como *corpus* respostas de uma entrevista elaborada para esta pesquisa e anúncios encontrados em ambientes públicos para observar o funcionamento e a distribuição das línguas e, também, para compreender como se constituem, nas cenas enunciativas, os sentidos que designam as línguas neste espaço de enunciação, como espaço político. Os resultados de nossas análises nos mostram, pelos procedimentos que os falantes locutores operam na organização do texto no acontecimento da enunciação, como a reescrituração e articulação, que o falante da fronteira ou falante de um espaço fronteiro funciona como uma figura política que se mobiliza em várias línguas e, ao enunciar, ele se significa dividido pelas línguas e se posiciona ao se identificar com as condições sócio-históricas nas quais ele está inscrito.

Palavras - chave: político, enunciação, Foz do Iguaçu, fronteira, línguas

RESÚMEN

En esta investigación, buscamos comprender la distribución de las lenguas en el espacio enunciativo de la región fronteriza de Foz do Iguçu, en el estado de Paraná. Este trabajo, por insertarse en el interior de una Semántica de la Enunciación, tiene como objetivo tratar de la relación entre lenguas como una relación política que se da por la forma en que los hablantes designan las lenguas que hablan. Por lo tanto, observaremos esta cuestión desde una perspectiva política, histórica y social del lenguaje. A partir de nuestros análisis observamos en qué medida la distribución de lenguas en ese espacio - lenguas oficiales de los Estados que hacen frontera, los hablantes derivados de la relación lingüística, como el portunhol y el jopara, o las de inmigrantes - se relaciona con el hecho de que las personas hablan y oyen cierta lengua en su cotidiano, lo que autoriza al sujeto a hablar en una u otra lengua para así comprender lo que cada lengua designa y cómo ellas constituyen los hablantes. Utilizamos como corpus respuestas de una entrevista elaborada para esta investigación y anuncios encontrados en ambientes públicos para observar el funcionamiento y la distribución de las lenguas y también para comprender cómo se constituyen en las escenas enunciativas los sentidos que designan las lenguas en este espacio de enunciación como espacio político. Los resultados de nuestros análisis nos muestran, por los procedimientos que los hablantes locutores operan en la organización del texto en el acontecimiento de la enunciación, como la reescritura y articulación, que el hablante de la frontera o hablante de un espacio fronterizo funciona como una figura política que se moviliza en varias lenguas y, al enunciar, él se significa dividido por las lenguas y se posiciona al identificarse con las condiciones socio-históricas en las que está inscrito.

Palabras clave: político, enunciación, Foz do Iguçu, frontera, lenguas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - A ENUNCIÇÃO	14
1.1 ÉMILE BENVENISTE E A ENUNCIÇÃO	14
1.2 OSWALD DUCROT: A ENUNCIÇÃO E O SUJEITO POLIFÔNICO	19
1.3 E. GUIMARÃES: A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA ABORDAGEM DE UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA	24
1.4 SEMÂNTICA HISTÓRICA DA ENUNCIÇÃO: A INCLUSÃO DA HISTÓRIA COMO MEMÓRIA DE SENTIDOS	29
1.5 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: A ENUNCIÇÃO COMO ACONTECIMENTO DE LINGUAGEM	33
1.5.1 A enunciação e o político	34
CAPÍTULO 2 – O ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO	38
2.1 O CONCEITO	38
2.2 A FRONTEIRA	44
42.1 O Espaço de Enunciação Fronteiriço	46
2.2.2 O “divisor de águas”: o contexto da região da Tríplice Fronteira	47
2.3 SOBRE AS LÍNGUAS	51
2.3.1 O Português	52
2.3.2 O Espanhol	54
2.3.3 O Guarani	57
2.3.4 Portunhol e Jopara	61
2.4 ALÉM DAS DEMARCAÇÕES GEOGRÁFICAS: O ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL - PARAGUAI - ARGENTINA	63
CAPÍTULO 3 – CONSTITUIÇÃO E METODOLOGIA DE ANÁLISE DO CORPUS	65
3.1 A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS	65
3.2 OS PRESSUPOSTOS ANALÍTICOS NA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO	67
3.2.1 A Cena enunciativa	68
3.2.2 A designação	69
3.2.3 Os domínios semânticos de determinação	71
3.2.4 A Reescrituração	73

3.2.5 A Articulação	74
3.2.5.1 A Orientação Argumentativa	76
3.2.5.2 O caso do mas	76
3.2.5.3 O caso do ou	78
CAPÍTULO 4 – ANÁLISES	81
4.1 PARTE I - A DISTRIBUIÇÃO DE LÍNGUAS NO ESPAÇO URBANO	82
4.1.1 A divisão da língua portuguesa na relação com inglês e o árabe	82
4.1.2 A hierarquização das línguas em “supermercado”	84
4.1.3 O inglês e o espanhol identificando as práticas de comércio	85
4.1.4 A divisão do português e espanhol nas placas de trânsito	86
4.1.5 La Feirinha - o portunhol também nomeia	87
4.2 PARTE II - AS ENTREVISTAS	89
4.2.1 “Pra usar cada língua tem ocasiões”	89
4.2.2 “Desde que mudei pra Foz, o inglês não existe mais pra mim”	95
4.2.3 “E é assim, lá é uma mistureira”	100
4.2.4 “A minha mãe, avó e tia falam alemão”	106
4.2.5 “Em todo lugar é portunhol”	111
4.2.6 “E tem o guarani aqui”	114
4.2.7 “Tem paraguaio que puxa mais para o guarani”	116
4.2.8 “Portunhol, eu acho mais normal”	118
4.2.9 “Guarani é pra quem mora e nasceu lá”	121
4.2.10 “A melhor saída é o portunhol”	123
4.2.11 “Ninguém no Brasil sabe falar espanhol”	126
4.2.12 “Prefiro responder em português do que em portunhol”	129
4.2.13 “Não cheguei na fase do portunhol”	130
4.2.14 “Espanhol é uma língua importante, ainda mais estudando na UNILA”	133
4.2.15 “Tem muita gente que fala guarani, mas é pouquíssimo presente”	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	146
ANEXO A - Questões para a entrevista	150

ANEXO B - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	151
ANEXO C - Parecer consubstanciado do CEP	154
ANEXO D - Transcrição das entrevistas	157

INTRODUÇÃO

A região de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, abrange uma comunidade que se encontra nos três lados das fronteiras geopolíticas brasileiras: o lado brasileiro, o lado paraguaio e o lado argentino. Embora o espaço fronteiriço se caracterize, de uma maneira geral, por uma política de divisão de Estados pelo arranjo dos blocos econômicos, a dinâmica da fronteira coloca os sujeitos em contato por diversas necessidades, estabelecendo suas relações cotidianas e desenvolvendo, inclusive, práticas linguísticas de contato, como por exemplo, oportunhol.

Valemo-nos da noção de espaço geográfico, apenas para determinar nosso recorte: a cidade de Foz do Iguaçu. Sendo assim, analisamos o espaço enunciativo de Foz do Iguaçu, que por sua localização, nos mostra certos elementos da fronteira. Observaremos esse espaço enquanto um espaço político, de funcionamento e disputas em que as línguas são distribuídas. O movimento característico dos espaços fronteiriços nos interessa na medida em que coloca as línguas em relação com o sujeito, para assim se significarem num espaço em constante movimento entre falantes não só dos três países que formam essa tríplice fronteira, como também de falantes imigrantes e turistas, já que se trata de uma região de forte polo turístico.

A maneira como esses falantes estabelecem suas relações com as línguas presentes nesse espaço enunciativo, nos dão margem ao interpretável, isto é, a partir das análises dos acontecimentos de enunciação, podemos entender de que modo essas línguas se constituem para esses sujeitos em suas práticas sociais cotidianas em meio à determinação das políticas oficiais de três Estados sobre as línguas.

Nesse viés, buscamos entender as relações (históricas e políticas) entre as línguas presentes nesse espaço numa perspectiva enunciativa e, assim, compreender os modos de produção de sentido sobre as línguas analisando como os falantes as significam e compreender como se marca a identificação dos sujeitos falantes na/pela língua em alguns textos orais produzidos por cidadãos habitantes da região e em materiais diversos de locais públicos como anúncios de lojas, fachadas de restaurantes, sinalização de trânsito, etc.

Objetivamos identificar como a relação política entre as línguas portuguesa, espanhola e guarani determinam os falantes distribuindo os lugares de dizer, na possível relação com outras línguas. Isto é, observar como as línguas em questão entraram em relação, como estas

relações se desenvolveram, que relações de poder se configuram e o que estas relações dizem respeito aos falantes destas línguas, a partir dos acontecimentos enunciativos.

Assim, para o desenvolvimento desse trabalho, nos inserimos na linha teórica da Semântica do Acontecimento, proposta por Eduardo Guimarães. Para contextualizar nosso posicionamento teórico, uma vez que o conceito de enunciação é fundamental para a Semântica com a qual trabalhamos, no primeiro capítulo, intitulado “A Enunciação”, apresentamos um breve percurso do que se entende por este conceito no âmbito da Linguística. Primeiro pela definição de Émile Benveniste e, depois Oswald Ducrot, para então observar o que traz Eduardo Guimarães em seus estudos. A partir dessas considerações poderemos compreender a trajetória teórica do que, hoje, constitui a Semântica do Acontecimento.

No segundo capítulo, denominado “Espaço de Enunciação”, trazemos o detalhamento do conceito com o mesmo nome, desenvolvido por E. Guimarães (2005; 2005b; 2006), que é fundamental para delimitar a maneira como entendemos a fronteira, as línguas e as relações com seus falantes e, também, uma discussão sobre a constituição do espaço de enunciação de Foz do Iguaçu.

No terceiro capítulo, “Constituição e Metodologia de Análise do *Corpus*”, apresentamos os procedimentos metodológicos que a Semântica do Acontecimento nos fornece e que possibilita que nosso *corpus* seja analisado de forma científica. Nesse sentido, discutiremos os conceitos semânticos de nomeação, designação, referência e argumentação, assim como os procedimentos de análise de reescrituração e articulação, para observarmos como o sentido é produzido na língua.

No quarto e último capítulo, realizamos as análises do nosso *corpus* composto por 9 imagens de anúncios de propagandas e fachadas de estabelecimentos na cidade de Foz do Iguaçu e, também, pelas entrevistas que foram realizadas com habitantes da região.

A partir de nossas análises, buscamos compreender como está configurado o espaço de enunciação da região fronteira de Foz do Iguaçu de duas formas: primeiro por meio de enunciados que significam em anúncios e fachadas de estabelecimentos distribuídos no espaço urbano, e que, por isso, também têm sua significação no espaço público. Com isso, esperávamos observar qual é a relação política de presença ou não presença das línguas nesse espaço de enunciação nos espaços públicos e, posteriormente, por meio das análises dos

acontecimentos enunciativos das entrevistas que foram realizadas na cidade de Foz do Iguaçu, observar como os falantes, nas suas práticas cotidianas, designam as línguas. Com isso, buscamos compreender como se dá a relação entre as línguas, como esses sujeitos falantes entendem suas relações com essas línguas e o modo como elas agenciam esses falantes, para atestar o modo de funcionamento desse espaço de enunciação.

Nos acontecimentos enunciativos analisados pudemos observar, por exemplo, que o funcionamento das línguas nesse espaço de enunciação é constituído pelas línguas nacionais de cada país, o português, o espanhol e o guarani, pelas práticas linguísticas decorrentes do contato dessas línguas, como por exemplo, o portunhol e, também, pelas línguas de imigrantes, de modo que cada uma funciona de uma maneira. Isto é, o espaço de enunciação distribui essas línguas desigualmente, pois cada língua funciona em uma determinada prática enunciativa do cotidiano desses falantes.

O modo como os falantes designam as línguas, de maneira geral, nos mostra como se dá essa distribuição e, também, a conceituação que os próprios falantes fazem dessas línguas. Veremos que o funcionamento das línguas se dá de um modo distinto de outros espaços enunciativos, como por exemplo, o portunhol, que determinado pelo sentido de língua, funciona como língua franca nos mais diversos acontecimentos enunciativos.

Outro exemplo é em relação à língua guarani. As análises dos acontecimentos de enunciação nos atestam que o guarani funciona nesse espaço enunciativo enquanto uma língua exclusiva de paraguaios. Desse modo, observamos na distribuição desigual das línguas pelo espaço de enunciação, que o guarani se mantém em uma posição diferente na hierarquia das demais línguas, sendo seu funcionamento significado de modo restrito às enunciações paraguaias.

Nesse trabalho, portanto, observaremos a maneira como estas línguas produzem sentidos ao serem distribuídas e como esses modos de distribuição configuram modos de acesso à palavra na relação entre falantes e línguas, isto é, os espaços enunciativos, (cf. Eduardo Guimarães, 2005).

CAPÍTULO 1 - A ENUNCIÇÃO

Lo mío es lo contrabando, lo lirikotráfico; como saber adonde se ubica la frontera si non sei onde empieza el dia y si acaba el sueño?; como conocer onde empieza el portugués y termina el castellano, si lo unico que sei és que el portuñol és infinito, assim como la borrachera? Lo mío es la poesia y el infinito, esa broma que llamamos vida.

(Joca Reiners Terrón)

1.1 ÉMILE BENVENISTE E A ENUNCIÇÃO

Para nós, o conceito de enunciação é fundamental para se compreender a especificidade da Semântica do Acontecimento, teoria desenvolvida por Eduardo Guimarães e que mobiliza toda a discussão do nosso objeto de pesquisa. Por isso, introduziremos uma discussão sobre os diferentes modos de compreensão deste conceito e como cada teoria desenvolvida no estudo da linguagem fundamenta a questão do sentido e do sujeito que, de certo modo, contribuíram para sustentar as formulações de Guimarães.

Uma das leituras acerca do conceito de enunciação está relacionada ao que o linguista francês Émile Benveniste, a partir de uma filiação estruturalista, desenvolveu em seus estudos. Estes se concentram na definição da enunciação como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Trata-se da apropriação da língua pelo sujeito, visto que a enunciação é o próprio ato de se produzir um enunciado e o emprego da língua dependerá da relação entre sujeito e língua, determinante dos “caracteres linguísticos” presentes no ato enunciativo (BENVENISTE, 1989, p. 82).

Segundo o autor, há uma distinção entre o funcionamento e a forma da língua e, por isso, o funcionamento que tem sido considerado somente pelo viés da nomenclatura gramatical e morfológica não explica essa diferença, pois é necessário considerar que “as condições de emprego das formas não são idênticas ao emprego da língua”. Para ele, o “emprego da língua é um mecanismo total e constante que, de maneira ou outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, 1989, p. 82).

Nesse sentido, quando falamos no emprego da língua em situações específicas estamos nos referindo a um sujeito que se apropria da língua e a coloca em funcionamento, ou seja, enuncia. Nesse sentido, a enunciação é o “ato individual de utilização” da língua. Em

outras palavras, a enunciação é a relação do sujeito com a língua e, portanto, o autor teoriza sobre a natureza subjetiva do funcionamento da língua, que é indissociável na relação entre o homem, o sujeito, e a linguagem.

Por isso, “a enunciação é colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, condição específica da enunciação. Este ato é “fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta” e, portanto, “a relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 82).

Neste capítulo, Benveniste afirma que o processo da enunciação pode ser estudado, principalmente, sob três aspectos. Primeiramente pela “realização vocal da língua” (*idem*), que é mais perceptível e direta para questões de análise. Também é possível estudar a enunciação ao “ver como o sentido se forma em palavras” e como distinguir e descrever essas duas noções.

Conforme o autor, é a semantização da língua que está no centro desse processo que nos conduz à teoria do signo e à análise do sentido e, portanto, esse sistema da língua se semantiza na enunciação, na instância discursiva, inaugurando a dimensão enunciativa; um modo particular de observação da língua/linguagem.

E, por último, a abordagem que consiste “em definir a enunciação no quadro formal de sua enunciação”, isto é, o foco é esboçar os caracteres formais da enunciação, a partir da apropriação individual da língua, convertida em discurso. Para isso, Benveniste irá considerar, respectivamente: “o próprio ato enunciativo, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (BENVENISTE, 1989, p. 83).

Nessa perspectiva, o autor explica que o “ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” e, portanto, “antes da enunciação a língua é possibilidade de língua”, ao passo que depois da enunciação a língua é posta nas instâncias das categorias (eu, tu, aqui e agora) e isso necessita de um locutor (enunciador) e um interlocutor (enunciatário) que por sua vez ouve e possibilita um retorno enunciativo.

Essa relação com o mundo se dá pela necessidade de o locutor referir pelo discurso. Enunciar é colocar o outro diante de si, em uma relação que se dá pela referência e co-referência no ato enunciativo. Para Benveniste, a referência é parte integrante da enunciação, pois o locutor necessita referir pelo discurso e para o outro a possibilidade de co-referir

identicamente no consenso que faz de cada locutor um co-locutor. Portanto, o ato individual de apropriação da língua é um dado constitutivo da enunciação, pois é o ato que introduz o locutor em sua própria fala.

Nesse sentido, além de estar em relação necessária com seu próprio ato enunciativo, o locutor, obrigatoriamente, instaura um alocutário – o *tu* necessário para que *eu* produza sentido. Estabelece-se, assim, a estrutura dialógica do que Benveniste (1989, p. 87) chama de “quadro figurativo da enunciação”: o *eu* é origem, o *tu*, seu fim, sendo que estes papéis são sempre reversíveis, cada vez um será o protagonista da enunciação no momento em que emprega a língua.

Da mesma forma, os pronomes demonstrativos e outras formas da língua que constituem referências (este, aqui, etc.) se relacionam à estrutura de enunciação e implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo em que é pronunciada. Assim, o autor diz que as formas pronomes pessoais e demonstrativos aparecem como uma “classe de indivíduos linguísticos”, pois nascem de uma enunciação para designar algo novo (BENVENISTE, 1989, p. 85).

Para o teórico, as formas temporais também fazem parte dos termos que dizem respeito à enunciação, à medida que se determinam em relação ao *ego*, centro da enunciação. Ele explica que “a temporalidade é um quadro inato do pensamento” e “que ela é, na verdade, produzida na e pela enunciação”. Ou seja, o termo “presente” é importante já que ele designa o momento da enunciação. Em consonância com Benveniste, da enunciação é que se instaura a categoria de presente e desta surge a categoria de tempo. O presente é que dá a origem do tempo, marcado pela enunciação (*idem*).

Vale ressaltar que é por meio do presente que nasce o passado e o futuro. Para Benveniste, “o presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação que se renova a cada produção de discurso” e todo esse processo se dá de modo contínuo, ou melhor, “imprime na consciência um sentimento de continuidade que denominamos tempo”, e, portanto, o *eu*, o *aquele* e o *amanhã* são os nomes metalinguísticos correspondentes da descrição gramatical produzidos na enunciação (*idem*).

Nesse sentido, o enunciador se serve da língua e dispõe de um aparelho de funções para influenciar o comportamento do alocutário: 1) a interrogação, para suscitar uma resposta; 2) a intimação, para dar ordens, apelos (uso do imperativo e vocativo) e 3) a asserção, para

comunicar uma certeza de sim ou não. Ele pode servir-se, ainda, de duas modalidades formais durante a produção dos enunciados: 1) os verbos, mais especificamente os modos verbais e 2) a fraseologia, que indicam certeza, dúvida, recusa, etc. Assim, o que vem a caracterizar a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, em que se pressupõe que haja uma estrutura do diálogo com um quadro figurativo da enunciação, que envolve duas figuras igualmente necessárias: a origem e o fim.

Podem existir diálogos fora da enunciação, como o jogo *Hain-Teny*, exemplificado pelo autor, em que apenas provérbios são pronunciados. Nesse jogo, perde quem fica sem entender o que foi dito e, portanto, sem conseguir dar uma resposta. Por outro lado, pode existir enunciação sem diálogo, como o monólogo, que consiste numa variedade do diálogo, numa espécie de linguagem interior. E, assim, a transposição do diálogo em monólogo é uma possibilidade sui-reflexiva que “divide o ego em dois ou assume dois papéis”.

Outra variedade do diálogo é a comunhão fática, apontada por Malinowski e comentada por Benveniste, um fenômeno psicossocial com função linguística. Trata-se de um processo em que o discurso, sob forma de um diálogo, estabelece uma colaboração entre os indivíduos, em que os laços de união são a função social, mas não são o resultado de reflexão. São exemplos: cumprimentos, pedidos de favor e de licença e perguntas sobre a saúde e sobre o tempo. Seu objetivo não é informar e, por isso, mais uma vez, percebe-se que a linguagem não funciona como meio de transmissão do pensamento. O que há é uma conversa sem finalidade, usada para fins de socialização e estabelecer uma comunhão pessoal.

Portanto, a linguagem nesta função se manifesta não como um instrumento de reflexão, mas como um modo de ação. Essa forma de diálogo não comporta nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, mas pura enunciação de palavras combinadas, repetidas por cada um dos enunciadores.

Assim foca-se especificamente em dois pilares: o aparelho formal da enunciação conforme resumido acima e a (inter)subjetividade – necessidade da intersubjetividade para que o falante passe a ser sujeito, que se instaura a partir do quadro enunciativo.

Benveniste define a subjetividade como “a capacidade de o locutor para se propor como sujeito” (BENVENISTE, 1988, p. 286), conceituando a linguagem como a “possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas a sua expressão” (BENVENISTE, 1988, p. 289). Sendo assim, a subjetividade não pode ser

dissociada do ato enunciativo, pois este depende de um sujeito, de um tempo e de um espaço que são singulares e irrepetíveis. Esta singularidade está relacionada à ideia de instância discursiva. A apropriação da língua torna a linguagem instância do discurso, “caracterizada por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção linguística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor” (BENVENISTE, 1988, p. 281).

Nesse sentido, é o uso da linguagem pelo indivíduo o responsável pela conversão da linguagem em discurso: “é identificando-se como pessoa única pronunciando eu que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 1988, p. 281). Essa reversibilidade é particular às pessoas do discurso (*eu/tu*), que estão em relação de alocação.

O autor frisa que a subjetividade não se define pelo sentimento de cada indivíduo, mas sim pela “unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne e assegura a permanência da consciência, é a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem” (BENVENISTE, 1988, p. 286).

Portanto, o fundamento da (inter)subjetividade está no estatuto linguístico da pessoa, pelo qual se determina, isto é, não se pode ter consciência de si próprio se não há um outro para se dirigir. E, portanto, não se emprega um *eu* se não é se dirigindo a um *você/tu*. Esta condição de diálogo é constitutiva da pessoa, pois implica reciprocidade e, segundo o autor, a polaridade das pessoas não passa de ser uma “consequência pragmática” (BENVENISTE, 1988, p. 286).

Em outras palavras, “o fundamento da subjetividade está no exercício da língua” e “a linguagem está organizada de maneira que permite a cada locutor se apropriar da língua se designando como eu”. Nesse sentido, os pronomes pessoais mostram a subjetividade na linguagem, assim como os dêiticos, demonstrativos, advérbios, adjetivos, etc. E, segundo o autor, a expressão da temporalidade também tem a ver com a subjetividade, pois falamos do tempo em referência ao presente que coincide com o tempo do discurso (BENVENISTE, 1988, p. 289).

Para exemplificar o caráter subjetivo da primeira pessoa verbal, Benveniste disserta a respeito das diferenças de sentido em alguns verbos quando mudamos da primeira pessoa verbal para a não-pessoa “ele”: “quando incluo no meu discurso *je suppose*, *je presume*, implico o fato de que tomo certa atitude quanto ao enunciado que se segue” (BENVENISTE,

1988, p. 291).

No caso de *Je jure*, ou “eu juro”, não é a descrição de um ato, mas o próprio ato de fazer um juramento. Se mudarmos a pessoa, como em “ele jura” não é mais a enunciação o próprio ato de jurar, mas a descrição do ato. Pode-se afirmar, então, que a enunciação, no caso de *je jure*, é a própria ação – “essa condição, porém, não se dá no sentido do verbo: é a ‘subjatividade’ do discurso que a torna possível” (BENVENISTE, 1988, p. 292).

Dessa forma, “a linguagem propõe formas vazias que cada locutor se apropria em seu discurso para se referir a sua pessoa e a um tempo” (BENVENISTE, 1988, p. 289). E, nesse sentido, a característica da linguagem humana é a interação, uma vez que ela exige e pressupõe o outro. Dessa forma, a linguagem será o lugar onde o indivíduo se constrói como falante e sujeito, e temos disponibilização de elementos dentro da língua para que isso aconteça. Assim sendo a linguagem é a possibilidade da subjatividade, na perspectiva da interação do discurso. Ela quando considerada como exercício pelo indivíduo é linguagem posta em ação.

Em outras palavras, o exercício da linguagem, portanto, dá-se por meio da frase, ponte que permite ultrapassar a noção de língua como um mero sistema de signos, e entrar no campo da língua em uso. Esse sistema de signos, a língua como aparelho formal da enunciação, permite que o locutor se aproprie dele e o use de forma plena, na medida em que este o assume ao enunciar. Daí a presença do homem na língua, pois com o processo da enunciação o locutor mobiliza a língua por sua conta, colocando em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.

1.2 OSWALD DUCROT: A ENUNCIÇÃO E O SUJEITO POLIFÔNICO

Na constituição de sua teoria da enunciação, Ducrot considera que os sentidos se constituem em uma relação da linguagem com ela mesma, isto é, a língua traz marcas da sua enunciação, de modo que a questão referencial não é central para esse ponto de vista. Neste sentido, o autor considera a enunciação como acontecimento, o fato que constitui o aparecimento de um enunciado em determinado momento do tempo e do espaço.

Em outras palavras, um enunciado descreve sua enunciação, ou seja, o enunciado se apresenta como produzido por um locutor (designado por marcas de primeira pessoa), para

um alocutário, (designado pela segunda pessoa) e, por isso, o falante é tratado como uma figura psicofísica, externa à linguagem.

Ducrot coloca que, ao interpretar um enunciado, ouve-se uma diversidade de vozes, além da do locutor. Encontra-se aí o conceito de polifonia, a priori desenvolvido por M. Bakhtin, e explorado do ponto de vista da semântica argumentativa na obra “O Dizer e o Dito” (1984) por Ducrot. Nesta obra, o autor contesta o pressuposto colocado pela Linguística até então: a unicidade do sujeito falante, isto é, que cada enunciado possui somente um autor e, então, sob uma perspectiva polifônica, o autor desenvolve sua teoria da enunciação.

Iniciando sua reflexão através de um diálogo com os trabalhos de Bakhtin, ele postula a existência de um desdobramento do sujeito na enunciação. Bakhtin aborda a polifonia dentro do universo enunciativo de um texto, já Ducrot opera este conceito em um nível linguístico, indicando, através dele, a possibilidade de um desdobramento enunciativo dentro do próprio enunciado.

Nessa perspectiva, o autor diz ser necessário estabelecer a distinção entre o que é enunciado e o que é a frase. Para ele, frase é “objeto teórico, entendendo por isso, que ele não pertence, para o linguista, ao domínio do observável, mas constitui uma invenção desta ciência particular que é a gramática” e explica que o que o linguista pode tomar como observável é o enunciado que é “considerado como a manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase” (DUCROT, 1984, p. 164).

Outra distinção importante apontada pelo autor é a diferença entre significação e sentido; a palavra *sentido* refere-se, para ele, à caracterização semântica do enunciado, já que o sentido pertence ao domínio do observável: “os fatos que temos que explicar é que tal enunciado tem tal sentido” e, no caso da significação, trata-se de um “conjunto de instruções dadas às pessoas que têm que interpretar os enunciados da frase, instruções que especificam que manobras realizar para associar um sentido a um enunciado” (DUCROT, 1984, p. 170).

Em vista disso, segundo o autor, é “o objeto próprio de uma concepção polifônica do sentido mostrar como o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes” (DUCROT, 1984, p. 172). Assim, para interpretar as formas de como o “sentido pode apresentar a enunciação”, Ducrot explica que é necessário observar as relações entre os enunciados e as “fontes da enunciação”. Para exemplificar, o autor expõe três questões: a do ato ilocutório, a da argumentação e as frases exclamativas.

Em relação ao ato ilocutório, o linguista diz que atribuir a um enunciado uma força ilocutória é atribuir à sua enunciação um “poder jurídico”. Isto é, a consideração do ato ilocutório não deve ser introduzida nas descrições semânticas, e sim a “caracterização da enunciação vinculada ao enunciado, e que leva a compreender porque o sujeito falante pode efetivamente, ao produzir um enunciado, realizar um ato” (DUCROT, 1984, p. 173). Dessa forma, o sujeito falante, realiza atos ao passo que transmite ao interlocutor um saber sobre sua própria enunciação.

O segundo exemplo está relacionado ao estudo da argumentação e diz que “o efeito, em uma frase, de morfemas como *quase*, *apenas*, *pouco*, *um pouco*, etc, é de impor certas restrições sobre o potencial argumentativo dos eventuais enunciados desta frase”(DUCROT, 1984, p. 173). Ou seja, essas relações que são definidas pelo discurso podem inferir diferentes interpretações na medida em que o uso do *quase* proporciona uma interpretação para mais, ao mesmo tempo, o uso de *apenas* possibilita uma interpretação para menos. Dessa forma, para o autor, a argumentação é concebida de maneira diferente dos estudos retóricos, pois para ele trata-se de

um ato público aberto, não pode realizar-se sem se denunciar enquanto tal. Mas isto é dizer que um enunciado argumentativo apresenta sua enunciação como levando a admitir tal ou tal conclusão. Se, pois, se admite que o aspecto argumentativo de um enunciado faz parte de seu sentido [...] chega-se à mesma conclusão à qual levaria o estudo do ilocutório: o sentido é uma qualificação da enunciação, e consiste notadamente em atribuir à enunciação certos poderes ou certas conseqüências (DUCROT, 1984, p. 173).

Em seguida, o autor apresenta as frases exclamativas para compor seu terceiro exemplo. Para ele, tanto as frases exclamativas, quanto as interjeições são “frases completas”. Ao comparar as frases exclamativas às afirmativas, o autor conclui que do mesmo modo que as frases afirmativas são utilizadas para a finalidade de contestar uma pergunta, as exclamativas também podem ter esse poder. Por isso, para que haja um sentido é necessário que o sujeito se assegure de que o que está dizendo corresponde à realidade para que se legitime seu dizer (DUCROT, 1984, p. 175).

Este sujeito, segundo o autor, é constituído de três propriedades. O primeiro é relativo a “atividade psico-fisiológica necessária para produção do enunciado” de que este sujeito é dotado, isto é, este sujeito do enunciado tem a capacidade física de realizar o ato da fala assim como a capacidade intelectual das escolhas das palavras seguindo uma dada regra gramatical (DUCROT, 1984, p. 178).

O segundo atributo corresponde ao sujeito como “autor, a origem dos atos ilocutórios realizados na produção do enunciado (atos do tipo da ordem, da pergunta, da asserção, etc.)”. Nessa perspectiva, o autor explica que “o sujeito é aquele que ordena, pergunta afirma, etc.” (DUCROT, 1984, p. 178)

Ainda, um terceiro atributo, que é quando a este sujeito lhe é atribuído, através do enunciado, as marcas de primeira pessoa, designando assim um ser extra-linguístico: “ele é neste caso, o suporte dos processos expressos por um verbo cujo sujeito é “eu”, o proprietário dos objetos qualificados por “meus”, é ele que se encontra no lugar denominado “aqui” considerando então, que este ser designado por “eu” é o mesmo que produz o enunciado” (DUCROT, 1984, p. 179).

Nesse sentido, Ducrot diz que a descrição da enunciação, constitutiva do sentido do enunciado, contém a atribuição da enunciação a vários sujeitos: a) sujeito falante (autor empírico, que não é levado em conta na descrição do sentido); b) locutor (aquele que se responsabiliza pela produção do enunciado, é aquele a quem o pronome *eu* se refere). E, ao locutor correspondem duas instâncias: o “locutor enquanto tal” (L), que está no plano da enunciação e o “locutor enquanto ser do mundo” (λ), que é a pessoa no mundo que está na origem do enunciado. E, portanto, a identificação de (λ) só é possível através de (L) e (L) qualifica o que (λ) faz, que é realizar um ato (DUCROT, 1984, p. 188).

O autor exemplifica essa distinção com a questão da autocrítica: nessa conjuntura, o “locutor enquanto tal” faria a crítica não a si mesmo, mas ao “locutor enquanto ser mundo”. Ademais, explica sobre a performatividade com o exemplo do verbo *desejar*: em *Eu desejo*, *Eu* remete a (λ), pois não é enquanto locutor que se experimenta o desejo, mas enquanto ser do mundo, independente da asserção que se faz dele. O “ato de desejar”, que não existe senão na fala em que se realiza, pertence a (L) e, portanto, (L) realiza o ato de desejar afirmando que (λ) deseja.

Essa distinção entre essas duas instâncias do locutor permite que Ducrot defina sua posição sobre os performativos explícitos: tomar *Eu desejo* como tendo a propriedade de designar e realizar o ato de desejar é confundir linguagem com metalinguagem, ou seja é entender o conceito teórico de “desejar” como sinônimo do verbo “desejar” (DUCROT, 1984, p. 190).

Ademais, há a noção de enunciador, que segundo o autor, pode assinalar uma outra forma de polifonia. Os enunciadores correspondem às perspectivas apresentadas nos enunciados que, portanto, são as origens dos diferentes pontos de vista e atitudes manifestados pelo locutor. Dessa forma, podem ser vozes que “falam” no sentido em que a enunciação é vista, mas não de forma material, com palavras precisas e, por isso, eles não podem produzir atos ilocutórios (DUCROT, 1984, p. 192).

Portanto, nessa concepção, o sentido do enunciado não está em um sujeito autor da fala e dos atos de fala e sim, nos diferentes pontos de vista, que se mostram através do locutor, mas também na posição do locutor frente aos enunciados por ele postos em cena na produção do enunciado. Na divisão proposta para o ato enunciativo, é concedido ao sujeito falante, tratado como ser empírico, a origem desse ato. Esses fenômenos, para o autor, atestam linguisticamente os diferentes pontos de vista do locutor, evidenciando a sua posição no enunciado assim como o seu engajamento na enunciação.

Como vimos, Benveniste e Ducrot se ocuparam do uso da linguagem e definiram seus conceitos de enunciação. Ambos desenvolvem suas teorias partindo de conceitos estruturalistas saussurianos, modificando e ultrapassando, cada qual a seu modo. A teoria de Benveniste coloca o sujeito como centro de referência, buscando explicar como o aparelho formal da enunciação marca a subjetividade na estrutura da língua. Nesse sentido, a noção de enunciação é, para ele, centrada no sujeito, que ao se apropriar do aparelho formal da língua, enuncia sua posição de sujeito, marcando-se como *eu*, instaurando um *tu* e o *ele* em seu discurso e, portanto, destaca em sua teoria o sujeito e suas marcas no discurso.

Ducrot, por sua vez, concebe a enunciação como sendo um “acontecimento histórico de aparição do enunciado”, não propõe um sujeito central da linguagem para a significação, mas um *eu-locutor* produtor de discurso para um *tu-interlocutor*. Nessa relação, o locutor marca sua posição em seu discurso, argumentando em relação ao que está sendo dito. Esta teoria evidencia a construção da argumentação como modo de enunciação do locutor sendo que tal modo de enunciação está presente no próprio sistema da língua.

1.3 E. GUIMARÃES: A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA ABORDAGEM DE UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Tomando como base as reflexões de E. Benveniste e O. Ducrot, Eduardo Guimarães, no seu livro “Texto e Argumentação: um estudo das conjunções do Português” (2007), propõe desenvolver um estudo semântico e enunciativo tomando como centralidade o texto na sua reflexão sobre um fato de linguagem, a argumentação.

Nesse momento do desenvolvimento de sua teoria, vemos que há um deslocamento do conceito de argumentação da abordagem de Ducrot, uma vez que ao abrir um diálogo com a Análise de Discurso, a argumentação passa a ser tratada na organização textual e não mais na relação entre enunciados, como vimos anteriormente.

Diferentemente da concepção de Benveniste, na qual a enunciação se dá pela apropriação da língua pelo sujeito, isto é, a enunciação como uma atividade que depende de um sujeito locutor, na abordagem de Guimarães (2007), considera-se que o sujeito se manifesta de diversas formas na enunciação e que cabe então ao semanticista considerar a polifonia do enunciado, as diferentes vozes do sujeito.

Ademais, é a partir da noção da história, do ponto de vista materialista, tal como traz a Análise de Discurso, que Guimarães retoma a definição de enunciação de Ducrot (apud. 1984, GUIMARÃES, 2007, p. 12), como “o evento histórico do aparecimento do enunciado”, isto é, que o funcionamento da língua na enunciação é um fato no acontecimento, a fim de discuti-la de outro modo. Nessa reformulação, entende-se que não há nenhuma relação de dependência com o sujeito e, além disso, a história passa a fazer parte do conceito de forma específica, como veremos no desenvolvimento de sua teoria.

Para tal, assim como afirma o autor, se faz necessário desenvolver um conceito de texto que inclua os modos de representação do sujeito da enunciação na descrição da organização textual, já que o sujeito se representa de diversos modos no “evento da enunciação” (GUIMARÃES, 2007, p. 12) e que contribua para a explicação do funcionamento desta representação uma concepção de sujeito e subjetividade.

Em relação ao texto, Guimarães (2007, p. 13) explica que se trata de uma “unidade empírica, com começo, meio e fim”, mas que essa noção deve ser levada em consideração no processo discursivo e, por isso, o texto é atravessado por várias posições do sujeito como por

exemplo, a de autor, que de acordo com Guimarães funciona de modo a criar a “ilusão da unidade textual”, justamente o contrário quando se olha pelo viés do discurso.

Desse modo, uma vez que o texto se relaciona com o discurso, este não representa uma unidade de análise. A unidade, neste caso é o enunciado, mas que tem como condição sua relação com o texto. Portanto, os enunciados podem marcar diferentes posições no texto que por sua vez, se constitui pela relação com essas diferentes posições.

Nesse sentido, nas palavras do autor

O enunciado, unidade de discurso, é enunciado por aparecer em um texto. Mas como unidade do discurso, os enunciados podem marcar diferentes posições do sujeito. E os textos podem ser formados de enunciados de discursos diferentes. Assim um enunciado em um texto é um correlato de um *recorte* discursivo. E deste modo o texto é a relação de um conjunto de recortes discursivos. (GUIMARÃES, 2007, p. 13)

A noção de recorte que o autor nos traz é a que se define em Orlandi (1984, p. 14) como uma “unidade discursiva”, que se entende por “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva”. Para complementar a compreensão dessa noção, Guimarães (2007, p. 14) trata da “incompletude constitutiva do sentido” e da polissemia. A primeira está relacionada ao fato de que o que se diz não está completo de sentido ainda que aparente estar, pois parte do que se diz está no que outros dizem/já disseram. O outro aspecto é o processo da polissemia, cuja compreensão consiste no modo histórico de existência e na relação entre homem e mundo, já que essa relação “passa pelo outro” para que se configure como sentido.

Dessa forma, a construção do conceito de texto, através da aproximação da semântica enunciativa com a Análise de Discurso francesa, proporciona uma metodologia de descrição de um conjunto de conjunções do português, estudo realizado pelo autor. Esta descrição toma as conjunções como operadores de argumentação no texto, e não simplesmente como elementos de ligação entre orações, o que torna suscetível a questionamentos à abordagem das gramáticas normativas.

Em vista disso, a metodologia de análise que o autor utiliza em seu estudo das conjunções consiste em dois “níveis de elaboração”: observacional e descritivo-explicativo. O primeiro nível, observacional, se configura pelo processo de elaboração de hipóteses sobre os fatos linguísticos que se apresentam no nível descritivo-explicativo.

Dessa forma, o que se tem como objeto de análise são os textos, as “sequências dos textos” e a partir dessas sequências é que se elaboram as hipóteses, que são testes sobre esses fatos de caráter explicativo. Essas avaliações vão nortear o segundo nível para comprovar se uma sequência é ou não válida e de que forma os operadores argumentativos operam em cada caso observando as regularidades que as hipóteses trouxeram (GUIMARÃES 2007, p. 15).

Para o autor não se trata de um conjunto sistêmico de regras para explicar os fatos. As regularidades podem explicar fatos diferentes, assim como “fatos semelhantes podem ser explicados por regularidades diferentes” (GUIMARÃES, 2007, p. 16). Em outras palavras, a concepção de regularidade que traz o autor é de que esta propõe uma explicação dos fatos, sem que haja oposição entre elas.

Sendo assim, a linguagem é concebida como um “fenômeno histórico que funciona segundo um conjunto de regularidades socialmente construídas” e, portanto, não há regras para serem seguidas ou quebradas. A compreensão dos fatos linguísticos, neste caso, é a de que eles são explicados a partir da relação entre linguagem e língua - que também é um fenômeno social e histórico (GUIMARÃES, 2007, p. 17).

Logo, as hipóteses não configuram um determinado sentido em si, pois o que estas nos trazem são previsões sobre as regularidades, de “como se constroem os efeitos de sentido possíveis”. Por isso, o autor explica que um enunciado produz um efeito de sentido de acordo com as “condições histórico-enunciativas”, ou seja, a configuração do sentido se dá numa relação de linguagem com as condições sócio históricas e que então cria as possibilidades de sentido (GUIMARÃES, 2007, p. 18).

Por meio destas previsões é possível interpretar a orientação argumentativa e a representação dos diversos papéis do sujeito da enunciação e, por isso, Guimarães (2007, p. 19) explica que os “recortes enunciativos são polifônicos”. O conceito de polifonia, a priori, foi desenvolvido por Bakhtin. Em seus estudos, o autor trabalha com a dialogia e a polifonia, elementos fundamentais na sua teoria da linguagem e que são constitutivos dos dizeres construídos por enunciadores na interação. Isto é, “as personagens se constroem na medida em que se representam uma diante da outra. O *Eu* se constrói constituindo o *Eu* do *Outro* e é por ele constituído” e, nesse sentido, para ele a polifonia é construída socialmente. (GUIMARÃES, 2007, p 21).

Esses pressupostos apresentados por Bakhtin sobre a polifonia são incorporados na semântica da enunciação por Ducrot, como vimos, na medida em que se considera as várias “representações do sujeito da enunciação no enunciado”, que são representados pelas “figuras da enunciação”: locutor/alocutário e enunciador/destinatário. Importante mencionar que essas categorias são linguísticas e aparecem com a enunciação e, portanto, não se confundem com o sujeito “falante” ou “ouvinte”, que caracterizam apenas os “agentes dos fenômenos psico-fisiológicos de falar e ouvir” (*idem*).

Guimarães, partindo dessas considerações, toma o locutor como o responsável pela enunciação, marcado pelo “eu” da enunciação e por isso é uma figura interna do discurso. Já o alocutário é o seu correspondente, o *tu* do discurso. Ainda, o locutor se representa por meio de dois papéis diferentes: o Locutor-L, como fonte do dizer e o Locutor-Lp (Locutor-enquanto-pessoa-no-mundo) que é caracterizado social e historicamente, é o “eu” que traz a referência do sujeito que fala e também seu lugar no mundo, seu lugar social e seu correspondente é o Alocutário-enquanto-pessoa (ALp).

Há também a relação entre enunciador e destinatário. Segundo o autor, enunciador é a “posição do sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação” (GUIMARÃES, 2007, p. 21), isto é, são pontos de vistas apresentados pelo Locutor. E o destinatário é o seu correlato constituído como consequência da perspectiva do enunciador e que por sua vez, pode ser variada, pois pode corresponder à posição de L, Lp, ou à do alocutário (AL ou ALp) (GUIMARÃES, 2007, p 23).

É então, a partir dessas categorias que Guimarães explica que uma enunciação pode ser polifônica de duas maneiras: se no recorte enunciativo há representação de mais de um locutor no enunciado, por exemplo, no caso do discurso direto e indireto e quando a enunciação representa mais de um enunciador, isto é, mais de uma perspectiva. Nesse caso, sempre haverá pelo menos uma perspectiva diferente da posição do locutor, como no caso da negação.

Guimarães acrescenta que Bakhtin, ao tratar da polifonia, não concebe a história como uma sucessão cronológica dos fatos, e sim como a existência de diferentes tempos em um presente, que é a enunciação. Trata-se de uma teoria que concebe os aspectos ideológicos da linguagem. Segundo Guimarães, os conceitos da dialogia e polifonia em Bakhtin contribuem para o quadro teórico da enunciação, na medida em que o conceito de alteridade do sujeito

proporciona a observação dos seus diversos papéis no enunciado, assim como o conceito de história, que não é tratado como a linha do tempo de fatos em ordem cronológica, mas “como passado ou mesmo futuro que se apresenta no presente de uma enunciação” (GUIMARÃES, 2007, p. 24).

Já em relação à questão da argumentação, esta é concebida de forma diferente do que pontua a retórica, assim como vimos em 1.1 com Ducrot, uma vez que esse viés teórico busca procedimentos de persuasão. Para Guimarães (2007, p. 25) interessa compreender a argumentação como uma questão linguística “no interior de uma concepção de enunciação e sentido”. E, desse modo nas regularidades linguísticas de um dado recorte enunciativo pode estar marcada a noção de “orientação argumentativa”, que não busca formas de persuasão ou de convencimento, mas apresenta um conteúdo para que leve o interlocutor a concluir algo, isto é, “a argumentatividade é vista como algo que vem como consequência do que se diz” (*idem*).

Portanto, deve-se considerar que ao se descrever semanticamente um enunciado, deve-se levar em conta a noção de orientação argumentativa que está marcada como uma regularidade enunciativa no enunciado. Nesse sentido, orientar argumentativamente é apresentar A como sendo o que se considera como dever fazer o interlocutor a concluir C e o que leva à conclusão é o próprio A. Dessa forma, de acordo com Guimarães (2007 apud Anscombe e Ducrot, 1976, p. 13) o conteúdo de A é dado como razão para se acreditar em C.

A partir desta abordagem, para a descrição semântica do recorte enunciativo, na esteira de Ducrot, Guimarães traz os conceitos de “classe e escala argumentativa”. A noção de classe argumentativa se constitui pelos conteúdos que se apresentam em um dado enunciado e que direcionam uma conclusão. Por conseguinte, a escala argumentativa “é uma classe argumentativa em que se configuram uma relação de força maior ou menor dos conteúdos dos enunciados” (GUIMARÃES, 2007, p. 28). Portanto, a orientação argumentativa de um enunciado, que é constituída pelas singularidades semânticas, e a representação do sujeito estão marcadas como uma regularidade enunciativa no enunciado.

Os conceitos descritivos de orientação argumentativa e polifonia, segundo Guimarães, são de grande importância para a descrição e explicação dos fatos, mas o objeto se difere na medida em que nesse momento considera-se como materialidade linguística as regularidades enunciativas que são constituídas historicamente. Por isso, as regularidades, que não são via

de regra, vão delimitar as explicações não como resultantes de uma estrutura e sim, como “impedimentos que as regularidades constituem” (GUIMARÃES, 2007, p. 29).

Por fim, o autor comenta sobre as estruturas que envolvem a negação, a pergunta e a modalização. Assim como traz Ducrot (apud. 1984, GUIMARÃES, 2007, p. 30), ao negar algo o procedimento argumentativo se dá a partir de uma afirmação e por isso, a negação marca a representação de mais de uma perspectiva enunciativa, ou seja, a negação envolve ao menos dois enunciadores. Nesse sentido, não há polaridade entre afirmação e negação e desse modo as estruturas modais e de perguntas devem ser consideradas na escala argumentativa da negação.

Considerando essa breve exposição dessa fase da teoria de Guimarães, podemos ver que o autor se dedica a uma reflexão sobre a argumentação como fato de linguagem – como social, histórica e constitutiva dos sujeitos. A partir de suas análises semânticas sobre as várias conjunções da língua portuguesa, podemos observar que as conjunções, concebidas como regularidades organizadoras no texto, nos levam a certas orientações argumentativas. Para isso, o autor retoma a abordagem enunciativa proposta por Ducrot e instaura uma relação com a Análise de Discurso, produzindo um deslocamento no modo de conceber a argumentação, que do ponto de vista semântico enunciativo, passa a ser tratada na organização textual.

Ademais, esse diálogo com a Análise do Discurso “atende a outra exigência” do autor: inclui a representação do sujeito dentro da enunciação, já que diferentemente do que postula Benveniste, para Guimarães, o sujeito não é único e, portanto, a enunciação é definida “independentemente do sujeito” (GUIMARÃES, 2007, p. 12). É nesse sentido que o autor, nessa fase dos seus estudos, nos apresenta o texto como um processo discursivo, de forma que nele se apresenta vários outros discursos e, desse modo particulariza sua organização, tendo em vista a relação com os sujeitos e a orientação argumentativa.

1.4 SEMÂNTICA HISTÓRICA DA ENUNCIÇÃO: A INCLUSÃO DA HISTÓRIA COMO MEMÓRIA DE SENTIDOS

Em outro momento do desenvolvimento de sua teoria, Guimarães (2002) nos traz diversas contribuições que se baseiam na produção de diálogos entre diferentes concepções epistêmicas para delimitar o seu espaço de investigação. Assim, ao construir um espaço próprio de tratamento de questões semânticas, o autor reintroduz o papel da exterioridade

histórica descartada por Saussure, e propõe um conceito de enunciação contemplando a questão da historicidade. Em outras abordagens, como as de Benveniste e Ducrot discutidas anteriormente, essa exterioridade foi introduzida, mas no âmbito da subjetividade.

Por isso, Guimarães, nesse momento, trata da inclusão da história de um modo específico, se interessa pelas condições de produção de uma concepção de sentido, abrindo mais uma vez um diálogo com a análise de discurso ao tratar dos conceitos de formação discursiva, posição de sujeito e interdiscurso no interior de uma teoria semântica.

O conceito de interdiscurso, que segundo o autor é de fundamental importância para a compreensão da produção de sentidos, corresponde à relação de um discurso com outros discursos. Isto é, um discurso não é particular e inédito e sim, produzido sobre o cruzamento de diversos outros discursos e que, portanto, se define historicamente por ser exterior à língua e ao sujeito (GUIMARÃES, 2002, p. 66). Nesse sentido, o interdiscurso é “a memória do dizer”, o já dito e, por isso “o sentido em um acontecimento são efeitos da presença do interdiscurso” (GUIMARÃES, 2002, p. 67).

Já a noção de formação discursiva é o que permite estabelecer as regularidades no funcionamento discursivo, uma vez que essa noção “se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2001, p. 43). Nesse sentido, as formações discursivas representam diferentes lugares, formações ideológicas que inscrevem o sujeito e que, portanto, determinam o sentido ideologicamente.

Este conceito está articulado ao conceito de posição de sujeito, pois a partir dos recortes do interdiscurso (formações discursivas), desdobram-se as diversas posições de nível ideológico que estão funcionando em um determinado texto. Assim, “a enunciação em um texto se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os” (GUIMARÃES, 2002, p. 68).

Dessa forma, nesse momento, a partir da relação com a análise de discurso, a enunciação é definida por Guimarães como

um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (GUIMARÃES, 2002, p. 70).

Podemos observar que essa definição contempla o acontecimento como fato linguístico. A relação com a história como memória e “não como sentido temporal”, proporciona uma diferente concepção da constituição dos sentidos, que se dá pelo cruzamento de discursos (interdiscurso) e na relação com os sujeitos que, por sua vez são afetados por esses discursos. Por esta via, o lugar do sentido passa a ser revisto a partir da perspectiva da contingência, diferentemente dos efeitos produzidos pelo corte saussureano e, então, a exterioridade histórica retoma seu estatuto na constituição do objeto, do sujeito e do sentido.

Em outras palavras, a historicidade da língua, pelo viés enunciativo, se dá justamente na relação entre o funcionamento da língua e interdiscurso que, por sua vez, este funcionamento da língua se configura quando um sujeito ocupa uma determinada posição no acontecimento. É a partir dessa relação, por consequência, que se produzem os sentidos. Portanto, o que está no já-dito, ou seja, na historicidade é o que vai determinar o dizer, instituir as relações da língua com a exterioridade. Esses conceitos são os responsáveis, juntamente com a língua, pela interpretação de um texto (GUIMARÃES, 2002, p. 70).

Dessa forma, as relações entre significante e significado passam a ser produzidas por trabalhos de interpretação, de maneira que o sentido emerge como efeito de relações entre acontecimentos discursivos e estrutura, fazendo com que a linguagem olhe para fora de si mesma (GUIMARÃES, 2002, p. 71).

Considerando o conceito de enunciação estabelecido por Guimarães nesse momento de seus estudos, o autor nos traz também uma reformulação no que se compreende por *designação e referência*. O conceito de referência na visão de estudiosos como Frege e Davidson, assim como Grice e Searle é concebido “como ato de um sujeito de particularizar um objeto do mundo” (GUIMARÃES, 2002, p. 73).

Em outra direção, de acordo com Guimarães, Ducrot considera o objeto como exterioridade e, portanto, “é constituído de algum modo pela linguagem”. Isto é, para Ducrot a referência se dá como um processo de constituição do referente. Nesse sentido, apesar de haver um deslocamento das posições dos estudos anteriores, Guimarães aponta que essa maneira de conceber a referência como coloca Ducrot é insuficiente, pois ainda se considera o objeto como “objetivada” pela fala (*idem*).

Então, sob uma perspectiva enunciativa, Guimarães reformula essa noção ao conceber o objeto como “uma exterioridade produzida pela linguagem, mas que não se reduz ao que se

fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos”. Ou seja, a referência se dá numa enunciação pelo fato de haver relações de sentido com outras enunciações, produzindo como efeito o reconhecimento do objeto referido.

Essa maneira de entender a referência interfere na designação, que vai depender do “cruzamento de discursos” que “movimenta a enunciação”. Portanto, “a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposta à diferença” (GUIMARÃES, 2002, p. 74).

Ainda tratando da prática discursiva, o autor explica que a “argumentatividade é produzida pela interdiscursividade” (GUIMARÃES, 2002, p. 72). Isto é, o enunciado se configura por encadeamentos argumentativos, como efeito do interdiscurso recortado pelos dizeres no acontecimento de linguagem.

Portanto, os enunciados funcionam, direcionando sentidos nos acontecimentos a partir das relações de linguagem e não por vontade do sujeito. Ou seja, segundo o autor, um “argumento direciona um dizer”, uma conclusão, uma futuridade. Não se trata da intenção do falante. E, por isso, o interdiscurso constitui o sentido da argumentação na medida em que este movimenta a língua, mobiliza os sentidos (*idem*).

À vista disso, Guimarães (2002, p. 80) afirma que “a orientação argumentativa estabelece o modo de interpretar o futuro do texto”. Isto desloca uma nova postura, diferente de Ducrot que considera a argumentação como uma condição linguística, pois Guimarães trata a argumentação como um elemento de textualidade, como efeito de sentido, sustentada pela historicidade. Dessa forma, a argumentação de um texto é interpretada a partir das diversas posições das quais um sujeito enuncia, isto é, pelo interdiscurso. Isto põe à prova a não unicidade do sujeito, pois sua identidade é marcada pelas diversas posições histórico-sociais presentes no interdiscurso como memória.

A partir dessas contribuições, vemos que nesse período de seus estudos, Guimarães enfatiza que a enunciação deve ser tratada na relação com a história, que por sua vez, deve ser considerada como “memória de sentidos” e não pelo seu caráter temporal. É nessa relação entre língua e história que o autor se aproxima da Análise de Discurso e muda a maneira de se compreender a enunciação, configurando uma teoria para o estudo das construções do sentido, observado a partir de um funcionamento histórico na relação entre língua e sujeito: a semântica histórica da enunciação.

1.5 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: A ENUNCIÇÃO COMO ACONTECIMENTO DE LINGUAGEM

Em “Semântica do Acontecimento”, de 2005, observamos o resultado de uma trajetória de estudos e discussões de questões ligadas aos modos como os sentidos se constituem a partir da enunciação como prática política. De forma relacionada com os estudos de Benveniste e Ducrot, o autor configura uma outra abordagem do lugar da linguística. Desse modo, esta teoria tem em vista a percepção de mecanismos linguísticos de estudo da língua em funcionamento.

Assim, o autor propõe uma reflexão sobre as questões do sentido e como ele se produz na linguagem. A análise do sentido da linguagem deve, portanto, centrar-se no estudo da enunciação, “do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2005, p. 7). Em outras palavras, o autor questiona como deve ser feita a análise da relação entre sujeito e língua, fator que contribui para a concepção de enunciação como acontecimento.

Nesse viés, a enunciação se dá pela ordem do simbólico, razão pela qual ela não remete a um sujeito responsável pelo que diz, dono de seu dizer e que instaura um tempo cronológico, como vimos em Benveniste. O que se contempla, nessa perspectiva teórica desenvolvida por Guimarães (2005), é o que e como significa o que um sujeito falante diz a partir de determinadas condições socio-históricas. O sujeito é, portanto, “afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (GUIMARÃES, 2005, p. 11).

Assim, observamos que essa abordagem proposta por Guimarães se distingue do ponto de vista da pragmática, por exemplo, que teoriza sobre o contexto, que é a situação que produz sentido. Na teoria de Guimarães é a relação língua, sujeito, temporalidade e materialidade histórica do real que configura a enunciação, que é tratada “enquanto acontecimento de linguagem” que “se faz pelo funcionamento da língua”. Desse modo, a noção de acontecimento nesse momento da concepção de enunciação definida por Guimarães é central para que se compreenda os sentidos, pois de acordo com o autor:

Considero que algo que é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato *no* tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido *no* tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade. (GUIMARÃES, 2005, p. 11-12)

Dessa forma é o acontecimento que estabelece sua própria temporalidade e não o sujeito pragmático, dono do dizer, tal como teorizado em Benveniste. Ou seja, “o sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento”, que não se faz pela cronologia dentro de categorias da língua e sim, na enunciação, que por sua vez “recorta um passado como memorável”, ou seja, como algo que se rememora de enunciações passadas e simultaneamente “instala uma latência de futuro”, significando no acontecimento (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

O conceito de memorável postulado por Guimarães é o que o dizer significa como algo que já foi enunciado e que ressignifica em um acontecimento de um modo específico. Por isso, “o passado é, no acontecimento, rememoração de enunciados, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalidade, tal como a latência de futuro”, e nos dá uma direção de sentidos (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

Portanto, a noção de acontecimento nos possibilita compreender o funcionamento das línguas, que se dá pelo modo como ela é enunciada. É o acontecimento, ao ser analisado, que nos permitirá observar o modo pelo qual as línguas funcionam em relação às outras em seu acontecimento enunciativo.

1.5.1 A enunciação e o político

Outro ponto importante a se discutir, próprio do funcionamento das línguas na sua relação com seus falantes, é o conceito de político. Guimarães traz essa questão para o campo enunciativo a partir da reflexão do filósofo J. Rancière, para pensar a relação entre língua(s) e falante(s).

O conceito de político, a priori discutido pelo filósofo Rancière, busca questionar a política nos estados democráticos. Nessa perspectiva esse conceito é concebido como sendo uma mentira, uma aparência apenas e manifestação da falsidade. Em outras palavras, o filósofo problematiza a visão do bem comum, isto é, que antes do equilíbrio entre forças, existe uma divisão na sociedade entre aqueles que falam e os que não têm direito à fala.

E então, o autor propõe uma mudança no conceito clássico de política quando a considera como o espaço de criatividade humana, em que os excluídos pela ordem, denominada *polícia*, exibem sua capacidade de fala e por meio da igualdade, pedem o seu direito à fala, contra sua

exclusão. Assim, a *polícia* é a ordem que designa os modos de ser e dizer, quem faz isto ou aquilo, configura uma ordem que determina um local específico para os sujeitos, limitando-os em seus nomes e funções por enquadrá-los em uma determinada visão fixa do local de existência e importância deles.

Dessa forma, o povo identifica-se ao todo da comunidade política, pois o todo da política como forma específica da atividade humana é a inclusão dos que não são contados, ou seja, a destituição de toda lógica da dominação legítima. É a contagem enquanto um todo dos que não são nada que define uma comunidade, que por consequência, só pode ser uma comunidade do litígio, do conflito, do *dissenso* (RANCIÈRE, 1996, p. 374).

Por esse viés, o autor nos leva a compreender que entender a prática democrática a partir de procedimentos formais é de certa forma ignorar que existe outro lado; um lado simbólico, de disposição e manipulação de corpos em que indivíduos iguais, são posicionados na desigualdade.

Rancière pensa no político no nível das relações democráticas, no sentido de que produz movimento e a condição para a história como ciência. O deslocamento do pensamento do filósofo francês sobre a política nos Estados democráticos na Semântica do Acontecimento no âmbito da Linguística é para pensar a linguagem e, assim, é nesse novo quadro de relações que surge o conceito de político na enunciação.

Para Guimarães, o acontecimento de linguagem é político e se faz pelo funcionamento da língua enquanto relação de línguas e falantes. Assim, ao tratarmos do sujeito como significado, constituído pela cena no acontecimento, temos que refletir sobre a contradição que caracteriza esse acontecimento promovido pela língua/linguagem e seu funcionamento.

Essa contradição se dá entre uma normatividade, práticas discursivas legitimadas sócio-historicamente na relação entre sujeitos, que constituem seus lugares na linguagem e a afirmação de pertencimento dos não incluídos nessas práticas, que também são sujeitos determinados pela língua e são caracterizados pela resistência e diferença dessa normatividade. Nas palavras do autor,

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o

homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada (GUIMARÃES, 2005, p.16).

De modo geral, dedicamos este capítulo para uma reflexão sobre o conceito de enunciação quando expomos o desenvolvimento do que se entende por este conceito no âmbito da Linguística. Primeiro pela definição de Benveniste e, depois Ducrot, para então observar o que traz Guimarães em seus estudos. Nesse sentido, a partir dessas considerações pudemos compreender a trajetória teórica do que constitui, hoje, sua teoria, à qual nos filiamos para as discussões desse trabalho: a Semântica do Acontecimento.

Vimos que Benveniste trata a enunciação como a língua posta em funcionamento pelo locutor, isto é, para ele, o sujeito toma a língua e a faz funcionar e, por isso apresenta uma concepção de sujeito homogêneo e único. Por outro lado, Ducrot na constituição de sua teoria de enunciação, a define como o “acontecimento histórico constituído pelo aparecimento do enunciado” (DUCROT, 1984, p. 168). Dessa forma, para ele, a enunciação é tratada como um acontecimento do enunciado e o sentido se dá pela representação da enunciação, feita pelo enunciado, que por sua vez é irrepitível.

Além disso, Ducrot estabelece o conceito de polifonia a partir dos estudos de Bakhtin (1963) e Bally (1932). E, portanto, para ele o sujeito é tratado como exterior à linguagem, não como centro do dizer e que é dividido na/pela enunciação ao incluir a questão da multiplicidade nos diferentes locutores e enunciadorees, sustentando sua posição em relação ao sujeito de maneira diferente de Benveniste.

Essas diferentes formas de se compreender a enunciação no âmbito dos estudos linguísticos são importantes na medida em que contribuíram para o desenvolvimento dos trabalhos de Guimarães. Ao estabelecer diálogos, sobretudo com a Análise de Discurso, no que diz respeito à relação entre enunciação e discurso, assim como na relação da língua com a história como memória de sentidos, o sentido é pensado pela sua constituição histórica.

Em outro momento do desenrolar de sua teoria, Guimarães (2005) nos apresenta a relação entre enunciação e acontecimento. Essa relação se desdobra na definição da enunciação como o acontecimento de linguagem e que se relaciona ao funcionamento da língua, configurando o quadro teórico da Semântica do Acontecimento.

O acontecimento enunciativo, como vimos, constitui o tempo da enunciação. Para o autor, o acontecimento é um espaço de temporalização, isto é, o acontecimento é formulado pela questão da temporalidade, que se dá pelo presente que proporciona uma latência de futuro que por sua vez funciona por meio do memorável. É por causa dessa temporalidade que o acontecimento nunca é o mesmo. Portanto, essa teoria assume que a análise do sentido deve considerar que o que se diz é construído na e pela linguagem, isto é, a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer.

Ainda, vimos que Guimarães trata do conceito de político, que é fundamental para a concepção da noção de acontecimento e de espaço de enunciação, pois para ele o acontecimento de linguagem é político. Esse conceito refere-se à hierarquização dos sujeitos pelo funcionamento da linguagem enquanto determinados e identificados pelos espaços de enunciação, noção que nos é de muita importância para compreender a relação entre as línguas, mas que discutiremos com mais profundidade no seguinte capítulo, quando trataremos especificamente deste e outros conceitos para, por meio de nossas análises, compreender o funcionamento das línguas no espaço de enunciação em Foz do Iguaçu.

CAPÍTULO 2 – O ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO

“Mas las persona nao podemos se despedaçar ni poner una aduana en el corazón. Semo frontera. Semo miradas regando dos país, piernas hablando varias lengua, sangre pasiando intreverada. Nuestras palabra no saben Geografía.”

(Fabián Severo)

2.1 O CONCEITO

Neste trabalho, buscamos observar a relação da língua portuguesa, enquanto língua oficial do Estado brasileiro, com outras línguas no espaço de enunciação de Foz do Iguacu, cidade brasileira localizada no estado do Paraná que faz divisa com as cidades de *Ciudad del Este* e *Puerto Iguazú*, formando a Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. No entanto, primeiramente trataremos de um importante conceito que fundamentará nossas análises.

Como vimos brevemente no primeiro capítulo, o conceito de *espaço de enunciação*, tal como concebe a Semântica do Acontecimento, é fundamental para compreender a relação entre línguas e falantes, pois para o autor, “só há línguas porque há falantes e só há falantes porque há línguas” (GUIMARÃES, 2005, p. 18). Este conceito está articulado ao acontecimento de linguagem e, portanto, nessa perspectiva o sujeito/falante não é central e tampouco um sujeito psíquico e/ou biológico, “os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pela língua que falam” (GUIMARÃES, 2005, p. 18).

Guimarães (2005b, p. 12) nos explica que no espaço de enunciação há diversas línguas que se relacionam e funcionam umas em relação às outras e, por isso, se dividem de maneira que “se tornam, historicamente, outras” e são distribuídas para seus falantes de maneira desigual, já que este espaço é um espaço político, enquanto um lugar de embate, próprio do litígio, tal como vimos no capítulo anterior.

Para o autor, “o que de social determina esse funcionamento das línguas é parte do próprio funcionamento”. Dessa forma, Guimarães explica que essa divisão, pode se dar de duas maneiras:

(...) ou se tornam outras línguas, como o que ocorreu, por exemplo, com o latim, que acabou por se transformar nas diversas línguas latinas, como o português, o espanhol etc., ou se tornam outras porque, mesmo sendo ainda a mesma língua (o português, por exemplo), já não são exatamente a mesma,

porque dividiram suas formas, suas expressões, seus modos de dizer de um modo não existente até um certo momento (GUIMARÃES, 2005b, p. 9-10).

Nesse sentido, em relação a outras abordagens, como a Sociolinguística, por exemplo, que trata da variação linguística como determinada por diversos fatores exteriores à língua (regional, social, gênero, idade, etc.), consideramos, a partir da perspectiva da Semântica do Acontecimento, que as relações sociais se constituem no funcionamento das línguas e nelas são significadas. No entanto, a questão, para nós, é que esses não são elementos exteriores à língua, mas constitutivos dela. É, então ao analisar a língua, que observamos o social, o histórico e o político. Assim, para se “considerar os aspectos sociais próprios do funcionamento das línguas”, tal como coloca o autor é necessário compreender o conceito de espaço de enunciação, que é definido como

(...) espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político (GUIMARÃES, 2005, p. 18).

Nesse sentido, o que determina o espaço de enunciação são as línguas e os falantes, ou seja, é o lugar onde as línguas se relacionam com outras línguas e seus falantes. Esta relação, por sua vez, se dá por um “espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas”. É nesse sentido que “o espaço de enunciação é político”. Em vista disso, o sujeito é concebido como “uma figura política”, como “sujeito da língua” na medida em que são constituídos pelo espaço de enunciação (*idem*).

Neste ponto, o autor exemplifica a questão da relação da língua portuguesa com a espanhola na América Latina e a língua inglesa, esta última tendo como atributo ser considerada como língua de comércio, de divulgação científica, etc. Assim, a questão que o autor nos coloca é: “O que é falar português na América Latina?”. Primeiramente, trata-se de “falar uma língua oficial de um Estado”, que por sua vez está em relação de “convivência e disputa” com o espanhol – língua oficial da maior parte dos Estados da América Latina.

Ainda, como um segundo aspecto, o autor pontua que o “espaço de enunciação do Português do Brasil” compreende uma relação com a língua inglesa, sobretudo no âmbito da

tecnologia, das relações internacionais, do comércio, etc., de modo que esta língua passa a ocupar um lugar nesse espaço de enunciação constituindo modos de dizer, como por exemplo, o caso de palavras como *acessar* e *deletar*, formadas por processos de derivação da língua (GUIMARÃES, 2005, p. 19).

Nesse sentido, o inglês funciona nesse espaço de enunciação numa relação de embate, enquanto litígio e, portanto, divide o falante em relação às duas línguas. Portanto, o espaço de enunciação latino-americano é caracterizado por uma questão que não é individual, pois esta caracterização se dá por uma “disputa pela palavra regulada por uma distribuição de papéis que colocam brasileiros e latino-americanos dos demais países como falantes que excluem a língua do outro e incluem o inglês como “língua franca”¹, mesmo que uma pessoa em particular não a fale” (GUIMARÃES, 2005, p. 20). Em outras palavras, na medida em que a língua inglesa passa a funcionar em um espaço de sentidos determinados pelas línguas portuguesa e espanhola, essas línguas são excluídas. Desse modo, são essas divisões e distribuições desiguais das línguas, que acabam proporcionando a questão política de pertencimento e exclusão dos sujeitos falantes.

Quando o autor afirma que “não se trata de uma questão individual” é porque essa distribuição das línguas, que são objetos históricos relacionadas aos seus falantes, não funcionam de acordo com a vontade do sujeito, isto é, as línguas “não são objetos abstratos” que o falante decide se apropriar quando bem quer. Existe uma regulação específica nesse funcionamento, pois as línguas funcionam no acontecimento, são afetadas por determinadas condições históricas e, portanto, cada espaço funciona de um modo. Segundo o autor, as “diferenças de como as línguas constituem seus falantes fazem parte do processo social de identificação dos sujeitos” (GUIMARÃES, 2006, p. 13).

Por isso, entendemos que a distribuição de línguas para seus falantes no espaço enunciativo é política e, portanto, desigual. Isto é, nessa relação entre línguas e falantes, configurada no espaço de enunciação, se dá a questão do litígio que é estabelecido pela hierarquia das línguas. Sendo assim, o funcionamento das línguas está sempre regulado por esse caráter hierarquizante das línguas que é estabelecido politicamente. Nesse sentido, a divisão das línguas é “marcada por uma hierarquia de identidades” e, por sua vez, “distribui

¹ Sobre a categoria de “língua franca” e outras, veremos a seguir.

desigualmente os falantes segundo os valores próprios desta hierarquia” (GUIMARÃES, 2005, p. 21).

São diversas as instituições e instrumentos que podem promover esta divisão, regulando e administrando as relações entre as línguas e os sujeitos. Por exemplo, o Estado é um regulador através de leis que na afirmação da igualdade de direitos, pretende incluir os socialmente excluídos. No entanto, toda essa ação estabelece uma contradição, pois é o Estado e suas políticas que regulam esses processos, e não os que de fato estão à margem. Portanto, esse modo de divisão das línguas coloca as diferenças como se essa divisão fosse natural, quando na verdade não é. E assim, esta divisão que é marcada por uma hierarquia, proporciona aos falantes uma identificação em relação à língua.

É, portanto, nesse viés, em consonância com Guimarães (2006, p. 14), que entendemos que as línguas são distribuídas politicamente no espaço de enunciação. É assim que o autor elenca categorias, que são igualmente políticas constituindo a política de língua² de um determinado espaço de enunciação. São as categorias de *Língua materna, alheia e franca*, que “tratam das relações cotidianas entre falantes”, e as categorias que representam as relações em nível ideológico/institucional: *Língua nacional, oficial e estrangeira*.

Segundo o autor, a categoria *língua materna* é a língua praticada pela sociedade em que este falante nasceu, “nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes”. *Língua alheia* é toda língua que não a materna para os falantes de um determinado espaço de enunciação. Já *Língua franca* é “aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes dessa língua para o intercuro comum.” Isto é, trata-se de uma língua diferente da língua materna de um grupo e que, portanto, é falada em situações para fins de comércio, diplomacia, entre outras interações.

Por *Língua nacional*, entende-se que é a “língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo”. Esta categoria, muitas vezes, se vincula a um Estado-nação, como representativa de seu povo. No que diz

² De acordo com Orlandi (2007, p. 7), há diversas maneiras de conceber a noção de Políticas Linguísticas: a) em relação “as teorias e também a existência da língua como tal”; b) quando “trata-se do planejamento linguístico, de organizar-se a relação entre línguas”; c) mas “quando falamos de Política Linguística enquanto Política de Línguas, damos à língua um sentido político necessário. Ou seja, não há possibilidade de se ter uma língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. (...) Assim, quando pensamos em política de línguas já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos”.

respeito à categoria de *Língua oficial*, conforme nos explica o mesmo autor, esta constitui “a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais”. E, por último, *Língua estrangeira* é a língua usada por falantes que representam um outro Estado/Nação.

Ainda, Guimarães (2006, p. 16) explica que há mais uma divisão no espaço de enunciação, já que “uma língua, ao funcionar, se divide em decorrência de sua relação com seus falantes”. De acordo com o autor, o sujeito é caracterizado “histórico-socialmente pelo modo como são tomados pelas línguas, e suas divisões, e pelo modo como as tomam. E nesta medida se distinguem linguisticamente” (GUIMARÃES, 2006, p. 17).

Nesse sentido, segundo o autor, há “instrumentos específicos” para a manutenção de uma língua do Estado e língua nacional: a Escola, a gramática, o dicionário, e a mídia. Estes são instrumentos que trabalham de modo que estão sempre reforçando uma divisão desigual da língua entre o certo e o errado. Para o autor, esta distribuição desigual ocasiona “duas ordens de divisão social da língua no seu funcionamento”: uma divisão vertical e uma horizontal.

No que se compreende por eixo vertical, temos uma divisão que opera produzindo uma distinção entre duas expressões da mesma língua, as quais ele chama de registro formal e registro coloquial. De acordo com o autor, o primeiro é a língua escrita dos documentos oficiais, dos textos, da mídia, da ciência, da literatura e outros gêneros. Já o segundo é a língua praticada no cotidiano, que por sua vez possui diversas outras divisões. As divisões mais baixas hierarquicamente são predicadas como não pertencendo à língua, de modo que o registro formal passa a ser normativamente a língua, e as demais divisões significadas como erros (GUIMARÃES, 2006, p. 17)

No eixo horizontal, temos a divisão entre os diferentes dialetos (ou falares), relacionadas à distribuição das línguas no espaço geográfico, político e cultural e, que de certa forma atribuem posições políticas a seus falantes. Ainda, há de se considerar a distinção entre oral e escrito, tal como pontua o autor. Para ele, a oralidade é caracterizada como coloquial, na medida em que a língua escrita é associada à língua nacional e oficial. Como efeito, “a distribuição política das línguas para seus falantes, que é histórica, é tomada como natural e instala-se a norma como algo da natureza” (GUIMARÃES, 2005b, p. 25).

É, portanto, o espaço de enunciação que nos mostra como estas divisões das línguas se relacionam. Essas relações geram um embate porque se dão de maneira política, hierarquizada. Nesse sentido, de acordo com o autor, o “espaço de enunciação é o modo de distribuir as línguas que estão em relação” (GUIMARÃES, 2006, p. 14). E a língua, nesta perspectiva da Semântica do Acontecimento, não é entendida como uma ferramenta, mas sim como um espaço de disputa de poder entre instâncias sociais que tratam de controlar as práticas em uma dada sociedade. Ela é em seu funcionamento, lugar de poder, de litígio, de política. Por sua vez, para que o político se constitua na língua é preciso haver enunciação. Ou seja, é o sujeito que toma a palavra e se posiciona como enunciador sempre limitado pelas condições sócio-históricas em que se inscreve.

Se pensamos na língua portuguesa, a partir deste ponto de vista teórico, consideramos que não existe uma única língua portuguesa, que é o imaginário de homogeneidade que nos é passado pelo Estado através das instituições escolares – e, sim, divisões da língua portuguesa nos diversos falares. Este é o processo que afeta também outras línguas. Além disso, o conceito de espaço de enunciação nos permite pensar que não há uma distribuição harmônica das línguas, nem uma divisão homogênea que defina uma língua. É justamente essa distribuição desigual que proporciona a exclusão ou sobreposição de uma determinada língua em relação a outra(s).

A partir desse posicionamento, quando tratamos do espaço de enunciação de Foz do Iguaçu, consideramos que nesse espaço determinado historicamente ocorre uma disputa incessante pelo dizer, pelo direito a dizer. Não consideramos que se trata de uma relação empírica entre os falantes das línguas oficiais e não oficiais nesse espaço de enunciação. Isto é, do nosso ponto de vista “o falante não é um indivíduo que escolhe sua língua”, pois eles “são caracterizados histórico-socialmente pelo modo como são tomados pelas línguas e suas divisões, e que nesta medida se distinguem linguisticamente” (GUIMARÃES, 2005b, p. 20).

É observando essa relação hierarquizada e complexa que buscamos observar o modo de distribuição das línguas aos falantes, isto é, o lugar de cada língua para seus falantes no espaço de enunciação da Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. Em outras palavras, entender esta distribuição, a partir de um olhar enunciativo, nos possibilitará observar a relação entre línguas neste espaço de enunciação no processo de análise, como veremos mais adiante.

2.2 A FRONTEIRA

Para compreender o modo como as línguas, presentes nesse espaço de enunciação, se relacionam na região de fronteira em Foz do Iguaçu é importante entender a configuração dessa região de fronteira em que estas línguas estão distribuídas, pois elas são afetadas, em seu funcionamento, por estas condições. Assim, compreender o que entendemos por fronteira de um modo geral e a configuração da fronteira territorial, central em nossa discussão, nos permitirá a partir de um olhar enunciativo compreender como as línguas presentes nesse espaço se relacionam e como são distribuídas no espaço enunciativo em questão.

Do ponto de vista geográfico e geopolítico, Sturza (2006, p. 25) explica que

A fronteira vai incorporando significações à medida que fatos históricos como, por exemplo, as disputas sobre os domínios territoriais entre Espanha e Portugal na América, a definição dos limites geopolíticos e, posteriormente a formação dos estados nacionais, constituem os sentidos da fronteira, sobretudo quando a questão é a relação das línguas nas fronteiras hispano-brasileiras.

De acordo com Mignolo, pela leitura de Sturza, algumas décadas antes das expedições navais dos grandes Impérios medievais, a concepção de fronteira geográfica “coincidia com as fronteiras da humanidade” (MINGNOLO, 2003, p. 382 apud STURZA, 2006, p. 26). Isso porque a ciência, ainda escassa em recursos, se apoiava nas crenças populares, de modo que acreditavam que além das fronteiras conhecidas, havia criaturas monstruosas que representavam grande perigo. No entanto, esse cenário se modificou a partir do desenvolvimento das grandes navegações que os levaram a ter contato com outros continentes, o chamado Novo Mundo.

Nessa medida a concepção de fronteira foi se ajustando por uma necessidade de precisão geográfica para melhor estruturar a demarcação dos territórios. Dessa maneira, essa nova concepção assumiu contornos políticos sustentando a formação dos estados nacionais no novo continente, que no caso dos países que hoje compreendemos por sul-americanos, se deu por volta da segunda década do século XIX.

Delinear os limites geográficos, nesse momento, era importante para controlar legalmente as fronteiras territoriais e estabelecer uma unidade nacional. Nesse sentido, tanto o

Estado brasileiro como os Estados platinos criaram mecanismos de proteção à soberania, ao consolidar a lógica do Estado-Nação e que, portanto, uma língua nacional deveria ser fixada.

Assim, as línguas imperiais das antigas colônias, foram oficializadas como línguas nacionais nos novos estados - Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. Dessa forma, da mesma maneira que a fronteira regulava os espaços territoriais, ela também regulava os espaços de dominação de uma língua, endossando uma política de cultura monolíngue (STURZA, 2006, p. 27).

Porém, segundo Sturza (2006, p. 28), por muito tempo a fronteira significou “o lugar que marca o limite entre territórios”, ou “zona de controle legal, militar e fiscal do que uma zona de povoamento e de contato social”, pela pouca população que efetivamente habitava esses territórios. Só a partir do momento em que o povoamento dessas regiões de fronteira no Brasil aumentou de forma significativa, a necessidade do intercâmbio passou a existir, de forma que contribuiu para que se pensasse a fronteira de uma maneira “menos territorial e mais social”: como lugar de comunicação, como “um espaço de contato, um espaço em que se tocam culturas, etnias, línguas, nações”.

A autora explica que um dos motivos pelos quais os contatos sociais se intensificaram foi a fundação de cidades ao longo da faixa fronteiriça do Brasil entre os demais países, chamadas de cidades-gêmeas (STURZA, 2006, p. 29). No nosso caso, a região que forma o bloco do que conhecemos por Tríplice Fronteira no Estado do Paraná, compreendem as cidades-gêmeas de *Ciudad del Este* no Paraguai, *Puerto Iguazú* na Argentina e Foz do Iguaçu no Brasil.

No entanto, conforme a autora, essa “fluidez das relações sociais” que por um lado fortalece as fronteiras em um aspecto social, por outro enfraquece o poder de controle dos Estados como soberano, devido a necessidades de mercado e relações econômicas. Segundo a autora, do ponto de vista socioeconômico, as fronteiras sociais ainda são pouco desenvolvidas, pois as políticas de integração nacionais são substituídas por políticas regionais. Nesse sentido, a autora comenta que

Em contato contínuo ou mesmo circunstancial, as línguas funcionam, nas fronteiras, significadas por estas duas concepções: a fronteira significada pelo limite territorial e controlada pelo Estado, que a resguarda em nome da soberania nacional; e a fronteira do Estado pós-moderno, um espaço supranacional, determinado por todos os tipos de relações além de suas margens territoriais (STURZA, 2006, p. 31).

Assim, vemos que na fronteira, o Estado nacional “perde força”, uma vez que as relações sociais são mais fortes. Nesse sentido, pensando no espaço de enunciação de Foz do Iguaçu, podemos questionar se de fato o Estado nacional funciona nesse espaço como determinante das relações entre falantes e línguas e, também, como ficam as categorias, tal como vimos mais acima, de Língua Nacional, Língua Oficial, Língua Franca, etc., nesse espaço enunciativo de fronteira. Retomaremos estas questões de forma mais contundente nas análises das entrevistas no Capítulo 4.

42.1 O Espaço de Enunciação Fronteiriço

Vimos então que a fronteira, tal como nos traz Sturza (2006), se caracteriza por essa mobilidade social. Agora, sob uma perspectiva enunciativa, a autora nos explica que essa mobilidade, atravessada pelas condições sócio-históricas significam os sujeitos e as línguas nesse espaço. Desse modo, a autora denomina “espaço de enunciação fronteiriço” ao considerar a zona de fronteira entre Brasil e Uruguai. Nesse contexto, a autora apresenta este espaço de enunciação como constituído pelas línguas nacionais de cada país, o português e o espanhol e, também, pelas práticas linguísticas decorrentes do contato dessas línguas, como o *portunhol*.

Para ela, o espaço de enunciação de fronteira pode ser considerado de duas maneiras:

(...) na própria língua, quando o falante enuncia suas práticas linguísticas, sejam elas as línguas nacionais que domina, sejam os dialetos que pratica; e sobre as línguas, quando tomam a existência e sentido, segundo a perspectiva de quem produz conhecimento sobre as “línguas em contato”, nas zonas de fronteira (STURZA, 2006, p. 32).

A autora ainda esclarece que “as línguas, então, estão constituídas de sentidos que significam ainda mais quando se enunciam na fronteira” (STURZA, 2006, p. 70), pois quando o sujeito que vive na fronteira compartilha modos de vida entre o seu país de origem e o país vizinho, estabelecem relações intensas e únicas, de modo que significam no espaço de enunciação as relações de convivência e confronto com as línguas que dispõem para enunciar.

Portanto, sejam as línguas nacionais de cada país que faz fronteira, línguas de imigrantes ou também as práticas resultantes das relações entre línguas, como por exemplo o *portunhol*, no espaço de fronteira entre Brasil e países hispanos, elas funcionam e se

significam de modo diferente de outros espaços enunciativos e é esse funcionamento que buscamos compreender mais adiante em nossas análises.

Em outras palavras, ao observar o funcionamento de acontecimento de enunciação, por meio do nosso material de análise, que consiste em anúncios dispostos pela cidade e entrevistas com habitantes da região de Foz do Iguaçu, observaremos como o próprio acontecimento atesta o espaço enunciativo em que funciona, isto é, o modo como as línguas funcionam nesse espaço enunciativo. Os enunciados de anúncios e placas, enquanto acontecimentos enunciativos no espaço público, significam nesse espaço, de modo que poderemos observar a complexidade do espaço de enunciação dessa cidade brasileira de fronteira. Já o material resultante das entrevistas realizadas com pessoas em suas atividades cotidianas, e que também são acontecimentos enunciativos nos permite reconhecer o que os falantes dizem sobre o espaço de enunciação de Foz. Sendo assim, é a partir das análises do acontecimento enunciativo que constatamos o espaço de enunciação no qual ele se dá.

Porém, antes de tratarmos da relação entre as línguas, sob uma perspectiva enunciativa, na região de nosso interesse, a Tríplice Fronteira na cidade de Foz do Iguaçu, vamos entender como se configura essa região histórica e geograficamente.

2.2.2 O “divisor de águas”: o contexto da região da Tríplice Fronteira

A cidade hoje denominada Foz do Iguaçu está localizada no extremo oeste do estado brasileiro do Paraná, fronteira dos países Argentina e Paraguai (cidades de *Puerto Iguazú* e *Ciudad del Este*, respectivamente) às margens do rio Paraná e Iguaçu e, por isso é denominada Tríplice Fronteira. Entre os territórios argentinos e paraguaios encontra-se o Parque Nacional do Iguaçu, um dos maiores parques nacionais do país que abrange mais de 600 mil hectares de áreas protegidas³.

A região, antes da expansão territorialista, era habitada por índios Caingangues e Guaranis. O primeiro relato sobre as Cataratas do Iguaçu foi escrito pelo espanhol Álvar

³ Disponível em: <http://www.cataratasdoiguacu.com.br/parque-nacional-do-iguacu/sobre-o-parque/> Acesso em: fevereiro de 2018.

Nuñez Cabeza de Vaca⁴, que comandava uma expedição, em 1542, rumo à Assunção, no Paraguai e, quando chegou ao Rio Iguaçu, se deparou com a imensidão das Cataratas.

De acordo com Wachowicz (1982), a existência dos rios Paraná e Iguaçu foi a principal linha demarcadora entre a fronteira brasileira e a espanhola no século XVI. Na perspectiva dos governantes espanhóis e portugueses, este divisor natural representava um obstáculo de passagem aos exploradores estrangeiros e, portanto, proporcionava uma certa segurança aos seus territórios. Nesse sentido, por um longo período de tempo, não houve interesse em estimular a colonização desta região, embora essa linha demarcadora entre os países já colocava a relação entre as regiões que viriam a ser as cidades de Foz do Iguaçu, *Cidade del Este* e *Puerto Iguazú*.

Na segunda década do século XIX, se estabeleceram os Estados Nacionais independentes das colônias portuguesa e espanhola, sobretudo, os países que hoje compõem a América do Sul. Este desligamento da colônia proporcionou aos estados independentes reivindicar o direito sobre seus territórios e buscar meios de estabelecer uma unidade nacional. Dessa forma, como vimos anteriormente, de acordo com Sturza (2006, p. 25), “a fixação de uma língua nacional viabilizou a sustentação da soberania, pois haveria uma língua da nação, uma língua oficializada”, de modo que os estados nacionais independentes Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai oficializaram as línguas imperiais como suas línguas nacionais.

Em fins do século XIX, mais precisamente em 1889, se deu o marco do início da ocupação da região do oeste paranaense, sobretudo do município que viria a ser Foz do Iguaçu, quando se instalou uma colônia militar com o objetivo de fortalecer a segurança entre as fronteiras. Segundo Wachowicz (1982), os próprios oficiais representantes do governo que foram transferidos para Foz do Iguaçu, com algumas exceções, praticavam atividades ilícitas, como o contrabando de erva-mate e madeira, principal matéria prima da época.

Em 1912, a administração da colônia militar foi entregue ao Estado do Paraná. No entanto, a região ainda se encontrava pouco desenvolvida economicamente. Entre alguns fatores, as intervenções federais foram o maior responsável pelo desenvolvimento econômico

⁴ Cabeza de Vaca (1995, p. 39) ao descrever as Cataratas: “O governador comprou algumas canoas dos índios e embarcou com oitenta homens rio Iguaçu abaixo, seguindo o restante por terra, devendo todos se juntar no rio Paraná. Mas, ao irem pelo rio Iguaçu abaixo, era tão forte a correnteza que as canoas corriam com muita fúria. Logo adiante do ponto onde haviam embarcado, o rio dá saltos por penhascos enormes e a água golpeia com tanta força que de muito longe se ouve o ruído”.

da região, em meados de 1960. Além disso, o fortalecimento das relações diplomáticas entre Brasil, Paraguai e Argentina, iniciado em 1950, passou a ditar um novo ritmo ao desenvolvimento da região.

O primeiro importante resultado foi a inauguração da Ponte Internacional da Amizade, em 27 de março de 1965, com extensão de 554 metros, ligando Foz do Iguaçu a *Ciudad del Este*, no Paraguai, passando sobre o rio Paraná. Posteriormente, no ano de 1985, criou-se outra ligação, desta vez com a Argentina, até então inexistente, com a Ponte Tancredo Neves (Ponte da Fraternidade) e, com ela, houve a construção de uma das mais modernas aduanas do país (PERIS; LUGNANI, 2003).

Nessa mesma época, já se tinha em vista o potencial hidrelétrico do rio Paraná, considerado capaz de prover grande parte da energia necessária para a consolidação do processo de industrialização brasileira planejada pelo governo militar na época. Assim, através de acordos entre Paraguai e Brasil, iniciou-se em 1974 a construção da binacional Usina Hidrelétrica de Itaipu⁵. O lago, formado pela represa de Itaipu, desencadeou inúmeros impactos ambientais além da desapropriação de inúmeras famílias, cujas terras foram alagadas.

A política monetária do governo federal brasileiro também impactou fortemente a cidade de Foz do Iguaçu, durante o início da década de oitenta. O câmbio, que na época estava sobrevalorizado com a intenção de reduzir as necessidades de divisas estrangeiras do país, estimulou os turistas brasileiros a comprarem nas cidades vizinhas de *Ciudad del Este* (Paraguai) e *Puerto Iguazú* (Argentina).

Neste momento, surgiram os “sacoleiros”, pessoas vindas das mais diversas regiões do Brasil que compravam produtos industrializados no Paraguai, que por sua vez eram produtos vindos de diversas partes do mundo, inclusive muito deles falsificados, porém com uma carga de imposto muito menor do que a dos similares brasileiros. Dessa forma, as mercadorias eram revendidas pelos sacoleiros em suas cidades de origem a preços mais acessíveis que os produtos de origem nacional. No entanto, essa nova dinâmica no comércio prejudicava a indústria brasileira e o próprio governo, com a redução potencial da arrecadação tributária (PERIS; LUGNANI, 2003).

⁵ De acordo com o IBGE (2016), a Usina Hidrelétrica de Itaipu é segunda maior do mundo em tamanho e primeira em geração de energia.

Esse tipo de turismo foi um dos motivadores para a criação do MERCOSUL, em 1991, que facilitou as trocas entre as empresas exportadoras brasileiras e as firmas comerciais sediadas em Assunção, *Ciudad del Este* e *Buenos Aires*. O resultado, também provido pelo Plano Real, assim como imposições de taxas e cotas sobre as compras feitas em outros países, foi a diminuição do comércio internacional por turistas. Assim, Foz do Iguazu deixou de ser um centro exportador, dando mais espaço para o turismo ecológico.

A mais recente ação que promove uma aproximação e interrelação entre as cidades de Foz do Iguazu, *Ciudad Del Este* e *Puerto Iguazú*, de modo mais imediato, bem como o restante da América Latina, foi a construção da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), universidade criada pela Lei brasileira 12.189/2010, cuja instituição faz parte de um projeto único, pois trata-se de uma universidade aberta para toda a comunidade da América Latina e Caribe.

Nesse sentido, vemos que a região da Tríplice Fronteira ao oeste do Paraná se configura por uma relação intensa entre as cidades fronteiriças que a compreendem. Apesar da fronteira como limite e controle territorial, desde o início da colonização, as trocas comerciais sempre aconteceram, mesmo que ilicitamente. No Estado pós-moderno, a realização de obras que unem a região, tais como a Ponte da Amizade, a da Fraternidade, a hidrelétrica de Itaipu, e mais recentemente a UNILA, intensificaram a integração entre os países. Em outras palavras, por mais que haja a demarcação fronteiriça para separar os países territorialmente, isso não é o suficiente para conter as relações sociais e econômicas entre brasileiros, paraguaios e argentinos e, desse modo, uma relação que passa necessariamente pelas línguas.

Ainda, há de se comentar a questão da imigração na região, que se deu em diversos momentos. Além de brasileiros, argentinos e paraguaios, tem-se asiáticos e árabes, que de acordo com Truzzi (1991), se instalaram na região atraídos pelo potencial comercial, mais precisamente em fins do século XIX. Essa diversidade é clara no âmbito das dinâmicas comerciais, sobretudo nas cidades de Foz do Iguazu e *Ciudad del Este*, no Paraguai.

No que diz respeito a comunidade árabe, a maior parte de seus integrantes são de origem libanesa. *Ciudad del Este* possui uma mesquita e Foz do Iguazu possui duas, além de escolas bilíngues português-árabe, centros culturais e restaurantes de comidas típicas. Esses estabelecimentos, na sua grande maioria, estão localizados em um mesmo bairro, em Foz do

Iguaçu, onde moram a maior parte das famílias libanesas que atuam no comércio brasileiro e paraguaio.

Considerando o exposto vemos o dinamismo que configura essa região de fronteira, que recebe um grande fluxo de diversas culturas e línguas. De acordo com Camblong (2001, p. 129), neste espaço

(...) se instala de inmediato una espacialidad de tránsitos en la que entran en interacciones lenguas oficiales (español, guaraní y portugués), monedas, símbolos pátrios, documentos de identidad, ciudadanías dobles o triples, tensiones y rivalidades históricas, deportivas y políticas, afectos y broncas ancestrales, parientes y vecinos de toda la vida, bandos y contrabandos sosteniendo una economía errática, movediza e informal que diferencia la zona del resto de cada uno de los países.⁶

Nesse sentido, a movimentação de brasileiros, argentinos, paraguaios, entre outras nacionalidades na cidade brasileira e nas cidades que fazem fronteira com ela é intensa de maneira que as línguas estão em constante relação, configurando esse espaço de enunciação, tornando-se, assim, interessante para a investigação da área de política de línguas, isto é, da relação entre as línguas e falantes dessa região. Por isso a fronteira, para nós, interessa na medida em que a consideramos enquanto um espaço configurado pelas condições sócio-históricas que intensificam o contato entre sujeitos, culturas, Estados, políticas e, foco de nosso interesse, as línguas.

Em outras palavras, esse movimento nos interessa porque coloca as línguas em relação com os sujeitos, para assim se significarem, dando margem ao interpretável para, então, podermos entender de que modo essas línguas se constituem para estes sujeitos em suas práticas sociais cotidianas em meio à determinação das políticas oficiais de três Estados sobre as línguas.

2.3 SOBRE AS LÍNGUAS

No momento das grandes navegações do final do século XV e do século XVI, línguas como o português e o espanhol, por exemplo, foram “transportadas” não só para a América

⁶ Tradução nossa: se instala de instantaneamente uma espacialidade de trânsitos nas quais interagem as línguas oficiais (espanhol, guarani e português), moedas, símbolos pátrios, documentos de identidade, cidadanias duplas ou triplas, tensões e rivalidades históricas, esportivas e políticas, afetos e desafetos, parentes e vizinhos, bandos e contrabandos sustentando uma economia errática, movediça e informal que diferencia a zona do restante de cada um dos países.

Latina, mas para outros continentes, sobretudo com o início da colonização portuguesa e espanhola. Essas línguas passaram a existir em um novo espaço e passaram a estabelecer diversas relações com outras línguas e povos nessa nova realidade (GUIMARÃES, 2005a).

Nessa perspectiva, considerando a discussão anterior sobre o espaço da fronteira em si, podemos agora iniciar uma reflexão acerca das línguas presentes nessa região de fronteira tripla. Para tanto, primeiramente vamos abordar de forma mais geral a formação do espaço de enunciação do Brasil e dos países de colonização espanhola na América do Sul.

2.3.1 O Português

Ao tratar do espaço de enunciação brasileiro, Guimarães (2005a) discute que, desde o início do período colonial, falava-se diversas línguas no Brasil. Neste espaço, conviviam a língua portuguesa, que era falada por uma minoria de pessoas que atuavam em funções administrativas ou religiosas, a língua holandesa em determinadas regiões, as línguas dos indígenas, e a “língua geral”, que era uma língua de contato entre indígenas, portugueses e todos os demais, predominante neste momento.

Entre 1654 e 1808, havia a presença de diversos povos e línguas no Brasil. Muitos portugueses foram trazidos por diversos motivos: evangelização dos índios, cristãos-novos, prostitutas, presos. Além disso, foram trazidos à força muitos africanos para o trabalho escravo, de maneira que a relação entre línguas estendeu-se para as línguas africanas. No entanto, essa relação entre as línguas indígenas, africanas e europeias foi marcada por um processo de imposição e desculturação imposto pelos colonizadores portugueses, principalmente, na segunda metade do século XVII, por iniciativa do ministro de Dom José I, Marquês de Pombal, obrigando o uso da língua portuguesa oficialmente, e por fim, a expulsão dos jesuítas no ano seguinte.

Nas palavras do autor,

A história das línguas indígenas e africanas com o português está ligada a um processo caracterizado pela proeminência política, de poder, da língua portuguesa relativamente a esse conjunto de línguas. (...) o português é a língua do Estado, estabelecida como língua oficial, já no período de colonização. A partir do século XIX esta língua passa a ser também língua nacional e, mais que isso, é significada como língua materna de todos os brasileiros, mesmo que não o seja de fato. Quanto às línguas africanas, há algo a mais, ligado a seu modo de presença no Brasil, eram línguas cujos falantes eram escravos e, assim, excluídos do direito de falar em público (GUIMARÃES, 2005c)

Ainda, Guimarães (2005a) pontua outro fato histórico: a vinda da família real portuguesa em 1808. De acordo com o autor, o aumento da população portuguesa no Brasil e a transformação do Rio de Janeiro em capital do Império configuram “novos aspectos para as relações sociais em território brasileiro, e isto inclui também a questão da língua”. Dentre um dos motivos que proporcionou à língua portuguesa um “instrumento direto de circulação” e um “efeito de unidade do português para o Brasil, enquanto língua do rei e da corte” foi a criação da Imprensa e a Biblioteca Nacional, nesse mesmo período.

Entre 1818 e 1820, iniciaram-se as relações entre o português e as línguas de imigrantes falantes de diversas línguas, como alemão, italiano, japonês, holandês, inglês, entre outros. Segundo o autor, a partir desse momento, o espaço de enunciação do Brasil se configura por duas relações diferentes “de um lado as línguas indígenas (e de certo modo as línguas africanas dos descendentes de escravos) e de outro as línguas de imigração”.

O autor explica que essa diferença se dá no modo de relação, isto é, as línguas indígenas e africanas entraram em relação “como línguas de povos considerados primitivos (...) ou escravizados” e, portanto, estabelece que não há lugar para essas línguas e falantes. Já no caso da imigração, conforme Guimarães (2005a), as línguas e seus falantes entraram no Brasil por uma ação governamental e, por isso, “as línguas dos imigrantes eram línguas de povos considerados civilizados”.

Anos mais tarde, em 1826, deu-se início ao processo de independência e, de acordo com o autor, é nesse período que “se formula a questão da língua nacional do Brasil no parlamento brasileiro”, de maneira que a língua portuguesa no Brasil, “de língua do colonizador”, passa a ser a “língua da nação brasileira”, constituindo “a sobreposição da língua oficial e da língua nacional (GUIMARÃES, 2005a).

“(...) Dessa maneira cria-se historicamente no Brasil o sentido de apropriação do português enquanto uma língua que tem as marcas de sua relação com as condições brasileiras. Pela história de suas relações com outro espaço de línguas, o português, ao funcionar em novas condições e nelas se relacionar com línguas indígenas, língua geral, línguas africanas, se modificou de modo específico e os gramáticos e lexicógrafos brasileiros do final do século XIX, junto com nossos escritores, trabalham o “sentimento” do português como língua nacional do Brasil” (GUIMARÃES, 2005a).

Nesse sentido, é possível constatar que a relação entre as línguas de diferentes grupos de falantes, dada por vários motivos e de diversas formas, resultou no processo, ao longo dos

séculos, da relação entre as línguas e contribuições para suas particularidades nos vários níveis da língua portuguesa falada no Brasil.

Apesar de toda essa diversidade linguística presente no espaço de enunciação do Brasil, temos o português considerado língua oficial e nacional do Estado brasileiro produzindo-se um imaginário de ser a única língua falada pelos brasileiros e que desconsidera os diversos falares próprios da divisão da língua, assim como o imaginário de que falamos/escrevemos a língua portuguesa de Portugal, como se fosse a mesma língua.

Sobre este último ponto, Orlandi (2005) nos explica que as línguas nos países colonizados “funcionam em uma identidade dupla”, pois ainda se considera que estas línguas (no caso da América Latina, o português e o espanhol) são as mesmas faladas na Europa. No entanto, para a autora, não se trata da mesma língua, pois elas “produzem discursos distintos, significam diferentemente”, já que a língua portuguesa no Brasil foi se transformando ao funcionar em outra realidade. Isto é, mudou a partir do contato com as línguas africanas, indígenas e outras línguas europeias. Ainda assim, conforme a autora, há um efeito de homogeneidade entre as línguas, pois “é o efeito produzido pela história da colonização”.

2.3.2 O Espanhol

Uma outra língua também está em constante relação com o português no Brasil, trata-se do espanhol, não só pela questão da imigração, mas, sobretudo, pelo fato de que é a língua falada nos países que fazem fronteira com o Brasil. Nas escolas brasileiras, ou seja, por meio da instituição de ensino, a política linguística educativa de ensino de línguas estrangeiras no Brasil incluiu em 2005 o ensino do espanhol.

Motivada pelo propósito de integração regional e também por uma demanda econômica proveniente dos países Brasil e Argentina, medidas foram articuladas para a inserção das línguas portuguesa e espanhola nos sistemas educacionais desses países, por meio de iniciativas políticas dos Estados. Trata-se da *Ley* 26.468/2009 da Argentina, que propõe o ensino do português como língua estrangeira e a *Lei* 11.161/2005 do Brasil, que definiu a obrigatoriedade de oferta do espanhol no sistema educacional brasileiro. Ambas definiram esta obrigatoriedade de forma semelhante e, de acordo com Arnoux (2012), a forma como se estabeleceram essas leis são, no mínimo, discutíveis, pois “*se trata de una oferta*

obligatoria que deben hacer las escuelas secundarias de los países pero que, al mismo tiempo, es optativa para los alumnos; esto último plantea una serie de dificultades⁷.

Essas dificuldades, segundo a autora, podem ser compreendidas pelo desinteresse por parte dos alunos em relação ao aprendizado dessas línguas, uma vez que a inserção dessas políticas de inclusão das línguas no sistema educacional nos dois países foi implementada isoladamente, isto é, sem o acompanhamento de políticas de conscientização social, e/ou de difusão cultural. Outra dificuldade, que se relaciona à economia, se deve ao fato de que nesse âmbito ainda se considera a língua inglesa como alternativa mais interessante.

Ainda, há de se levar em conta o imaginário social⁸ sobre as línguas espanhola e portuguesa, que envolve a ideia de semelhança e facilidade entre essas línguas. Este imaginário também promove uma certa desmotivação para seu aprendizado. Celada (2002, p. 44), ao estudar o imaginário dos brasileiros sobre a língua espanhola, sobretudo no que diz respeito ao ensino-aprendizagem, constata que o imaginário pelo qual o brasileiro se relacionou historicamente com a língua espanhola se dá por um efeito de proximidade dado pela semelhança das materialidades das duas línguas. Isto contribuiu para que, muitas vezes, o espanhol se apresente, mais do que como uma língua estrangeira, como uma “versão mal falada”, ou “mais formal”, do português brasileiro.

Desse modo, brasileiros desenvolveram uma imagem de língua parecida e fácil, que resultou em uma ilusão de espontaneidade relacionada ao espanhol, constituindo o que a autora chama de “espanhol imaginário”. Nessa perspectiva, como pontua a autora, é no domínio dessa língua imaginária que surge o portunhol, como uma de suas manifestações e, o espanhol imaginário é um portunhol em versão mais correta e séria (CELADA, 2002).

⁷ Tradução nossa: trata-se de uma oferta obrigatória da disciplina que as escolas de Ensino Médio dos países devem cumprir, mas que ao mesmo tempo é optativa para os alunos; este último apresenta uma série de dificuldades.

⁸ Na linha da Análise do Discurso, imaginário é entendido como o lugar onde se constitui a rede de paráfrases e reformulações de uma dada formação discursiva. Para Pêcheux (1990, p. 82), as formações imaginárias designam o lugar que sujeitos A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do outro. De acordo com Orlandi (2001, p. 40), não se trata de sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos, “mas suas imagens que resultam de projeções”. É, portanto, o funcionamento das formações imaginárias que possibilita que o sujeito ajuste seu dizer através do jogo de imagens. Nesse sentido, “O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. A imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições” (ORLANDI, 2001, p. 42)

No entanto, ainda que circundada por diversos obstáculos e falta de planejamento, como pudemos observar, a Lei 11.161/2005 foi implantada no Brasil em um momento de dada relevância e imposição do grupo do MERCOSUL. Mal se teve tempo para que as instituições se adaptassem à nova demanda e o atual governo de Michel Temer revogou a lei, por não mais pertencer aos interesses políticos. De todo modo, as línguas continuam em relação. Principalmente na região fronteira à qual dedicamos esse estudo.

No caso do outro país hispano que se relaciona nessa região, a Argentina, Bein (2012) nos explica que em 1400, antes da chegada de Colombo, o território era ocupado por aproximadamente 35 comunidades indígenas, dentre elas mapudungún, qom, pilagá, mocoví, wichí, nivaclé, chorote, avachiriguano, guarani, quíchua, tehuelche, entre outras, e, portanto, nesse espaço conviviam todas as línguas dessas comunidades.

Em 1516, com a chegada de Juan Díaz Solís os processos de colonização e exploração se iniciaram e, entre 1513 e 1596, a política empregada nessa colônia espanhola era a do ensino do espanhol para os indígenas para facilitar o processo de catequização até que, mais tarde, em 1768, políticas mais radicais foram implementadas como a promoção da extinção das línguas dos povos originários em todo território através de forte repressão e tentativa de extermínio dessas populações, com o propósito de instalar uma identidade nacional através da língua.

Assim como o Brasil, a Argentina foi um país receptor de imigração europeia e, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a imigração, sobretudo espanhola e italiana, foi tão grande a ponto de ter um enorme impacto na história demográfica e cultural argentina. Nesse contexto, de acordo com Bein (2012), políticas foram implementadas para a proibição do *lunfardo*, língua originada principalmente pela influência dos imigrantes italianos.

Somente em 1994, a partir da reforma constitucional deu-se o reconhecimento do direito à educação bilíngue aos indígenas e, políticas de inclusão de línguas indígenas e estrangeiras no ensino, devido à globalização. Dez anos depois, em 2004, a língua guarani foi declarada cooficial na província de Corrientes. No mesmo ano, através da “*Ley de Educación Nacional*”, foi possível proporcionar maior proteção aos indígenas no que diz respeito às línguas e identidade cultural ao aperfeiçoar o ensino bilíngue nas escolas – sobretudo as

línguas guarani e quichua. E, em 2010, as línguas dos povos Qom, Moqoit e Wichí foram declaradas cooficiais, mas somente na província do Chaco.

Importante mencionar que a Constituição Nacional argentina não especifica qual é a língua oficial do Estado. De acordo com Arrossi (2011-2017, p. 5), “*En su artículo 14, la Carta Magna dictamina que todos los habitantes de la nación tienen derecho a estudiar y aprender, aunque no indica cuál será la lengua de enseñanza*”⁹. Mas, se pode considerar que a língua oficial da Argentina é o espanhol, ou castelhano, pois ela está nos documentos oficiais, no ensino, na política, na ciência, na mídia etc. (CARBONETTI;GONZÁLEZ, 2011-2017, p. 12).

2.3.3 O Guarani

Melià (2010) explica que, aproximadamente 3000 anos a.C existiam três grandes grupos étnicos que povoaram o que conhecemos hoje por América do Sul: os Andinos ao oeste, os Aruaque ao norte, e os Tupi-Guarani com uma grande extensão territorial e talvez o mais populoso. Esse grupo emigrou lentamente da América Central até o centro da América do Sul, onde se estabeleceu, desenvolvendo um conjunto de línguas muito bem estruturado, conhecido hoje como o tronco linguístico Tupi-Guarani.

Acredita-se que antes do início da Era Cristã foi gerado um movimento migratório expansionista que produziu uma divisão neste grupo. Uma parte, mais especificamente a dos Tupi, foi para o leste da América do Sul, até a costa atlântica, e para o norte, seguindo curso do rio Amazonas, desenvolvendo a língua tupi. A outra parte, o grupo dos Guarani, moveu-se para oeste e sudoeste, estabelecendo-se na bacia do Rio da Prata, desenvolvendo aí a língua guarani.

Assim, a dispersão desses grupos consequentemente fez com que suas línguas adotassem peculiaridades. Como resultado, a língua se dividiu em uma porção de outras línguas de considerável similitude entre si, todas integrantes da mesma família linguística, o Tupi-Guarani.

⁹ Tradução nossa: O Art. 14 da Carta Magna diz que todos os habitantes da nação têm direito a estudar e aprender, ainda que não identifique qual é a língua de ensino.

Por diversas razões, entre as quais uma atroz perseguição por parte dos colonizadores portugueses, a língua tupi ingressou em uma rápida decadência até sua quase desapareção na região que atualmente compreende o norte e o leste do Brasil. Já o guarani resistiu e se permaneceu de maneira notável no que hoje é o Paraguai e as zonas dos países vizinhos: nordeste argentino, sul boliviano e sudoeste brasileiro (MELIÀ et al, 2008).

Do ponto de vista da História, a costa ocidental da América estava em constante contato econômico e cultural com a Espanha no período colonial, enquanto o Paraguai estava isolado dessas relações. O motivo é que no Paraguai faltavam recursos naturais a serem explorados e algumas áreas geográficas eram de difícil acesso e assim, a coroa espanhola impôs restrições no comércio internacional paraguaio. Dessa forma, junto com o isolamento econômico, veio o isolamento social do país (RUBIN, 1974, p. 23).

Outro fator se deu, no âmbito da Igreja, quando no processo de colonização os religiosos concluíram que não poderiam cristianizar os indígenas à força, mas que também não poderiam esperar séculos por uma hispanização efetiva e completa e, portanto, se incumbiram de aprender a língua nativa e se dedicaram ao processo de “gramatização”¹⁰ desta língua e implementaram uma política que se baseava no emprego da(s) língua(s) indígena(s), adaptando-as, todavia, aos interesses e necessidades da empresa colonial, as línguas gerais. Nesse sentido, a unidade da língua guarani, apreendida como sistema de linguagem que permitia a compreensão mútua de vários grupos indígenas entre si, foi tomada como princípio de outro tipo de unidade, isto é, como norma que podia ser promovida entre os falantes de outras divisões do guarani.

Dessa maneira, o terreno foi preparado; os índios foram reduzidos culturalmente e também linguisticamente, ou seja, conduzidos à fé cristã e à vida civilizada. Por tempos, a Coroa e a Igreja não se opuseram ao uso da língua geral e seu domínio passou a ser requisito fundamental para os religiosos que viriam para América. De certo modo, “a língua geral tirava os índios do isolamento de suas cidades e os incorporava a uma comunidade mais ampla, mais sensível à influência espanhola” (PONTE, 2004, p. 43).

De modo geral, até as últimas décadas do século XIX, a sociedade paraguaia foi majoritariamente monolíngue guarani, com uma porcentagem muito pequena de falantes do

¹⁰ Cf. AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. 134 p.

espanhol, língua até então restrita basicamente à administração pública e ao diálogo com os estrangeiros, de maneira que o guarani foi, ao longo do período colonial e até a metade do século XX, mantido à margem das instituições públicas, sempre reservadas ao espanhol. Somente no século XX que se reforçaram movimentos políticos importantes destinados a reformar instituições e tratar da questão da cultura e da educação no Paraguai de modo crítico, e reivindicando o valor das culturas americanas de tradição não europeia (MELIÀ, 2010).

Rodriguez-Zucolillo (2000) explica que foi na Constituição de 1967 que o guarani ganhou *status* de língua nacional. Na década de 1970, o país começou a discutir a questão do bilinguismo, até então ignorada. Com a redemocratização do país, em 1989, e a Constituição Nacional dela resultante, em 1992, foi-lhe concedido o estatuto de língua oficial¹¹, juntamente com a língua espanhola. Em 1993, o guarani foi incluído na Reforma Educativa do Paraguai, que se iniciou no ano seguinte.

Mais tarde, movimentos em defesa da regulamentação entendiam que o país ainda não havia atendido ao preceito constitucional de 1992 e, assim, em 1994, uma reforma educacional instituiu a educação bilíngue obrigatória nos nove anos da educação básica, em todo o território nacional paraguaio, sendo o direito à educação em língua materna. Este direito foi reafirmado, em 2007, quando o chamado *Taller de la Sociedad Civil*¹² se manifestou através do projeto da *Ley de Lenguas (no. 4251)* que foi promulgado no ano de 2010 (RODRIGUEZ-ZUCOLILLO, 2000).

A *Ley de Lenguas* tem como um de seus objetivos estabelecer as modalidades de utilização das duas línguas oficiais da República do Paraguai, isto é, disciplinar temas importantes para os falantes paraguaios de modo imparcial entre as duas línguas oficiais, como o usufruto do direito linguístico sobre essas línguas, o uso público dessas línguas nas diversas instituições, sobretudo, na educação. Essa lei ainda garantia a criação e funcionamento da Academia da Língua Guarani, uma entidade sem fins lucrativos, mantida pelo governo federal e gerenciada por sua Secretaria de Política Linguística. De acordo com a lei, a Academia deve integrar os diversos âmbitos relacionados à língua (linguístico, literário e pedagógico) e assegurar o estabelecimento de uma norma para a língua guarani, bem como a

¹¹ Art. 140 da Constituição Nacional paraguaia.

¹² Trata-se de um movimento, cujos membros com influências em diversas instituições governamentais, buscaram confeccionar um documento para regulamentar o Art. 140 da Constituição paraguaia.

publicação de dicionários e gramáticas oficiais da língua. Outro momento fundamental da política de promoção da língua guarani foi o de incluí-la como idioma oficial do MERCOSUL. Em 2007, o guarani foi declarado idioma do bloco regional, mas não considerado como idioma oficial; assim, surgiram outras solicitações que foram atendidas em 2009 quando, por fim, o guarani se igualou ao português e ao espanhol em condições de oficialidade no MERCOSUL.

Atualmente, no Paraguai, como nos mostra Melià (2007), as línguas oficiais e nacionais do Estado são o guarani e o espanhol. De acordo com o autor, o guarani é língua materna de 42,9% da população urbana e de 82,7% da população rural do Paraguai. Na educação, ambos os idiomas oficiais são de caráter obrigatório no ensino de escolas públicas e particulares de todo o país. No entanto, vemos que a ampla difusão social da língua, assim como o reconhecimento do Estado paraguaio não foram medidas suficientes para fazer com que o guarani ocupasse o mesmo lugar de oficialidade do espanhol, já que a língua ainda é associada à oralidade, à informalidade e à ruralidade no país (MELIÀ, 1988).

Portanto, no espaço de enunciação paraguaio, regulado por uma condição histórica específica, vemos que a distribuição das línguas, ainda que se tente controlar por meio das políticas linguísticas, como o fato de que a Constituição Nacional reconheça duas línguas oficiais (espanhol e guarani), ela não pôde assegurar o dever de falá-las e delas fazer uso nas instâncias oficiais, isto é, esta distribuição permanece desigual, pois o guarani não ocupa o lugar de língua oficial, não é língua de trabalho no âmbito social, tanto que está ausente do discurso jurídico, político e da administração pública (RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2001).

Nesse sentido, em consonância com Guimarães (2006, p. 14), essa distribuição será “sempre marcada por uma desigualdade politicamente construída, ou seja, a distribuição dessas línguas para seus falantes constitui uma hierarquia entre elas e atribui um sentido para essa hierarquia”. Isso se comprova no caso do Paraguai, com tudo que citamos anteriormente, o espanhol ainda ocupa o lugar no topo desta hierarquia, independentemente de medidas políticas de controle atribuídas pelo Estado. Trata-se, portanto, de duas línguas oficiais, mas que tomam seus falantes cada uma a seu modo no espaço de enunciação fronteiro de Foz do Iguaçu, como veremos nas análises mais adiante.

Ainda, há de se considerar as divisões próprias da língua guarani. Como dissemos anteriormente, esta língua, na atualidade, se vê presente no nordeste argentino, sul boliviano e

sudoeste brasileiro. O guarani falado na região do Paraguai, não é mais exclusivamente indígena dada a sua difusão social atualmente e, portanto, não se deve considerar o guarani brasileiro, argentino, boliviano e paraguaio como uma língua única e homogênea.

A seguir, trataremos de outros falares que estão presentes nessa região de fronteira.

2.3.4 Portunhol e Jopara

A região fronteira de Foz do Iguaçu compreende uma comunidade que se encontra nos três lados das fronteiras: Brasil, com o português como língua oficial e nacional, Paraguai, com as línguas espanhola e guarani como oficiais e nacionais e Argentina, língua oficial e nacional o espanhol. De todos os modos, a configuração da fronteira faz com que essa comunidade viva além das demarcações geopolíticas. E é nesse bloco que os sujeitos se encontram, se cruzam, se relacionam e vivem.

Nesse sentido, os sujeitos entram em contato por diversas necessidades e desenvolvem modos de comunicar-se como, por exemplo, mesclar duas línguas para melhor interagir com o seu vizinho, o seu cliente, o seu parente ou patrão. É o caso do portunhol, que configura uma das próprias divisões do português em função da relação com essas outras línguas. Há ainda outra divisão, mas relacionada ao espanhol e o guarani, o *jopara*.

Para melhor ilustrar a questão do *jopara*, é importante salientar que o guarani falado pela sociedade colonial, de onde se desenvolveu o guarani falado hoje, é uma língua que, pela sua relação com o espanhol, foi se diferenciando ao longo do tempo, por todos os motivos que citamos anteriormente. Essa diferenciação é exemplificada por Melià (1992), em relatos de meados do século XVIII sobre os problemas de compreensão entre a variedade indígena e a dos colonos, de que fala o Padre Cardiel na década de 1750:

El lenguaje o jerigonza que a los principios sabían no es otra cosa que un agregado de solecismos y barbarismos de la lengua guaraní y castellano, como se usa en toda la gobernación del Paraguay y en la jurisdicción de las Corrientes. En una y otra ciudad, los más saben castellano, pero en villas y en todas las poblaciones del campo, chacras y estancias no se habla ni se sabe por lo común, especialmente entre las mujeres, más que esta lengua tan corrupta...me fue necesario aprender ésta tan adulterada lengua para darme a entender, porque la propia guaraní no la

entendían, y menos el castellano; y así les predicaba en su desconcertado lenguaje.
(CARDIEL, 1758/1900 apud MELIÀ, 1992, p. 59)¹³

É nesse contexto, portanto, que temos a língua *jopara*¹⁴, língua mesclada de espanhol e guarani através da qual grande parte dos paraguaios se comunicam no dia a dia. Foi definida por Melià, a partir de uma visão normativa, pela sua “*falta de normatividad [...] que desafía cualquier categorización*” (MELIÀ, 1992, p. 184). Ou seja, é como se esta língua estivesse, na visão do autor, em uma zona de interferência de difícil captação e de descrição, entre o guarani paraguaio e o espanhol paraguaio, que também, de certa forma, tem incorporado muitas características, inclusive estruturais, do guarani.

Segundo Armatto de Welti (2011), o *jopara* constitui o sistema de comunicação nos ambientes rurais e suburbanos do Paraguai e também em regiões que abrangem o território argentino em que fazem fronteira.

De maneira semelhante, como mencionamos acima a relação entre o português e o espanhol designa uma outra prática linguística: o portunhol ou *portuñol*, também marcada pela relação entre as línguas, em que se refere a situação de contato contínuo e direto existente entre os habitantes de fronteira do Brasil com países hispano-falantes. No entanto, como citamos anteriormente, Celada (2002) observa que o portunhol enquanto língua fluida¹⁵, pode se associar, no imaginário social dos brasileiros, à noção de erro, inclusive dos próprios sujeitos que praticam o portunhol. Esses sujeitos, explica a autora, como entendem o espanhol como uma língua familiar, de fácil compreensão, no momento de falar em portunhol, colocam, nessa língua, as marcas daquilo que detectam ou reconhecem como estrangeiro no

¹³ Tradução nossa: A linguagem ou expressão idiomática que conheciam a princípio nada mais é que um agregado de solecismos e barbarismos da língua guarani e castelhana, como é usado em todo o governo do Paraguai e na jurisdição de Corrientes. Em uma ou outra cidade, a maioria deles sabem castelhana, mas nas vilas e em comunidades do campo, chácaras e fazendas, não se fala e nem se tem conhecimento, especialmente entre as mulheres, mais do que esta língua corrupta ... me foi necessário aprender esta linguagem tão adulterada para poder entendê-los, porque não o entendiam o próprio guarani e menos o castelhana; e então os pregava em sua linguagem desorganizada.

¹⁴ A palavra *jopara* em guarani significa “mistura”, com associações a desordenado, confuso, etc. Também designa um tipo de sopa com mistura de milho, feijão, carne seca e outros ingredientes. Existe a grafia espanhola *yopará* (PENNER, 2014).

¹⁵ Tratamos do conceito de “língua fluida”, tal como Orlandi e Souza (1988): é a língua real, do uso, aquela que não pode ser contida, pois está constantemente se movendo. Em contrapartida, há a “língua imaginária”, que é idealizada, sistematizada, a língua da norma, “são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituições, a-históricas. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas imaginárias” (ORLANDI; SOUZA, 1988, p. 28).

espanhol. Nesse sentido, “o espanhol imaginário implica também uma imagem cristalizada da língua do outro, que fica alimentando uma versão estereótipo na produção do portunhol” (CELADA, 2002, p. 46).

Essa versão estereotipada, de acordo com a autora, se ajusta em diversos espaços sociais. Assim, o portunhol pode designar a língua de mistura entre espanhol e português nas diversas fronteiras do Brasil com países hispano-americanos; designar a língua de hispano-falantes que moram no Brasil ou que viajam para esse país; designar a língua usada por brasileiros para recebê-los, assim como designar a língua utilizada por brasileiros quando viajam para países hispano-falantes (CELADA, 2002).

Dessa forma, tanto o portunhol quanto o jopara são práticas linguísticas marcadas pela relação entre as línguas, de maneira que estas relações se dão de diversas formas. Estes fenômenos, conforme observa Reis (2010, p. 20), “transitam entre uma prática legitimada e desejada por seus falantes e a uma forma de falar errada e rejeitada”.

2.4 ALÉM DAS DEMARCAÇÕES GEOGRÁFICAS: O ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL - PARAGUAI - ARGENTINA

Dado esse breve percurso sobre a constituição dos espaços de enunciação dos países em questão, vemos que os três países apresentam histórias locais e de suas línguas de formas distintas. Trata-se, portanto, de uma região de fronteira tripla: Brasil, com o português como língua oficial e nacional; Argentina, com a língua espanhola como língua nacional e oficial; e o Paraguai, com as línguas espanhola e guarani como oficial e nacional. Ainda há de se considerar, como vimos, as línguas de imigrantes, por exemplo o árabe e, também, por se tratar de uma região com alto índice turístico, a presença de outras línguas, sobretudo a língua inglesa, considerada língua franca.

Os espaços fronteiriços, de modo geral, se caracterizam por uma política de divisão de Estados definido pelo arranjo dos blocos econômicos. No entanto, reafirmamos que para nossas análises, embora seja importante compreender como se configura essa política de divisão e também no que diz respeito à sua história, não é a geografia que nos interessa como

determinante das relações e sim os sujeitos políticos e históricos que habitam, circulam e se mobilizam na região de fronteira de Foz do Iguaçu através das línguas que os agenciam.

Nessa perspectiva, consideramos que as línguas funcionam em relação aos seus falantes, em espaços afetados por uma política que as divide desigualmente. A priori, vemos que o espaço enunciativo da região de fronteira em Foz do Iguaçu se configura como um espaço multilíngue, mas que a relação entre as línguas presentes é afetada por uma política que as distribui e as divide neste espaço. Nosso objetivo é, então, compreender de que modo acontece essa distribuição, esta divisão das línguas, isto é, como as línguas estão distribuídas neste espaço por meio das análises dos acontecimentos de enunciação em que essas línguas estão presentes. Nesse viés, a compreensão do modo de funcionamento de um espaço enunciativo não se limita a registros e/ou documentos históricos que possam embasar uma historiografia das línguas de uma região, tampouco sobre o que os falantes dizem sobre as línguas que falam (ou não). É a análise dos acontecimentos de enunciação que atesta o espaço enunciativo no qual ele pertence e é nesse sentido que tomamos nossas análises.

Assim, entendemos a fronteira a partir de uma abordagem enunciativa, como um espaço no qual compreendem as línguas que ali circulam, assim como a imagem que os sujeitos (locutores) constroem dessas línguas e de seus falantes. Dessa forma, para observar como esse espaço multilíngue se configura, consideramos a dimensão histórica e social da fronteira e o funcionamento político nas relações que nela se estabelecem.

Em outras palavras, por meio de nossas análises, pretendemos verificar como se distribuem estas línguas, isto é, como se configura o espaço de enunciação na cidade brasileira de Foz do Iguaçu, que faz fronteira com *Ciudad del Este*, no Paraguai e *Puerto Iguazú*, na Argentina. Para tal, nos baseamos nos conceitos desenvolvidos por Eduardo Guimarães, que considera a relação entre a linguística e a história ao observar o funcionamento da enunciação em seu acontecimento. No capítulo a seguir, daremos continuidade nas nossas discussões ao tratar dos procedimentos analíticos da Semântica do Acontecimento que adotamos para nossas análises.

CAPÍTULO 3 – CONSTITUIÇÃO E METODOLOGIA DE ANÁLISE DO CORPUS

“(...) o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas—mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam.”

(João Guimarães Rosa)

3.1 A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

Antes de tratar do material de análise mais especificamente é importante deixar claro que nosso estudo tratará de observar a relação entre as línguas no espaço enunciativo de Foz do Iguaçu, sob uma perspectiva enunciativa e, portanto, para nós, a análise da produção dos sentidos consiste na interpretação da determinação das palavras em sua relação com o enunciado integrado a um texto, que nessa perspectiva é considerado “como uma unidade de significação integrada por enunciados” (GUIMARÃES, 2007, p. 82).

Sendo assim, para observar a configuração do espaço de enunciação de Foz do Iguaçu, que de certo modo nos evidencia certos elementos característicos da fronteira, dividimos nosso material de análise em duas partes. A primeira, que consiste na análise de enunciações de placas, anúncios, fachadas de estabelecimentos comerciais, etc. Nesses acontecimentos de enunciação, que estão publicamente realizados, é possível reconhecer a relação entre línguas de uma maneira mais direta, ou seja, sem que houvesse nenhum tipo de direcionamento na coleta desse material, diferentemente da segunda parte, em que tratamos das respostas de falantes da região a uma entrevista elaborada para esta pesquisa.

As questões¹⁶ previamente elaboradas nos serviram como um guia para que se pudesse estabelecer uma discussão sobre as línguas presentes nesse espaço fronteiro, para depois analisarmos como essas línguas são designadas pelos habitantes da região. Sendo assim, esse conjunto de material, apresenta um sistema mais dirigido, sobretudo no que diz respeito à primeira questão (“Qual(s) língua(s) você fala?”), que faz com que o entrevistado responda

¹⁶ O roteiro completo das perguntas realizadas está em anexo.

diretamente sobre as línguas, de maneira que a primeira pergunta já determina quais são as línguas¹⁷.

As demais perguntas, “Onde/com quem você aprendeu as línguas que fala?”; “Como você se sente em relação ao conhecimento da(s) língua(s) que você fala?”; “Como você se sente em relação ao uso dessas línguas?”; “O que você acha de todas as línguas faladas nessa região?”, nos interessa para compreender o modo como esse falante se relaciona com essa(s) língua(s) e assim compreender de que modo estas línguas estão em relação para seus falantes. Em outras palavras, as respostas às entrevistas nos permitem compreender como está configurado o espaço de enunciação da região fronteira de Foz do Iguaçu a partir do modo como os falantes designam as línguas e, assim, observar como é a relação que esses falantes estabelecem entre as línguas e o modo como elas agenciam os falantes.

Veremos mais adiante, na discussão sobre a metodologia de análise, que nosso trabalho consiste na análise dos textos, produzidos pelos entrevistados, por meio dos procedimentos de reescritura e articulação, para observar como as línguas são designadas pelos falantes habitantes da região de Foz do Iguaçu e como esses falantes qualificam a relação que estabelecem com essas línguas. É, nesse sentido, que nossa pesquisa se enquadra numa investigação interpretativa, de modo que não nos interessa a quantidade de respostas, e sim o que elas nos proporcionam para o trabalho da descrição das relações de sentido no acontecimento enunciativo. A relação entre esses tipos de textos é o que vai constituir, em nossas análises, a observação do modo como as línguas são distribuídas nesse espaço de enunciação.

Observamos a fronteira a partir da cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná e, por isso, nossas entrevistas foram realizadas todas na mesma cidade. As abordagens¹⁸ se deram em espaços públicos de livre acesso, como terminais de ônibus e centros comerciais, pois entendemos que nesses espaços circulam um grande número de pessoas. Buscávamos por

¹⁷ As perguntas de cunho pessoal, foram realizadas somente para a organização das transcrições e dos documentos do Comitê de Ética. Desde o início, nos comprometemos a não divulgar os nomes dos colaboradores a fim de garantir-lhes privacidade. Além disso, se algum dos colaboradores não quisesse dar continuidade na entrevista por qualquer motivo, ou não quisesse responder alguma(s) das questões, sua vontade era respeitada.

¹⁸ Antes de iniciar as perguntas, que foram gravadas, entregamos uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), devidamente redigido de acordo com a resolução 466/12 do Sistema CEP/CONEP, disponível nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa. Tanto as questões da entrevista quanto os Termos foram analisados e aprovados pelo Comitê de Ética da UFSCar. E, antes do início da entrevista, duas cópias do Termo eram assinadas pela pesquisadora e pelo colaborador e recolhidas por cada uma das partes.

voluntários que estivessem no seu dia a dia, independentemente de sua nacionalidade, idade, gênero ou profissão, justamente para ter um retrato do cotidiano dessas pessoas na região da fronteira de Foz do Iguaçu com a *Ciudad del Este* (Paraguai) e com *Puerto Iguazú* (Argentina).

Entrevistamos, no total, 20 pessoas, tendo sempre em vista que esta quantidade poderia variar no momento dos recortes, pois por conta das possíveis dificuldades para realizá-las, nem todas as respostas foram pertinentes para nossa análise. Assim, separamos e analisamos 15 entrevistas que apresentaram as reescrituras e as articulações relevantes para a análise.

Como já mencionamos, também analisamos a enunciação em textos escritos, tais como anúncios de todos os tipos: placas de trânsito, de estabelecimentos, anúncios de propagandas, etc. São textos que se dão na cena pública e significam o espaço da cidade, de modo que poderemos observar de uma forma mais direta a divisão da língua nesses materiais. Assim, tudo o que podia nos servir de material foi fotografado para analisarmos, pois, a partir do que encontrássemos, poderíamos melhor descrever o funcionamento das línguas e a relação delas com os falantes.

Nesse sentido, parte das análises compreendem as entrevistas, que nos mostram como os próprios falantes significam as línguas e como esses falantes se auto determinam em relação à língua que falam, e a outra os anúncios, que nos permitem observar o funcionamento das línguas em relação no espaço enunciativo de Foz do Iguaçu, região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.

A seguir, veremos os procedimentos de análise que adotamos para esta pesquisa.

3.2 OS PRESSUPOSTOS ANALÍTICOS NA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Nos capítulos anteriores, tratamos de algumas questões teóricas que envolvem nosso trabalho. Agora, trataremos da questão da metodologia de análise que utilizamos a partir dos estudos de Eduardo Guimarães, fundamentados na teoria da Semântica do Acontecimento. Assim, para analisarmos os acontecimentos de enunciação, temos procedimentos específicos de análise, como os conceitos de cena enunciativa, os procedimentos de reescritura e

articulação, que são importantes para que possamos esboçar um Domínio Semântico de Determinação – DSD e a questão da argumentatividade. Trataremos agora de discutir esses procedimentos.

3.2.1 A Cena enunciativa

Vimos, no Capítulo 2, que os espaços de enunciação são espaços onde estão os falantes, onde a língua funciona, acontece, se divide. É o lugar do conflito, da diferença, na medida em que são espaços de distribuição de línguas. Ao ser observado, o espaço de enunciação nos permite pensar a *cena enunciativa*, que de acordo com Guimarães (2005, p. 23) é “um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento”. Segundo o autor, a “assunção da palavra” se dá na cena enunciativa que “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dada as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (*idem*).

Portanto, ao descrever uma cena enunciativa, podemos perceber os lugares de dizer dos quais o sujeito, enquanto Locutor, se reporta e não o sujeito como dono do seu dizer. Em outras palavras, os lugares de enunciação são configurações do “agenciamento enunciativo” para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. São lugares constituídos pela linguagem e não pelas pessoas.

Ou seja, não é o Locutor que escolhe uma forma para dizer algo, mas ele é agenciado a dizer pelo modo como as formas linguísticas se constituíram sócio-historicamente e pelo modo como o espaço de enunciação distribui as línguas, e os modos de dizer e o que dizer para seus falantes. O Locutor só é Locutor enquanto falante determinado por este espaço político do dizer, o espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2009, p. 50).

Portanto, é a partir do agenciamento enunciativo que se dá a assunção da palavra e a constituição desses lugares de dizer, que são representados pelo *Locutor*, *locutor-x* e o *enunciador*, as figuras da cena enunciativa. O primeiro, o lugar de Locutor – com L maiúsculo – se refere a quem enuncia, a fonte do dizer; b) o lugar de *locutor x* – com l minúsculo – se refere à posição ocupada na sociedade pelo Locutor, pois “para o Locutor se representar como origem do que se enuncia, é preciso que ele não seja ele próprio, mas um

lugar social de locutor (...) o Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social” e, por último; c) o lugar de *enunciador* que é o lugar de que se fala, como se estivesse fora da história (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

De acordo com Guimarães (*idem*), o enunciador divide-se em quatro categorias, *enunciador individual*, lugar que permite a representação da individualidade, como um lugar de dizer independente da história; o *enunciador genérico* que representa lugar de dizer junto com todos os outros, como aquilo que todos dizem/disseram e, por isso, também se representa independente da história, por exemplo, os ditados populares.

Outro tipo de enunciador é o *enunciador universal* que representa o lugar de dizer de uma verdade por manter uma relação com fatos, de modo que o que se diz está acima da história e se apresenta como não social, por exemplo, os dizeres científicos. Por último, o *enunciador coletivo* que contempla um lugar de dizer de um grupo que se identifica por algo em comum.

Assim, ao analisarmos os textos das entrevistas, consideramos que em cada texto há um Locutor, que ao enunciar ocupa um lugar social de locutor, o locutor-x. Ademais, ele é constituído enquanto enunciador que se apresenta dividido e, por isso, a produção de sentidos se dá de modo diferente.

3.2.2 A designação

Vimos brevemente no primeiro capítulo que Guimarães, na constituição de sua teoria, reformula o que se entende por designação e referência para pensar o sentido da palavra a partir de um ponto de vista histórico. Retomamos aqui estes conceitos, de modo mais contextualizado, para compreensão dos procedimentos de análise de nosso *corpus*.

Guimarães (2007, p. 77) explica que “um aspecto fundamental no trabalho de um semanticista é ser capaz de falar da significação linguística e de mostrar como ela se “reporta a”, “se relaciona a”, “diz de alguma coisa”. O autor ainda acrescenta que o estudo das relações de sentidos entre as palavras tem sido tratado sob uma perspectiva referencial, de modo que a linguagem é tratada, muitas vezes, como uma forma de nomear objetos.

No entanto, do ponto de vista de Guimarães, o que a linguagem faz, nesse caso, é recortar e organizar o mundo permitindo que as palavras designem os objetos. E isto se dá nas construções enunciativas. De acordo com o autor,

(...) uma palavra qualquer como “casa”, “porta”, designa algo; designar algo significa dizer que ela tem uma relação com o mundo dos objetos constituída pela própria linguagem. Então, o que é “casa”? Não é que exista evidentemente e previamente um objeto que é casa e que depois dá-se a esse objeto esse nome. Não é isso. É que no conjunto daquilo que existe a linguagem recorta esses objetos, organizando-os de tal modo que irá refletir na organização do próprio léxico (...). Ou seja, a linguagem organiza o recorte do mundo, se apropria do mundo de um certo modo, fazendo com que as palavras designem esses objetos, enquanto eles são significados pela própria linguagem (GUIMARÃES, 2013, p.18-19).

Portanto, nessa abordagem, a referência é quando uma expressão, enquanto enunciado, particulariza um determinado objeto na e pela enunciação. Dessa forma, a designação é a da significação de um nome como “uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2005, p. 9). Assim, a designação se dá no acontecimento por meio do processo enunciativo.

Então, conforme Guimarães (2007, p. 82), a referência “é uma particularização de algo, em certas condições”, enquanto a designação “é o modo pelo qual o real é significado na linguagem”. Esse posicionamento, portanto, considera que o que é referido é particularizado pela enunciação e o que é designado é uma “construção de sentido”, proporcionada por uma relação entre os elementos linguísticos. Ou seja,

O que é designado é uma construção de sentido, uma relação entre elementos linguísticos. O que é referido é aquilo que é particularizado por uma enunciação. A questão que interessa observar ainda é que só é possível particularizar, referir, porque as palavras designam, assim como no processo constante da enunciação, a cada vez que se refere, produzem-se as designações (GUIMARÃES, 2007, p. 82).

Nessa perspectiva, é o próprio acontecimento que refere e nomeia e, portanto, é na designação o lugar próprio de constituição dos sentidos e, então é a partir do mecanismo da designação que o autor propõe estudar os sentidos dos nomes. Assim, *designar*, *nomear* e *referenciar*, nessa abordagem, apresentam diferenças, pois a *nomeação* consiste em dar nome

a algo, *designar* é atribuir a significação ao nome e *referenciar* é particularizar algo que funciona na enunciação.

Portanto, segundo o autor “para a semântica linguística o que interessa é saber, no que diz respeito à relação da linguagem com as coisas, como ao dizer algo fala-se das coisas” (GUIMARÃES, 2005, p. 9). Isto é, “a relação de uma expressão com as coisas não é classificação de objetos, é relação de sentido entre palavras” (GUIMARÃES, 2007, p. 78). Dessa maneira, para estudar uma palavra buscamos entender de que forma os sentidos se estabelecem, como uma palavra se resignifica pela maneira como estabelece relações com outros textos, sem desconsiderar a história, enquanto memória de sentidos.

Nos tópicos a seguir, trataremos dos procedimentos para a descrição da constituição dos sentidos: o Domínio Semântico de Determinação (DSD), a reescrituração e a articulação.

3.2.3 Os domínios semânticos de determinação

Ao pensar a enunciação como acontecimento, Guimarães (2007) propõe alguns procedimentos que configuram sua forma de pensar os sentidos. Como já mencionamos, Guimarães trata da significação linguisticamente, isto é, as relações de sentido funcionam na dimensão da língua e para demonstrar o funcionamento dessas relações, o autor propõe os mecanismos de análises do Domínio Semântico de Determinação, o DSD.

Conforme Guimarães, a determinação é uma relação que se estabelece enunciativamente entre palavras, sendo esta a “relação fundamental para o sentido das expressões linguísticas”. Para ele, a relação de determinação acontece por meio de X determina Y, assim, Y é determinado por X, de modo que esta relação é construída enunciativamente (GUIMARÃES, 2007, p. 78-79).

Nesse viés, o sentido se constitui por meio da relação de determinação no acontecimento e essas relações são construídas pela maneira como as palavras se relacionam, na medida em que estas compõem enunciados, que por sua vez, constituem um texto, que segundo o autor, é uma “unidade de significação integrada por enunciados” (GUIMARÃES, 2007, p. 82). Em outras palavras, consideramos que a palavra integra o enunciado que, por sua vez, integra o texto. Portanto, a nossa unidade de análise é o enunciado, mas que tem sua relação com o texto. Nesse sentido, como vimos no primeiro capítulo, de acordo com

Guimarães (2007, p. 13), o texto não é somente uma unidade empírica de começo, meio e fim, mas também um processo discursivo onde podemos perceber a construção de sentido. Assim, neste trabalho, tomamos como texto as entrevistas e também o conteúdo das imagens fotografadas nas cidades que compõem a Tríplice Fronteira em Foz do Iguaçu.

Levando em conta este aspecto da noção de determinação, consideramos que as palavras significam segundo as relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo. Ou seja, são relações que se constituem pelo modo que se relacionam com outras num texto, no sentido que dou para o texto (...) (GUIMARÃES, 2007, p. 80).

Nesse sentido, de acordo com o autor, dizer qual é o sentido de uma palavra é apresentar seu DSD, “e isto só pode ser feito a partir do funcionamento da palavra nos textos em que aparece” (*idem*). Ou seja, um DSD é estabelecido por meio das análises das relações de uma palavra com outras que a determinam nos textos em que está funcionando. Para apresentar a representação da relação entre as palavras, o autor apresenta alguns símbolos:

- $\top \perp \vdash \dashv$ indicam a relação de determinação, por exemplo,
 $Y \vdash X$ ou $X \dashv Y$ (X determina Y);
- O traço $—$ significa sinonímia, por exemplo $Y — X$ (Y sinônimo de X);
- Um traço maior, dividindo o DSD, significa antonímia, por exemplo
 $(Y \text{ antônimo de } X)$.

Portanto, o DSD é o modo de representação do processo de análise do funcionamento de uma palavra. A partir dele se busca mostrar as relações de significação. Nessa perspectiva, de acordo com o autor,

Um DSD mostra que o funcionamento das palavras na enunciação constituem sentido (designação e referência entre outras coisas). Ou seja, não se pensa uma língua como organização por campos específicos que no conjunto nos daria a própria organização do pensamento daqueles que falam uma língua. O DSD é, ao contrário, a caracterização de como, no acontecimento da enunciação, uma língua se movimenta ao funcionar. [...] a relação da

linguagem com as coisas é construída por uma determinação enunciativa, que os Domínios Semânticos de Determinação descrevem e interpretam. (GUIMARÃES, 2007, p. 96).

A seguir trataremos de dois procedimentos fundamentais para analisar a relação entre as palavras no texto, pois é a partir da análise desses procedimentos que um DSD é configurado: a *reescrituração* e a *articulação*.

3.2.4 A Reescrituração

O processo de reescrituração é constitutivo da enunciação e é através das reescrituras que o procedimento de predicação funciona dentro de determinado texto, na medida em que, a cada reescritura, temos a produção de novos sentidos. Guimarães (2007, p. 84) define a reescrituração como “o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado”.

Nesse sentido, a noção de predicação tratada aqui, não é própria do enunciado, pois depende de como as expressões estão reportadas no mesmo, “trata-se de uma operação pela qual, no fio do dizer, uma expressão se reporta a outra, pelos mais variados procedimentos” (GUIMARÃES, 2007, p. 84). Vejamos cada um desses procedimentos:

- *Repetição*: é a retomada da palavra ou expressão analisada.
- *Substituição*: a expressão ou palavra é substituída por outra expressão ou palavra.
- *Elipse*: a palavra ou expressão estudada não é nem repetida, nem substituída por outra palavra ou expressão, tem-se então a ausência.
- *Expansão*: é a retomada que amplia a expressão ou palavra.
- *Condensação*: é a retomada que condensa, que sintetiza a palavra /expressão analisada.
- *Definição*: é o modo de definir/explicar a expressão ou palavra a qual se reporta.

De acordo com o autor, todos esses procedimentos de reescrituração que descrevemos produzem efeitos de sentidos, como a *sinonímia*, *desenvolvimento*, *generalização*, *totalização* e *enumeração*. Esses “modos de significar as reescriturações”, podem se relacionar com os procedimentos de reescritura que descrevemos acima, isto é,

(...) podem se dar com variados procedimentos de reescritura. Por outro lado, estes modos específicos não são privativos de nenhum tipo geral de reescrituração. Pode-se ter especificação numa substituição ou numa condensação, por exemplo, assim como a substituição pode ser por “sinonímia” ou por especificação e a expansão pode ser por enumeração e desenvolvimento (GUIMARÃES, 2007, p. 87).

A *sinonímia* é a reescrituração pelo uso de uma palavra ou expressão cujo sentido é semelhante. A reescritura por *especificação* é quando a expressão ou palavra particulariza o elemento reescriturado. Já a reescritura por *desenvolvimento* se dá quando a “sequência que desenvolve determina o expandido”, isto é, quando um termo ou sequência é reescriturado por uma explicação (GUIMARÃES, 2009, p. 55).

Também há a reescrituração por *generalização*, que se dá quando a expressão ou palavra é generalizada e por *totalização*, que ocorre quando a palavra ou expressão é reescriturada pelo seu todo. Por último, a *enumeração*, que se dá quando as palavras ou expressões se apresentam em uma determinada sequência, de modo que são coordenados e em contato e, então pode se dar por paralelismo, superposição e cruzamento entre articulações e reescriturações.

Nesse sentido, vemos que a reescrituração permite a união de diversos pontos de um texto com outros pontos de um mesmo texto ou de um texto diferente. Esse procedimento, portanto, produz sentido na retomada de uma expressão fazendo com que ela signifique de maneira diferente, ou seja, nesse processo de retomada a significação é outra (GUIMARÃES, 2007, p. 87).

3.2.5 A Articulação

A operação de articulação, de acordo com Guimarães (2007, p. 87) “diz respeito às relações próprias das contiguidades locais”. Desta maneira, a articulação se dá de forma linear no texto, diferente da reescrituração que apresenta “a relação entre elementos de um

enunciado com elementos de outros enunciados, sem nenhuma necessidade de continuidade” (GUIMARÃES, 2013, p. 29). Nas palavras do autor, as relações de articulação são

(...) procedimentos enunciativos (...) próprios de relações no interior dos enunciados ou na relação entre eles. Por exemplo, a relações de predicação e referência (no enunciado), a pressuposição, as relações argumentativas. Ou seja, aqui aparece boa parte do que as semânticas da frase têm procurado fazer. A diferença para mim é que as articulações têm que ser reportadas às reescrituras, assim como não se reduzem ao limite dos enunciados, mas também às suas articulações (GUIMARÃES, 2007, p. 88).

Sendo assim, de acordo com o autor, podemos considerar que a articulação se dá de três modos diferentes: por *dependência*, por *coordenação* e por *incidência*. Na articulação por *dependência* os elementos contíguos se relacionam de maneira que se apresentam como um conjunto, por exemplo em “*As pessoas que vivem aqui*”, temos *as* e *que vivem aqui* constituindo uma unidade. A articulação por *coordenação*, por sua vez, se dá por um acúmulo entre elementos de mesma natureza, por exemplo “*Português, inglês e espanhol*” e a articulação por *incidência* é a relação que se dá entre elementos de natureza distintas, formando um novo elemento, por exemplo, em “*Até americano fala espanhol*”, temos *Americano fala espanhol* e *até*, como elementos de natureza distintas, mas que *até* incide sobre *americano fala espanhol*, formando um novo enunciado. Ainda, é importante considerar que

Nas articulações de dependência e coordenação, o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona elementos do enunciado, na articulação por incidência o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona a enunciação com o enunciado (GUIMARÃES, 2009, p. 51)

Nesse sentido, vemos que tanto a reescritura quanto a articulação são operações de atribuição de sentido. A partir desses procedimentos podemos ver que o sentido é construído por meio de uma relação histórica entre o enunciado e a exterioridade e é justamente por meio da análise dessas operações que podemos mostrar como se constitui o sentido. Assim, diferentemente de um posicionamento referencialista, como já mencionamos, consideramos que as coisas acontecem na linguagem, ou seja, o dizer é um acontecimento que se dá por meio do processo enunciativo.

3.2.5.1 A Orientação Argumentativa

Ao longo de nossas análises encontraremos formas que dão valor de argumentação aos enunciados, isto é, palavras que têm um valor argumentativo e funcionam na enunciação orientando os sentidos dos enunciados para determinadas conclusões e, é por isso, que a questão da argumentação é importante em nosso trabalho.

Seguindo esta linha, no Capítulo 1, quando trouxemos uma leitura do livro “Texto & Argumentação: Um Estudo de Conjunções do Português” (2007), de Eduardo Guimarães, vimos que o autor trata a argumentação como fato de linguagem, sendo esta social, histórica e constitutiva dos sujeitos e nos apresenta vários subsídios para as nossas análises tomando como base a argumentação.

É nesse contexto que o autor aborda o conceito de orientação argumentativa, que já vimos no primeiro capítulo, mas que, nesse momento, retomamos para consolidar nossa metodologia de análise no que diz respeito a argumentação. De acordo com o autor,

Orientar argumentativamente com um enunciado X é apresentar seu conteúdo A como devendo conduzir o interlocutor a concluir C (também um conteúdo). Ou seja, argumentar A como uma razão para se crer em C (...). Neste sentido, orientar argumentativamente é apresentar A o que considera como devendo fazer o interlocutor concluir C. O que leva à conclusão é o próprio A. (GUIMARÃES, 2001, p. 25)

Em outras palavras, A leva à conclusão C. No entanto, há determinadas articulações na língua que modificam essa conclusão C. É o caso de algumas conjunções como *mas*, *ou...ou*, *porém*, etc.. Esses operadores podem levar a uma argumentação diferente da conclusão inicial orientada por A. A seguir, veremos como o *mas* funciona nessa perspectiva.

3.2.5.2 O caso do *mas*

Por se tratar de uma conjunção bastante recorrente nas entrevistas que analisamos, vejamos o caso da conjunção “*mas*”. Guimarães diz que de acordo com estudos anteriores, como os de Anscombe, Ducrot e Vogt, há dois tipos de *mas*, o *MasSN* e o *MasPA*. Assim, o *MasSN*

(...) é um *mas* que tem função opositiva, mas não argumentativa. (...) Aqui interessa indicar que o *masSN* aparece sempre depois de um enunciado negativo, com uma função de correção de algo suposta ou realmente dito antes. (GUIMARÃES, 2001, p.61)

Além disso, vemos que esse tipo de *mas*, o *MasSN*, sempre nega o conteúdo que se apresenta na primeira parte da oração e não ela por inteira, assim como não permite a divisão dos locutores no mesmo enunciado e apresenta a sentença dividida em dois grupos prosaicos no enunciado, de maneira que o primeiro sempre se dá antes da conjunção, não havendo possibilidade de inversão entre os grupos.

Já o *MasPA* apresenta diferenças em relação ao *MasSN*, pois apesar de também não ser possível a inversão entre os grupos e a negação só recair sobre a primeira parte da oração, é possível a divisão dos locutores em um mesmo enunciado e, além disso, orienta argumentativamente.

Assim, por meio de um olhar semântico enunciativo sobre as escalas argumentativas desenvolvidas por Ducrot, Guimarães diz que a articulação dos enunciados por meio do *MasPA* é dada pela seguinte fórmula: X (A), *mas* Y (B). Sendo que A, se refere ao tema e B ao comentário, que nega o tema. Cada uma destas enunciações (A e B) argumentam para conclusões (*r* e $\sim r$) diferentes, sendo que neste tipo de relação, o B é o argumento predominante ($\sim r$) da enunciação.

Vejamos como Guimarães (2007, p. 111) esquematiza essa relação:¹⁹

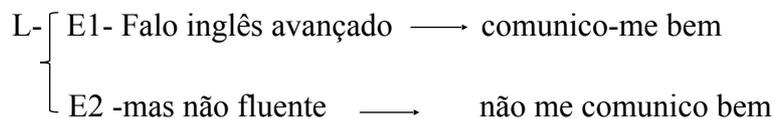
$$\uparrow \left[\left[\uparrow A \right] \right] \text{ mas } \left[\left[\uparrow B \right] \right]$$

Ainda sobre essa relação operada pelo *mas*, Guimarães (2001, p. 120) diz que “o Locutor estabelece com o seu alocutário, um começo (tema) e se opõe a ele em seguida. Portanto se opõe a um lugar em que se colocara com seu alocutário. Por outro lado, quanto às posições de enunciadores, a perspectiva de E1 nega a perspectiva de E0”.

¹⁹ Nas nossas análises, para simplificar, optamos por mostrar a orientação argumentativa com uma seta no sentido horizontal.

Para exemplificar, tomemos o seguinte enunciado: “*Falo inglês avançado, mas não fluente e tenho o espanhol fluente*”, temos o conectivo *mas*, que articula *falo inglês avançado* a *não fluente*. Vemos que por meio dessa construção argumentativa, o Locutor se divide entre um enunciador-genérico que admite falar inglês e um enunciador-individual que admite que não fala fluentemente. Nesse caso, fluente é apenas o espanhol.

O que podemos observar, portanto, é que a conclusão que predomina é a da perspectiva do Enunciador 2, individual, de que não se comunica bem através da língua inglesa, apesar de a falar. Já o espanhol, como vemos na sequência do enunciado, é falado fluentemente. Assim temos o esquema:



Em vista disso, é possível dizer que nas enunciações o sujeito é dividido politicamente, pois o locutor pode enunciar de perspectivas diferentes, isto é, por meio de enunciadores diferentes (individual, universal e genérico) e, dessa maneira, enunciando diferentes modos de dizer e produzindo diversos sentidos.

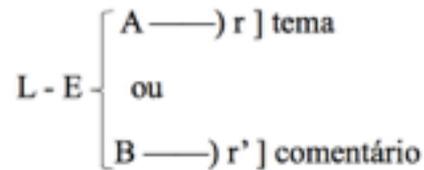
Vejamos, a seguir, o caso de outra conjunção.

3.2.5.3 O caso do *ou*

Outra conjunção também presente nas nossas análises é o *ou*, que pode estar na forma reduplicada *ou...ou*, mas que apresenta outras características. De acordo com Guimarães (2007, p. 56) as características do tipo *X ou Y*, são: a) não é possível a inversão das frases; b) o alcance da negação não incide sobre toda a frase, a não ser que as duas orações sejam negativas; c) o encadeamento se dá tomando como um todo; d) os grupos prosódicos se dividem em dois; e, por fim, e) não é possível a divisão dos locutores.

Para o autor, considerando a articulação entre tema e comentário, no caso de *X ou Y*, “o tema é dado da perspectiva do locutor (de um enunciado que coincide com o locutor)”, ou

seja, é o locutor que coloca o tema. Assim, Guimarães (2007, p. 105) nos mostra o seguinte esquema:



Tomemos como exemplo o enunciado: “*Só do lado do Paraguai que falam guarani. Ou se for do lado daqui, quando estão entre eles*”, temos *ou* introduzindo um novo argumento sobre o funcionamento do guarani no espaço de enunciação de Foz do Iguaçu. Ademais, nesse caso, o *ou* não funciona necessariamente para articular argumentos, mas para apresentar este locutor que põe mais um argumento em relação ao tema: se for do lado daqui [do Brasil], quando estão entre eles [os paraguaios falam guarani]. E, nesse sentido, reforça o argumento de que o guarani só é falado nesse espaço de enunciação por paraguaios.

Portanto, é nesse sentido que nos inserimos nos estudos semânticos argumentativos. É necessário também acrescentar que a “argumentatividade se sustenta no próprio acontecimento que a produz” (GUIMARÃES, 2007, p. 214) e, por isto, pensamos como o externo à linguagem, funciona na constituição dos sentidos, pelo fato de que é o memorável que sustenta a argumentatividade do dizer. Nas palavras do autor,

(...) é o acontecimento que, ao fazer a língua funcionar, constitui estas relações em virtude dos memoráveis que recorta. E de modo a indicar que o futuro do texto se interpreta como relacionado com a conclusão. Ou seja, a orientação argumentativa (ao ser constituída pela futilidade do acontecimento) estabelece, pelo memorável que a sustenta, o modo de interpretar o futuro do texto, como elemento de sua textualidade. A orientação argumentativa, enquanto “injunção à interpretação”, funciona pelo agenciamento político da enunciação que toma o falante no seu espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2007, p. 214)

Sendo assim, esses são os mecanismos que utilizaremos em nossas análises nos textos produzidos pelas entrevistas, assim como nos anúncios distribuídos pela região de Foz do Iguaçu para entendermos o modo como as línguas presentes no espaço de enunciação da Tríplice Fronteira designam para seus falantes nas diversas cenas enunciativas e, assim,

entendermos a relação dessas línguas com seus falantes e a maneira como estes são agenciados por elas. Tudo o que discutimos nesse momento ficará mais claro no capítulo seguinte quando apresentaremos nossas análises.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISES

*A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo*

(Manuel Bandeira)

Vimos no capítulo sobre o espaço de enunciação que o espaço enunciativo em Foz do Iguaçu é um espaço multilíngue no qual convivem diversas línguas por diversas razões, sobretudo pela caracterização da fronteira. Propomo-nos compreender o funcionamento desse espaço enunciativo, pela análise dos acontecimentos de enunciação em que essas línguas estão presentes.

Como vimos no Capítulo 2, outras áreas como a História ou a Geografia nos mostram que nessa região são faladas várias línguas, como as línguas de imigrantes, assim como as línguas dos países fronteiriços, o espanhol e o guarani e, também, os falares que resultam da relação entre as línguas, o portunhol e o jopara. Sendo assim, esses estudos são importantes somente para compreender as condições sócio-históricas nas quais os sujeitos falantes estão inseridos, já que não observamos essa questão no sentido descritivo, isto é, buscamos compreender o funcionamento do espaço de enunciação de Foz do Iguaçu, a partir das análises dos acontecimentos enunciativos que nosso material de análise nos proporciona.

Assim, no primeiro momento de nossas análises, buscamos compreender como se dá o funcionamento da tensão sobre as línguas nesse espaço de enunciação, nos apoiando em Stahlhauer (2014, p. 46), quando ao analisar o espaço de enunciação da Suíça, expõe o funcionamento das línguas nesse espaço a partir de anúncios em diversas cenas. De acordo com o autor, “anúncios, banners, fachadas, produtos (rótulos) do supermercado (...) inscrevem-se nesse espaço, pois seu falante está ali”.

De maneira análoga, nos propomos a analisar diversos anúncios em ambientes públicos que fotografamos nesse espaço de fronteira, para delimitar o funcionamento e a distribuição das línguas neste espaço de enunciação. Segundo Guimarães (2003), a análise dos nomes de estabelecimentos comerciais pode mostrar “que seu sentido tem a ver com o modo de identificar estes estabelecimentos que ao serem identificados constituem o lugar social de seus destinatários enquanto consumidores”. No nosso caso, a partir desse lugar social de

consumidor, esperamos com a identificação de falantes e alocutários na cena enunciativa, compreender a complexidade linguística e como as línguas no espaço público urbano agenciam os falantes nessa região.

Em seguida, na segunda parte deste capítulo, trataremos das entrevistas para compreender o modo de distribuição das línguas nesse espaço enunciativo de fronteira, qual a relação política de presença e não presença desse conjunto de línguas e falantes e como esses falantes estabelecem suas relações com as línguas. As análises das entrevistas nos permitem observar como está configurado o espaço de enunciação da região fronteira de Foz do Iguaçu a partir do modo como os falantes designam as línguas. Todas as entrevistas foram realizadas na cidade de Foz do Iguaçu, portanto, o que está em questão é o olhar desse falante fronteiriço, a partir desta cidade brasileira.

Ao contrário da primeira parte, que atesta a relação entre línguas nesse espaço enunciativo de maneira mais direta, na segunda parte, que consiste nas entrevistas, há um direcionamento por meio das perguntas para que os entrevistados digam certas coisas que nos permita reconhecer o que eles dizem sobre o espaço de enunciação em questão. Esse direcionamento se dá, sobretudo, na primeira pergunta que determina quais são as línguas. Isso ficará mais claro na apresentação das entrevistas mais adiante.

4.1 PARTE I - A DISTRIBUIÇÃO DE LÍNGUAS NO ESPAÇO URBANO

4.1.1 A divisão da língua portuguesa na relação com inglês e o árabe



Imagem 1: Fachada de um restaurante, que anuncia seu produto.

Aqui temos o enunciado: “*Brasa Burger – hamburgueria & shawarmeria*”. O nome do estabelecimento “*Brasa Burger*” é reescrito por expansão por *hamburgueria* e

shawarmeria. Em *Brasa Burguer*, temos a palavra *brasa* em português articulada a *burguer*, palavra inglesa. Além disso, a construção do substantivo *brasa* que antecede a palavra *burguer*, busca reproduzir a sintaxe da língua inglesa.

Em *hamburgueria* e *shawarmeria* vemos a divisão da língua portuguesa na medida em que se esta relaciona com a língua inglesa e árabe respectivamente. Nesse caso, o locutor-comerciante enuncia uma palavra derivada constituída por esta relação. Dessa forma, no processo morfológico de derivação com o acréscimo à palavra inglesa *hamburguer*, o sufixo da língua portuguesa *-eria*, resulta em um substantivo, para designar o “local onde há”, onde se encontra, onde se produz, tal coisa (CONDÉ, 2008).

De maneira semelhante é o que ocorre com a palavra *shawarmeria*, presente no mesmo enunciado, que por conta da relação com a língua árabe, a língua portuguesa é afetada pelo caráter político e, portanto, dividida. “Shawarma” é uma palavra árabe que significa um tipo de carne assada em um espeto giratório. Para esse mesmo prato há nomeações no turco (*kebab*), no grego (*gyrus* ou *souvlaki*), no hindi (*galbat kebab*), por exemplo. Entender essa diferença é importante porque nos mostra material e historicamente as relações que constituem esse espaço enunciativo. Vemos, portanto, na materialidade da língua que não se trata de uma imigração turca, grega ou indiana, e sim de origem do Médio Oriente.

A língua árabe também funciona em relação ao português em outros casos, como na *Imagem 2*, representada pela fachada de uma doceria árabe, a poucos metros da Mesquita da cidade, com anúncios em português e árabe.



Imagem 2: Fachada de uma doceria árabe

Esse estabelecimento reproduz em sua fachada um nome em português “*Doceria Árabe Albayan*” e a tradução feita pelo falante do mesmo nome para o árabe. Portanto, esses enunciados se reescrevem por substituição e, por isso, consideramos que o Locutor (de seu lugar de comerciante e/ou proprietário) está agenciado pelas duas línguas.

4.1.2 A hierarquização das línguas em “*supermercado*”



Imagem 3: Fachada de um supermercado em frente a Mesquita da cidade.

Nos enunciados da *Imagem 3*, observamos as reescrituras por substituição da mesma forma, mas neste caso, a divisão se dá por mais línguas: português, inglês, alemão, espanhol, japonês e árabe, respectivamente.

Essa ordem não é por acaso. Isso significa que as demais línguas incluídas nesse espaço são reguladas pelas enunciações em língua portuguesa, língua oficial e nacional de “presença garantida, e que põe-se como uma normatividade” (STAHLHAUER, 2014, p. 42). Em outras palavras, as reescriturações nas suas respectivas traduções, abrem “um espaço de locuções para outras línguas” (STAHLHAUER, 2014, p. 51), que podem ser línguas de imigrantes, dos países vizinhos e/ou para turistas, isto é, estas línguas se inscrevem em identidades e processos históricos distintos. Portanto, falar nas demais línguas, neste espaço, não é o mesmo que falar português. Dessa forma, a divisão produz também uma

hieraquização. Observamos também nessa hierarquização que a língua inglesa aparece na frente das demais línguas, de modo que aqui o inglês não está como língua do funcionamento do cotidiano, mas como língua global.

Nos exemplos a seguir, vemos a relação da língua espanhola e também da língua inglesa quando estas são enunciadas em placas de propagandas (*outdoors*) instaladas na cidade de Foz do Iguaçu.

4.1.3 O inglês e o espanhol identificando as práticas de comércio



Imagem 4 – Anúncio de loja paraguaia.



Imagem 5 – Anúncio de produtos e loja paraguaia.

Na *Imagem 4* temos um anúncio de uma loja paraguaia. Esta loja é uma das maiores de *Ciudad del Este*. Desde Maringá, na rodovia, a aproximadamente 400 km de Foz de Iguaçu, essa mesma placa já aparecia com o enunciado: “*Visite Paraguay Compre en Monalisa*”. Portanto, nesse caminho até Foz do Iguaçu, as enunciações em língua espanhola já nos mostravam a configuração deste espaço de enunciação.

Na *Imagem 5*, temos outro anúncio de produtos e loja paraguaia. Esta placa está localizada no centro de Foz de Iguaçu. Nela, temos o enunciado “*Ven y conoce nuestra nueva tienda iShop en Shopping Paris – iShop, tu experto local de Apple*”. O primeiro empréstimo “*Shopping*” nomeia o centro de vendas onde se encontra a loja “*iShop*”, que por sua vez, como um efeito de globalização, “*iShop*” e “*Apple*” aparecem em inglês para reforçar os sentidos da marca norte-americana, como um modo de especificar e atribuir exclusividade da venda destes produtos, sobretudo, quando se enuncia “*iShop*” – rememorando uma das

características da marca, que nomeia seus produtos pelo acréscimo da vogal *-i* como prefixo antes do substantivo para designar “*Internet*”, como um de seus principais atributos.

Nesse sentido, aqui, além do espanhol podemos também perceber o funcionamento da língua inglesa em relação ao espanhol quando esta se enuncia. Essas enunciações especificam o funcionamento do espanhol e do inglês, na medida em que identifica a prática do comércio do Paraguai – já que ambas as lojas dos anúncios se encontram em *Ciudad del Este* – pela representação do falante no enunciado desta língua.

4.1.4 A divisão do português e espanhol nas placas de trânsito



Imagem 6 – Placa (1)



Imagem 7- Placa (2)



Imagem 8 – Placa (3)

Nesse exemplo, as fotos foram tiradas na sequência em que elas apareceram às margens da Rodovia sentido Cascavel. Aqui temos o primeiro enunciado em português: (1) “*Rodovia sob concessão fiscalizada pelo DER-PR*”. E os demais em espanhol: (2) “*No maneje después de ingerir bebidas alcohólicas*”; (3) “*Esta en duda no se adelante*”.

Essas placas, são placas de trânsito e, por isso, trata-se de uma enunciação oficial que coloca como locutor o Estado brasileiro, mais especificamente o estado do Paraná, que deve zelar pela segurança no trânsito, e como alocutário, os motoristas falantes de português e/ou espanhol. A primeira placa em português, na língua oficial e nacional, enuncia a concessão da rodovia e a poucos metros, o espanhol aparece ao enunciar as instruções de trânsito, mas em um espaço que não ocupa o estatuto de língua oficial para que esteja presente em meios

considerados como tal. Nesse sentido, esses acontecimentos redividem os falantes e os lugares sociais na medida em que colocam o português e o espanhol em relação.

4.1.5 *La Feirinha* - o portunhol também nomeia



Imagem 9 – Placa em centro comercial em Puerto Iguazú.

Nessa placa ou faixa, temos o enunciado “*Asociación Feria de Iguazú – La Feirinha - Bienvenidos!*”. O nome em espanhol “*Asociación Feria de Iguazú*” é reescrito por condensação por um nome que junta o artigo em espanhol *la* com um nome em português *feirinha*. Nesse sentido, a nomeação para esse centro “*La Feirinha*”, significa a relação entre o espanhol e o português: o portunhol. Trata-se de um pequeno centro comercial, na cidade de Puerto Iguazú, onde se vende diversos artigos típicos: vinhos, couro, azeites, azeitonas recheadas, além de restaurantes, bares, etc. Neste centro, se concentram diversas lojas, que são propriedades e administradas, sobretudo, por brasileiros e argentinos.

Interessante também observar que nesta nomeação além do funcionamento do portunhol, também há o apagamento do nome que seria o núcleo da formação nominal, isto é, não se sabe se é Foz do Iguazú ou se é Puerto Iguazú. Somente o nome *Iguazú* com a mistura do espanhol com o português produzem uma indistinção entre Brasil e Argentina. Sendo assim, a relação entre as línguas através do portunhol e o modo de nomear de um enunciador universal, mostram que a fronteira territorial é apenas uma questão geográfica.

Considerando os enunciados nesses acontecimentos, que estão publicamente realizados, já podemos atestar uma amostra de como se relacionam as línguas neste espaço.

As enunciações significam as relações entre as línguas na medida em que há a representação dos falantes das línguas presentes neste espaço. Nos enunciados das *imagens 1 e 2*, observamos a presença de línguas de imigração, como o árabe, quando se inscreve morfológicamente na relação com a língua portuguesa. Esse acontecimento enunciativo traz a questão do imigrante árabe que ali vive. Ademais, há os processos de reescrituração nas demais línguas, como vimos no acontecimento da *Imagem 3*, que nomeiam o estabelecimento.

A língua espanhola, por sua vez, se mostra presente tanto nos acontecimentos relacionados ao intenso comércio paraguaio (*Imagem 3*), quanto nos meios oficiais (*Imagem 4*), como as placas de trânsito. Ambos os casos, na perspectiva enunciativa, mobilizam língua e falante e suas divisões da língua que falam, de modo que a relação entre língua e nação se dilui. Do mesmo modo, vemos que o portunhol também está presente na nomeação, identificando um estabelecimento comercial (*Imagem 9*). Esse acontecimento nos mostra que a relação entre as línguas através do portunhol se sobrepõe à fronteira geográfica. E também a língua inglesa, quando esta é enunciada para designar as práticas de comércio e os produtos tecnológicos que são vendidos no Paraguai, como pudemos observar também na *Imagem 5*.

Nesse sentido, este espaço com suas particularidades, é um espaço de disputa entre falantes e línguas, divididas pelo movimento hierárquico próprio do político (REIS, 2009, p. 43). Esta divisão, em outras palavras, é consequência da relação das línguas (no caso o português, inglês, espanhol, árabe, japonês e o alemão) com seus falantes e, dessa forma, se estabelece hierarquicamente, desigualmente, de acordo com as relações de importância que a constituem, sendo que a relação língua e nação e a demarcação geográfica que estabelece as fronteiras se diluem, de modo que o que importa são as práticas linguísticas para favorecer as transações comerciais.

A seguir, daremos continuidade as nossas análises. Mas, desta vez, trataremos das enunciações produzidas pelos falantes habitantes dessa região fronteira, para compreender como esses falantes designam e se auto determinam em relação às línguas e como essas significações contribuem para a caracterização desse espaço enunciativo de fronteira.

4.2 PARTE II - AS ENTREVISTAS

4.2.1 “Pra usar cada língua tem ocasiões”

Observemos este primeiro recorte: a primeira pergunta faz com que o entrevistado responda diretamente sobre as línguas, de maneira que nesse momento, já observamos que há uma determinação de quais são as línguas.

(1) Quais línguas você fala?

Falo espanhol mais ou menos, né. O básico.

E o português com certeza.

Sendo assim, *espanhol* e *português* reescrevem *línguas* da pergunta, determinando então *português* e *espanhol* como *línguas*. *Espanhol* é articulado à expressão *mais ou menos* que o caracteriza, de modo que podemos considerar que se trata de um sintagma nominal - *espanhol mais ou menos* -, que por sua vez é reescriturado por substituição por *básico*, determinando o sentido de *espanhol*. Temos, com isso, um Locutor que ao enunciar *básico*, está agenciado pelas classificações que funcionam no discurso de ensino-aprendizagem de língua estrangeira trazendo, no acontecimento enunciativo, este memorável.

Na sequência, *português* é articulado à expressão *com certeza*. Tanto a reescritura *básico*, quanto a articulação em *português com certeza* significa uma posição do Locutor sobre as línguas que ele fala, mas é em *português com certeza*, que percebemos que se trata de um falante de português e de um Locutor agenciado por um lugar social de brasileiro (locutor-brasileiro).

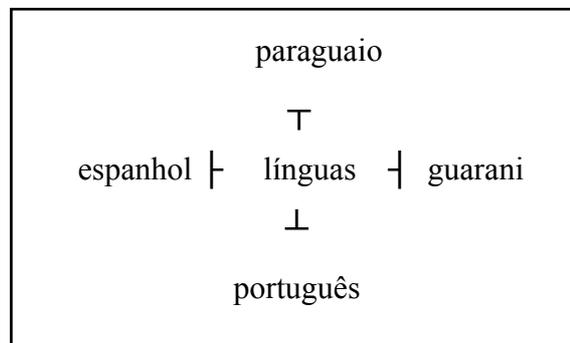
Isto é, a partir de uma perspectiva de um enunciador-individual, que expressa a certeza de que ele fala o português, temos o memorável da relação entre língua e nação e de que, portanto, brasileiro fala português, caracterizado-se assim como sua língua materna. Ao trazer este memorável, há um apagamento da colonização e das outras línguas presentes no espaço de enunciação brasileiro, assim como indica o imaginário de que a língua portuguesa é uma língua una, homogênea, única língua falada por todos os brasileiros.

(2) E com quem você aprendeu espanhol?

Com o meu pai. Ele é paraguaio. Ele mora aqui há muito tempo (...) Ele teve que pedir autorização para morar no Brasil. Mas eu aprendi com ele, né. Ele fala

paraguaio, guarani e espanhol. E trabalhou bastante com hotelaria também. A minha mãe é brasileira.

Neste recorte, o Locutor apresenta as línguas faladas por seu pai, de nacionalidade paraguaia, pelo procedimento de enumeração: *paraguaio*, *guarani* e *espanhol*. Podemos ver também que os elementos enumerados reescrevem *língua*, determinando mais duas práticas linguísticas como *língua: guarani* e *paraguaio*. Sendo que esta última é nomeada pelo falante, enquanto locutor no acontecimento. Nesse sentido, considerando também a análise do primeiro recorte, vemos que o locutor refere quatro *línguas*. Desse modo, temos o seguinte DSD:



(3) Como você se sente em relação ao espanhol? Escreve, entende melhor do que fala?

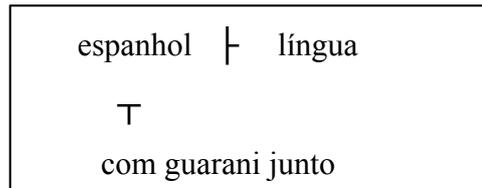
Espanhol para escrever é pouco. Para falar eu falo. Entendo tudo. Depende da pessoa que tá falando comigo. Se é o paraguaio, que fala com guarani junto é difícil.

Na resposta da pergunta acima, o falante reescreve *espanhol* por repetição.

Quando o falante diz “Se é o paraguaio, que fala com guarani junto é difícil”, nesse caso, *paraguaio* não diz respeito a *língua paraguaia* como antes o locutor havia referido, pois aqui *paraguaio* significa/refere a pessoa de nacionalidade paraguaia, que está implícita na sua fala.

Nesse sentido, temos que o *paraguaio* enquanto pessoa, *fala com guarani junto*. Esta expressão também traz outro implícito, o de que o paraguaio fala *espanhol* pela reescrituração por elipse desta palavra, o que nos leva a compreender que *com guarani junto* está articulado a *espanhol* e, portanto, a partir de sua fala entendemos que o paraguaio fala *espanhol com guarani junto*, que por sua vez é caracterizado por *difícil*.

No entanto, vemos que não há nenhuma reescritura que nomeie essa prática linguística como *língua (espanhol com guarani junto)*, assim como não há nenhuma reescritura que atribua sentido, isto é, que determine o que é a *língua paraguaia*, que vimos no Recorte 2. Assim, este recorte nos apresenta mais articulações de sentido que envolvem *espanhol*, como representado no DSD a seguir:



(4) E no trabalho, que língua você fala?

No trabalho, aqui no hotel, uso as duas línguas. Espanhol bastante, viu?

E em casa?

Em casa só português. Ele se considera brasileiro, nem fala mais espanhol.

Aqui, *as duas línguas* reescreve por condensação *português e espanhol* e, se articula a *no trabalho*. Também há uma reescritura por repetição de *espanhol* articulado a *bastante*. *Português* está articulado a *em casa* e *só* incidindo que, portanto, não se fala espanhol em casa. Assim, vemos que as duas línguas funcionam nesse espaço enunciativo divididas, pois o espanhol funciona como língua franca, no âmbito do trabalho e o português, apesar de também funcionar no trabalho, é a única que funciona no ambiente familiar.

É possível observar também que esse Locutor ainda permanece no lugar social de brasileiro, trazendo o mesmo memorável da relação entre língua e nação que vimos no Recorte 1, quando diz: “Ele se considera brasileiro, nem fala mais espanhol”. Nesse sentido, assim como no primeiro recorte, esse memorável sustenta como argumentação para se concluir, de acordo com a perspectiva de um enunciador-individual, que “brasileiro fala português”.

(5) O que você acha de todas essas línguas presentes nessa região?

Ah, tem diferença. Pra usar cada língua tem ocasiões. Sabe que o guarani eu queria aprender. Seria

importante aprender o guarani. Principalmente quem mora aqui. E o básico do espanhol. É legal quando você faz amizade e consegue falar. Sabe, até quando vem americano aqui a gente fala espanhol.

Em (4) *língua* é reescrita por especificação por *espanhol*, *português*, *guarani* e *paraguaio*. Em “até quando vem americano aqui a gente fala espanhol”, temos a locução prepositiva *até quando* como operador argumentativo que articula os enunciados ditos anteriormente: “*Sabe, até quando vem americano aqui a gente fala espanhol*”. Além disso, temos o memorável de que com americano deveria se falar inglês e, que esta é a língua franca de globalização, presente no acontecimento. No entanto, *até quando* introduz o argumento *vem americano*, que orienta para a conclusão de que *se fala espanhol o tempo todo*, até com americano. Portanto, nesse espaço de enunciação não é o inglês que domina e, sim o espanhol.

Nesse sentido, estando nesse espaço de enunciação este Locutor, enquanto locutor-brasileiro, falante de língua portuguesa, como língua materna, oficial e nacional, quando diz que “*Seria importante aprender o guarani. Principalmente quem mora aqui. E o básico do espanhol*” traz neste enunciado um enunciador-individual que menciona a importância, enquanto brasileiro, de se aprender sistematicamente as demais línguas presentes nesse espaço de enunciação: o espanhol (ainda que seja o *básico*, pois se trata de uma língua franca) e o guarani.

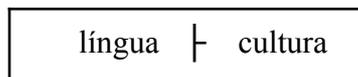
(6) Quando passa pra lá, pro Paraguai, dá pra ver no olho das pessoas, o jeito que elas te olham. Você quer tentar falar, se comunicar...por que você fala espanhol de um jeito né, diferente, e aí não consegue muito, mas consegue entender. Só que aí, quando eles percebem que você entende espanhol, eles passam para o guarani. Por que aí você não entende e eles não querem que você entenda e não é só no comércio, não. É qualquer ocasião, isso é discriminação, parece que estão querendo falar algo que eu não posso saber.

Pela resposta do entrevistado, no recorte acima, *diferente* especifica *espanhol* falado pelo locutor-brasileiro. Na sequência *espanhol* é reescrito por repetição mais uma vez. Ademais, temos a expressão *quando passa pra lá* que predica por articulação a língua guarani enquanto uma língua exclusiva de paraguaios. Essa expressão também significa por um

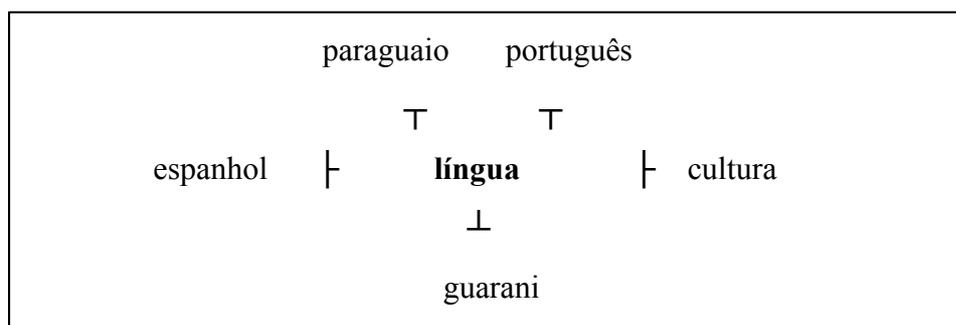
memorável da fronteira enquanto limite territorial, isto é, a língua guarani é falada do lado de lá da fronteira, no território paraguaio. Nesse sentido, todos estes enunciados argumentam para que o falante, de acordo com a perspectiva de um enunciador-individual, afirme que o guarani é uma língua não entendida por brasileiros. E, desse modo, por falar de um lugar social de brasileiro, o falante se sente discriminado quando a língua guarani é usada por paraguaios para que não se compreenda o que está sendo dito.

(7) Tem que ter mais oportunidade, né? Na escola, desde pequeno, aprender as línguas e a cultura. Eu não tive muita informação. Aprendi vivendo. É o futuro. Chego até me arrepiar.

Aqui, há uma relação de articulação entre língua e cultura, de forma que, para esse Locutor, *língua* é determinada por *cultura*. Essa relação, no presente do acontecimento, nos remete ao memorável da antropologia, que considera que uma língua faz parte de uma cultura. Além disso, o locutor, por entender que estas línguas funcionam no seu cotidiano, argumenta mais uma vez que é necessário aprender as línguas *na escola*. Dessa forma, temos o seguinte DSD de *língua*:



Temos, então, que nos acontecimentos analisados, por meio da posição do Locutor entrevistado, que as línguas presentes nesse espaço de enunciação são: *português, espanhol, guarani* e *paraguaio*, pois são determinadas como *línguas*. As reescrituras e articulações que analisamos e compuseram os domínios semânticos de alguns recortes, nos mostram como cada língua é designada por este entrevistado e, que agora representamos em um único DSD, a seguir:



Dessa forma, na enunciação deste locutor entrevistado podemos observar que nesse espaço de enunciação estão em relação quatro línguas – *português*, *espanhol*, *guarani* e *paraguaio*. No entanto, o espaço de enunciação distribui essas línguas desigualmente, pois cada língua funciona de um modo - *guarani* e *paraguaio* enquanto línguas usadas exclusivamente por paraguaios, *espanhol* e *português* enquanto língua franca e português enquanto língua materna, no âmbito familiar. Assim, vemos que as línguas que funcionam de modo dominante são o *português* e o *espanhol*. Mas o espanhol parece ter um status mais elevado por ser a língua franca.

Vimos que este Locutor traz para a cena enunciativa o memorável da relação entre língua e nação e, também, entre língua e cultura. Esses memoráveis sustentam suas argumentações de que a língua materna do brasileiro é a língua portuguesa e de que a noção de cultura está atrelada a uma língua, assim como nos discursos de estudos antropológicos. Além disso, pudemos ver que este Locutor está sendo agenciado pela divisão em níveis própria dos estudos de ensino-aprendizagem de língua estrangeira, a qual permite que o entrevistado opine sobre as línguas que fala ou não fala.

Já o *guarani* e o *paraguaio* são línguas que só são faladas por falantes de nacionalidade paraguaia, produzindo um embate entre as línguas, próprio do político, consideradas então pelo Locutor como línguas estrangeiras. Em outras palavras, essas línguas faladas por paraguaios, como vimos nos recortes, mostram que os falantes presentes nesse espaço de enunciação são afetados por essas línguas, ainda que não as falem, pois elas estão ali, produzindo uma divisão entre os falantes: falantes brasileiros são excluídos nas enunciações em que se fala guarani.

Nesse ponto, temos outro memorável que se faz presente, que é o da fronteira enquanto delimitação geográfica entre um país e outro. Expressões como *quando passa pra lá*, como vimos no Recorte 5, nos permite observar como esse memorável se articula e sustenta a argumentação deste Locutor, que fala de um lugar social de brasileiro, agenciado por esta divisão territorial e pela relação entre língua e nação. É, então, dessa forma que este Locutor é agenciado pelas línguas e os sentidos sobre elas.

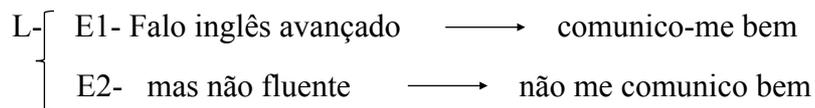
4.2.2 “Desde que mudei pra Foz, o inglês não existe mais pra mim”

(1) Quais línguas você fala?

Falo inglês avançado, mas não fluente e tenho o espanhol fluente.

Nesse recorte, temos as palavras *inglês* e *espanhol* que reescrevem por substituição *línguas* da pergunta de modo direcionado, ou seja, como já mencionamos, nessa pergunta há um direcionamento na determinação de língua, então *línguas* determina o sentido de *inglês* e *espanhol*. *Inglês* é articulado a *avançado* e depois reescrito por elipse e articulado a *não fluente* e, *espanhol* articulado a *fluente*, de modo que estas expressões. Assim como no Recorte 1 da nossa primeira análise, temos aqui um memorável do sistema de ensino-aprendizagem de língua estrangeira, nos mostrando uma classificação/divisão sobre o conhecimento das línguas que agencia este Locutor.

Ainda, podemos observar a orientação argumentativa do articulador *mas* presente nesse enunciado, que articula *falo inglês avançado a não fluente*. De acordo com Guimarães (2007), uma orientação argumentativa sempre leva a uma conclusão, de modo que temos o seguinte esquema:



Por meio dessa construção argumentativa operada pela conjunção *mas*, há a divisão deste Locutor entre um enunciador-genérico que admite falar inglês e um enunciador-individual que admite que não fala fluentemente. Nesse caso, fluente é apenas o espanhol. O que podemos observar, portanto, que a conclusão que predomina é a da perspectiva do Enunciador 2, individual, de que não se comunica bem através da língua inglesa, apesar de a falar. Já o espanhol, como vemos na sequência do enunciado, é falado fluentemente.

Essa construção argumentativa nos permite observar o lugar das línguas espanhola e inglesa nesse espaço de enunciação para este Locutor, sendo que a primeira está em funcionamento no espaço de enunciação, neste caso como língua franca, e, a segunda, aparece

somente por conta do funcionamento do memorável desta língua enquanto uma língua franca e de globalização.

(2) E onde você aprendeu essas línguas?

O inglês eu estudei durante a adolescência, fiz curso privado, na escola nunca deu pra aprender direito, aí passei quatro meses nos Estados Unidos. Em 2015, fui parar na Argentina, onde morei dois anos e aí aprendi o espanhol. Aprendi na marra, no dia a dia.

Inglês e espanhol, mais uma vez reescrevem *línguas* substituindo essa palavra. Em (a) “*na escola nunca deu pra aprender direito*” temos *inglês* reescrito por elipse e em (b) “*Aprendi na marra, no dia a dia*” *espanhol* também é reescrito por elipse. A reescritura elíptica de *inglês* em (a) se articula a *direito* e em (b) *espanhol* se articula a *na marra*, de forma que estas expressões apenas caracterizam a maneira como este falante aprendeu estas línguas. Esse modo de subjetividade em que o falante expõe sua relação as línguas, nos permite compreender que há uma maior facilidade na aprendizagem com a língua espanhola, do que com o inglês.

(3) Qual língua você mais usa quando está trabalhando?

Português, inglês e espanhol porque eu continuo trabalhando com os argentinos. Na verdade, nunca uso o inglês. Desde que mudei pra Foz, o inglês não existe mais pra mim.

Aqui, *português, inglês e espanhol* reescrevem por substituição *língua* da pergunta, de forma que ele usa três línguas e não uma apenas. Também reescreve por repetição *inglês* mais duas vezes ao longo deste recorte. No enunciado “*Português, inglês e espanhol porque eu continuo trabalhando com os argentinos*” temos o *porque* articulando o argumento que justifica o uso do *espanhol* no trabalho.

Na sequência, em “*Na verdade, nunca uso o inglês*”, temos um caso de polifonia característica da negação articulada pela expressão *na verdade nunca*. Primeiro, o locutor afirma usar *português, inglês e espanhol*. Depois, *na verdade* articulado a *nunca* nega o uso do inglês, indicando essa sua posição e, portanto, argumento mais forte. Nesse sentido, o Locutor enuncia de duas perspectivas, temos um enunciador que afirma e outro que nega:

L- $\left\{ \begin{array}{l} \text{E1: Uso português, espanhol e inglês} \\ \text{E2: Nunca uso o inglês} \end{array} \right.$

A polifonia funciona nessa divisão do Locutor, que fala da perspectiva de E1, individual, trazendo o memorável do inglês como língua franca de globalização, mas assume E2 quando reconhece que em Foz, no seu trabalho, *nunca usa o inglês*. Esse argumento se reforça quando este locutor diz que “*Desde que mudei pra Foz, o inglês não existe mais pra mim*”. E, assim, como vimos no Recorte 1, este Locutor traz o memorável da língua inglesa enquanto língua franca. No entanto, a partir desse acontecimento, esse memorável se desfaz. Isto é, a língua inglesa só é mencionada por esse entrevistado por conta deste memorável, pois ele não utiliza essa língua. Nessa perspectiva, podemos entender que nesse espaço enunciativo o *inglês* não funciona de modo predominante, enquanto que o *português* e o *espanhol*, sim.

(4) Teve algum momento em que você sentiu dificuldades por não entender alguma língua falada ou escrita aqui nessa região?

Sim. Quando o paraguaio começa a falar em guarani, eu não entendo nada. Do lado de lá, no Paraguai, eles falam bastante entre eles em guarani, só que é uma conversa normal, natural. Espanhol para ler e falar é fácil, mas pra escrever é difícil.

Guarani reescreve língua e é reescrito por repetição outras vezes. *Espanhol* também é reescrito por repetição e especificado quando articulado a *para ler e falar* e *pra escrever*, sendo *para ler* caracterizado por *fácil* e *para falar*, por *difícil*.

Se parafraseamos o enunciado “*Quando o paraguaio começa a falar em guarani, eu não entendo nada*”, por “*Os paraguaios falam bastante guarani*”, podemos observar de modo mais evidente que o locutor especifica a língua *guarani* enquanto uma língua de *paraguaios*, de forma que *guarani* determina o sentido de *paraguaios*. Essa determinação da língua guarani sobre paraguaios nos permite observar que este Locutor assume o lugar social de brasileiro, pois é desse lugar que este Locutor fala da sua percepção sobre como os paraguaios falam, mobilizando o memorável de que no Paraguai, grande parte da população, além do espanhol, fala guarani. Portanto, esse Locutor a partir de uma perspectiva individual também especifica língua guarani como uma língua incompreensível do seu lugar social de brasileiro. Ainda, esse locutor caracteriza a prática desta língua enquanto *uma conversa normal, natural*.

Diante disso, temos o seguinte DSD para *guarani* e *espanhol*:

paraguaios		guarani		línguas		espanhol
------------	--	---------	--	---------	--	----------

(5) Fale um pouco do que você acha sobre todas essas línguas presentes aqui nessa região.

Então, português, espanhol e guarani, mas acho que aqui é só do lado do Paraguai que falam guarani. Ou se for do lado daqui, quando estão entre eles. É mais espanhol e português. E tem o portunhol. O portunhol também é bem falado aqui. Quem não fala espanhol, fala portunhol. Quem não fala português, fala portunhol e no fim das contas todo mundo fala e se entende. Só ter boa vontade. E não é só turista que arrisca, as pessoas que vivem aqui são as que mais falam portunhol. Até por que existe uma relação comercial, por exemplo, se eu vou na Argentina comprar vinho e o atendente não fala português, ele quer vender. Então ele tenta falar português e acaba arrastando o portunhol. No Paraguai a mesma coisa.

Português, espanhol e guarani reescrevem *línguas*. *Português* é reescrito por repetição quatro vezes. *Espanhol* também é reescrito por repetição três vezes. E *portunhol*, pela primeira vez, aparece reescrevendo *línguas* e reescrito por substituição cinco vezes ao longo deste recorte.

Em “*Então, português, espanhol e guarani, mas acho que aqui é só do lado do Paraguai que falam guarani*”, temos um Locutor que ao apresentar as reescrituras de *línguas* (português, espanhol e guarani) estabelece que são essas as línguas presentes na região, mas por estar agenciado pelo memorável da fronteira enquanto divisão de territórios, temos *Paraguai* determinando *guarani* e *aqui* (Brasil) determina *espanhol, português e portunhol*. E, assim, pelo uso do *mas* em “*mas acho que aqui é só do lado do Paraguai que falam guarani*”, há uma oposição ao que foi dito anteriormente de modo que temos:

- L { E1: Português, espanhol e guarani são línguas faladas aqui
 { E2: Guarani se fala só do lado do Paraguai

Essa oposição nos mostra a perspectiva de E2 que nega a perspectiva de E1, orientando para a conclusão de que *guarani só é falado no Paraguai*.

No entanto, logo na sequência, “*Ou se for do lado daqui, quando estão entre eles*”, a presença de *ou* introduz um novo argumento sobre o funcionamento do guarani nesse espaço de enunciação. De acordo com Guimarães (2007, p. 105), “no caso de *X ou Y* o tema é dado da perspectiva do locutor (de um enunciador que coincide com o locutor)”.

Nesse sentido, considerando este enunciado na relação com o anterior “*(...) só do lado do Paraguai que falam guarani. Ou se for do lado daqui, quando estão entre eles*”, temos o *ou* que não funciona necessariamente para articular argumentos, mas para apresentar este locutor que põe mais um argumento em relação ao tema: se for do lado daqui [do Brasil], quando estão entre eles [os paraguaios falam guarani]. E, nesse sentido, reforça o argumento de que o guarani só é falado nesse espaço de enunciação, por paraguaios, de modo que “*é mais português e espanhol*”.

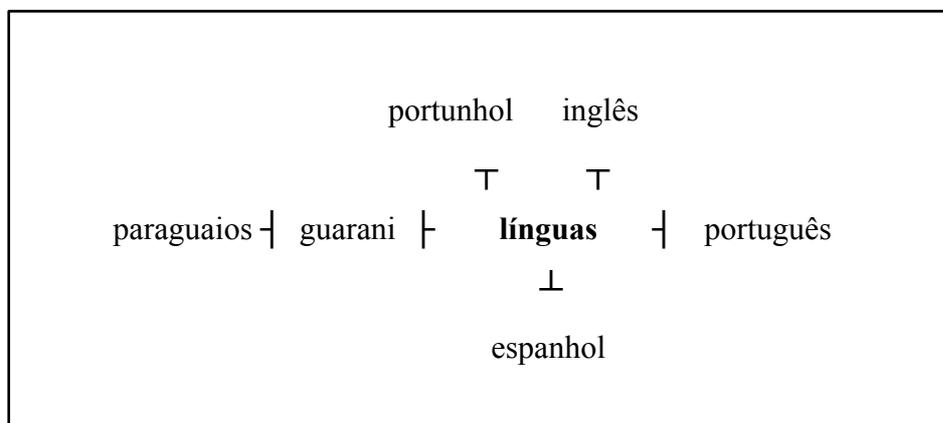
Podemos observar pelas expressões *do lado daqui* ou *do lado do Paraguai*, como o memorável da fronteira enquanto divisão territorial, limite entre um lado e outro, continua presente e agencia o falante. Esse memorável sustenta esse lugar social de brasileiro, de que a fronteira separa uma nação de outra. No entanto, esse enunciado também nos mostra que as línguas não se restringem à fronteira geográfica, pois no caso do guarani, a língua circula onde há falantes.

Além disso, nesse recorte, este locutor ao reescrever *língua* por *portunhol*, especifica como *língua* mais uma prática linguística em funcionamento nesse espaço. E, portanto, em relação a esta língua ele diz que: “*Quem não fala espanhol, fala portunhol. Quem não fala português, fala portunhol e no fim das contas todo mundo fala e se entende. E não é só turista que arrisca, as pessoas que vivem aqui são as que mais falam portunhol*”.

Nesse sentido, o que podemos apreender nesse enunciado é que *portunhol* é uma língua que é significada enquanto língua de todos. Isto é, independentemente das línguas que um falante possa falar, sendo habitante ou não da região, o *portunhol* é uma língua que todos falam e que *no fim das contas todo mundo se entende*, ou seja, trata-se de uma língua franca.

No entanto, quando o locutor diz que “*Então ele tenta falar português e acaba arrastando o portunhol*”, temos nesse enunciado *português* articulado a *falar* e *portunhol* articulado a *arrastar*. Ao fazer o uso do verbo *arrastar*, temos um efeito de sentido sustentado

pelo memorável de que o portunhol é uma língua de improvisação, de entremeio, de um sistema indefinido, ao contrário de *português* que *se fala*. Diante de todo o exposto, vejamos como este falante designa estas línguas nesta entrevista pela representação final do DSD:



Sendo assim, nessa entrevista, observamos que para este falante nesse espaço de enunciação funcionam enquanto línguas, o portunhol, o guarani, o espanhol e o português. Apesar de mencionar a língua inglesa, por conta do memorável referente a todo um discurso sobre esta ser a língua franca por excelência, mais adiante ele reconhece que esta não funciona nesse espaço. Na verdade, ele nos mostra que a língua franca no caso é o *portunhol*.

Assim como na primeira entrevista, este locutor, ao opinar sobre as línguas que fala, se sustenta no memorável de nivelamento das línguas presente no discurso dos estudos de ensino-aprendizagem de língua estrangeira. Outro ponto também semelhante à entrevista anterior é que por meio de expressões como “*é só do lado do Paraguai*” ou “*do lado daqui*”, vemos que este locutor é constituído pelo memorável da fronteira geográfica. Para ele, espanhol e português são as línguas faladas no Brasil e por brasileiros e o guarani falado somente por paraguaios. Mas, ao falar sobre o guarani e os paraguaios - “*Ou se for do lado daqui, quando estão entre eles*” este falante nos mostra que, na verdade, as línguas circulam além dessa fronteira entre os países.

4.2.3 “E é assim, lá é uma mistureira”

(1) Quais línguas você fala?
Português e espanhol.

Onde você aprendeu o espanhol?

Na Argentina, em Buenos Aires. Aprendi com o convívio, não fiz nenhum curso. Não sei tudo de gramática deles, mas falar, escrever e entendo bem. Me considero falante.

Português e espanhol reescrevem por substituição línguas da pergunta. *Espanhol* é reescrito por elipse em “*Aprendi com o convívio*”, predicado que caracteriza a maneira como este falante aprendeu esta língua. *Espanhol* também é reescrito por elipse em “*Falar, escrever e entendo bem*”, de modo que estas expressões caracterizam a maneira como este falante se relaciona com o *espanhol*, já que essas expressões rememoram as competências linguísticas tal como trabalha a Linguística Aplicada no ensino de língua estrangeira.

Em “*não sei se tudo de gramática deles*”, temos *gramática* especificando *espanhol*. Esse mesmo enunciado é articulado ao enunciado seguinte pelo operador *mas*. Nesse caso, de acordo com Guimarães (2007, p. 61), trata-se de um *mas* com função opositiva e não argumentativa, o que o autor chama de *MasSN*, pois este “aparece sempre depois de um enunciado negativo, com uma função de correção de algo suposta ou dito realmente antes”.

Nesse sentido, a negação (*não sei tudo de gramática deles*) incide somente nessa parte do enunciado, para que se possa afirmar que “*falo, escrevo e entendo bem*”, e, portanto, “*me considero falante*”. De modo que *falante* determina o sentido de *falar, escrever e entender bem*. E, assim, esse locutor se posiciona em um lugar social de brasileiro enquanto falante de uma língua estrangeira, o espanhol.

(2) Você se comunica em qual língua na faculdade?

Em portunhol. Por que eu falo bem o espanhol, mas os professores querem muito aprender o português. A gente ali, não tá tão pra dentro do Paraguai, estamos bem perto da fronteira e os professores aprenderam um português mais ou menos então eles gostam de falar. Na aula eles falam, misturam tudo. Alguns têm mais idade e falam o espanhol deles, que é uma mistura com guarani, aí eu não entendo nada. O guarani é muito difícil. Eu cheguei a fazer algumas aulas de guarani, mas não entendi nada, não deu certo. E é assim, lá é uma mixtureira.

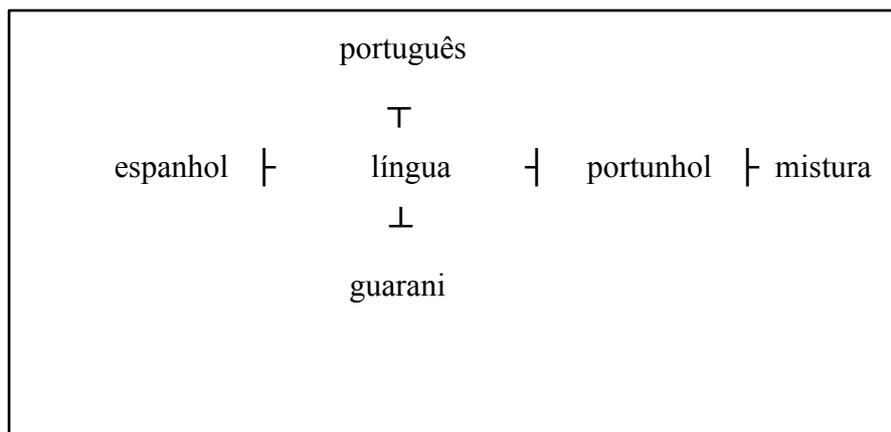
Portunhol, espanhol, português, guarani reescrevem *língua* por substituição. Ao longo deste recorte, *português, guarani* e *espanhol* são reescritos por repetição, sendo que *português* é articulado a *mais ou menos*, expressão que o caracteriza como a impressão do falante sobre o modo como os professores aprenderam o português.

A seguir, *portunhol* é reescrito por elipse em mais duas ocasiões: a) “(...) e os professores aprenderam um português mais ou menos então eles gostam de falar [portunhol]”; b) “Na aula eles falam [portunhol], misturam tudo”. Em (b), podemos ainda observar que *tudo* é uma reescritura por condensação de *português* e *espanhol*, que articulado ao verbo *misturar* na 3a. pessoa do plural do presente do indicativo (*misturam*), determina o sentido de *portunhol*, enquanto *mistura*.

Na sequência, “Na aula eles falam, misturam tudo. Alguns tem mais idade e falam o espanhol deles, que é uma mistura com guarani, aí eu não entendo nada” temos *espanhol* articulado ao pronome possessivo *deles*, que por sua vez é uma reescritura de *professores*, que por estar implícito no seu dizer, entendemos que se trata de professores paraguaios. Nesse caso, *espanhol deles* é predicado por *mistura com guarani*, determinando o sentido de *espanhol deles* e, também é caracterizado por ser falado por pessoas *com mais idade*. Assim, podemos ver que há uma relação de antonímia entre *espanhol* e *espanhol deles*.

Em “O guarani é muito difícil”, temos *guarani* determinado pela predicação como sendo *muito difícil*. Temos também, por meio dos enunciados “A gente ali, não tá tão pra dentro do Paraguai, estamos bem perto da fronteira”, o memorável da fronteira geográfica. Para este entrevistado, há a divisão geográfica entre os países e esse sentido de fronteira se sustenta já que, para ele, o *portunhol* é um falar fronteiriço. Em outras palavras, se estiver mais “pra dentro do Paraguai”, já não existe razão para se falar nessa língua.

Por fim, no enunciado “E é assim, lá é uma mistureira”, a palavra *mistureira* determina o sentido de *portunhol* e *espanhol deles*, visto que sustenta, no presente do acontecimento, esse memorável de que os falares de fronteira são misturas entre as línguas. Desta forma, temos:



(3) Às vezes é ruim porque eu queria treinar espanhol e não dá. Tem muito brasileiro e eles não se esforçam para aprender e falar espanhol. A diferença que eu vejo aqui, no Paraguai e na Argentina, lá em Buenos Aires é que na Argentina ou você fala espanhol, ou não fala nada. Eles não têm paciência, são muito fechados. Não aguentam o seu portunhol. Aqui é mais maleável, porque estamos na fronteira e, por conta disso, eu sinto que acaba atrasando meu espanhol.

Nesse recorte, *espanhol* e *portunhol* continuam reescrevendo *língua* por substituição. *Espanhol* é reescrito por repetição três vezes e *portunhol* apenas uma. Vemos em “*Às vezes é ruim porque eu queria treinar espanhol e não dá. Tem muito brasileiro e eles não se esforçam para aprender e falar espanhol*” que este locutor continua ocupando o lugar social de brasileiro e a partir de um enunciador-genérico, afirma que *brasileiro não se esforça para aprender e falar espanhol*.

Esta afirmação está constituída pelo memorável de que espanhol e português são línguas próximas e, por isso, não é necessário que um brasileiro falante de português aprenda o espanhol, sendo que se pode usar o portunhol. Assim, por meio da perspectiva de um enunciado-individual, este locutor acredita que essa *mistureira*, que determina o sentido de *portunhol*, *atrasa o seu espanhol*.

O memorável da fronteira geográfica enquanto espaço de falares “misturados”, que vimos no recorte anterior, continua presente quando esse locutor enuncia: “*A diferença que eu vejo aqui, no Paraguai e na Argentina, lá em Buenos Aires é que na Argentina ou você fala espanhol, ou não fala nada. Eles não têm paciência, são muito fechados. Não aguentam o seu portunhol. Aqui é mais maleável, porque estamos na fronteira*”. Nesse sentido, por meio

dessa perspectiva trazida por um enunciador-individual, estar na fronteira justifica falar portunhol. Ou seja, para ele, no espaço de enunciação da capital argentina, por estar em uma região que não é fronteira, essa língua não tem lugar.

No recorte a seguir, o entrevistado continua a falar sobre essa *mistureira*.

(4) E é isso o que eles falam o dia todo, né. A língua deles. Seria a mistura do guarani com o espanhol. Ou o português com o espanhol, o portunhol, mas que aí a gente entende. Acho que o guarani não vem muito pra Foz, não. Aqui ninguém aprende guarani, né. É muito difícil. Tanto que os paraguaios mais jovens estão perdendo, não falam tão bem o guarani. É triste, né? Eles estão perdendo a cultura. Eu acho que eles têm mais interesse em aprender português pelas relações comerciais do que manter o guarani. Querem ser como o Brasil, mas eles não têm nem rua asfaltada. Só estão preocupados em fortalecer o comércio deles, em vender.

Nesse recorte, temos *língua* articulado ao pronome possessivo *deles*, que é uma reescritura de *paraguaios*, implícito na sua fala. Além disso, *mistura do guarani com o espanhol* reescreve *língua deles* por expansão, de forma que especifica e determina o sentido de *língua deles*.

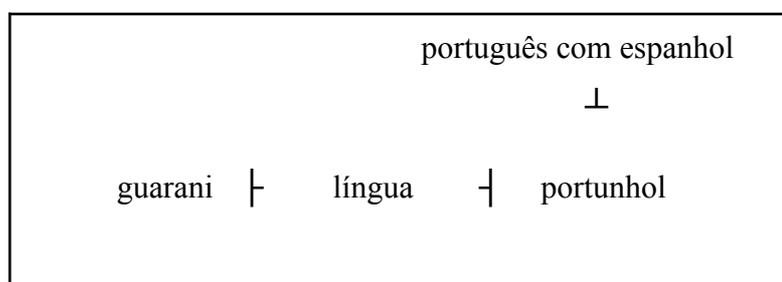
No enunciado “*Ou o português com o espanhol, o portunhol, mas que aí a gente entende*”, temos *português com o espanhol* que reescreve por expansão *portunhol*, determinando seu sentido. Além disso, o uso do *mas* presente nesse enunciado orienta para a conclusão de que *portunhol é uma língua tanto de paraguaios, quanto de brasileiros*, ou seja, uma língua franca.

Mais uma vez, *muito difícil* incide sobre a caracterização da relação do falante com a língua guarani. Essa relação da língua guarani sob o olhar desse falante é elemento fundamental para compreendermos o lugar da língua guarani, isto é, a hierarquização das línguas nesse espaço, pois evidencia uma relação reduzida de falantes de guarani - guarani na relação com falantes de espanhol ou português. Isso também se sustenta quando vemos que o memorável da fronteira geográfica continua sendo trazido por este entrevistado em “*Acho que*

o guarani não vem muito pra Foz, não”, mostrando que a língua guarani é falada por paraguaios.

Em “*Tanto que os paraguaios mais jovens estão perdendo, não falam tão bem o guarani. É triste, né? Eles estão perdendo a cultura*”, vemos o memorável da relação entre língua e cultura, pois rememoramos enunciações do discurso da antropologia que permitem que esse sentido de que uma língua pertence a uma determina cultura e vice-versa, funcione no presente do acontecimento.

Ademais, podemos ver, na sequência, que este locutor justifica o argumento de que *os paraguaios mais jovens não falam tão bem o guarani* quando diz “*Eu acho que eles têm mais interesse em aprender português pelas relações comerciais do que manter o guarani. Querem ser como o Brasil, mas eles não têm nem rua asfaltada. Só estão preocupados em fortalecer o comércio deles, em vender*” trazendo outro memorável, de que grande parte da economia do Paraguai funciona no comércio de bens de consumo importados. Desta forma, podemos apreender o seguinte DSD:



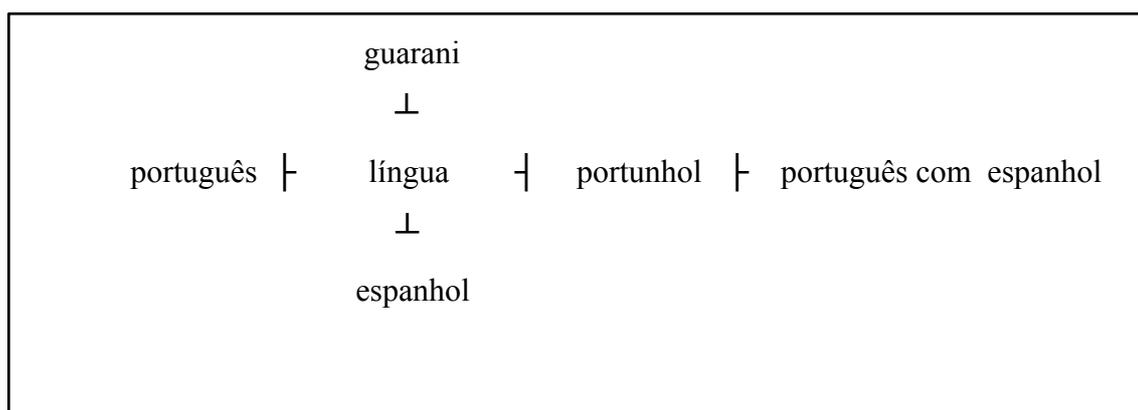
Nessa entrevista, pudemos ver que este falante determina enquanto línguas *português*, *espanhol*, *portunhol* e, também refere a uma outra prática linguística enquanto uma *mistura do guarani com o espanhol*, nomeando ora como *espanhol deles*, ora como *língua deles*. O pronome deles, em ambos os casos são reescritura de *paraguaios*, de modo que entendemos que este locutor especifica esse falar, enquanto um falar de *paraguaios*, rememorando o jopara.

A palavra *mistureira* ou *mistura* também aparece para determinar o sentido de *portunhol*, enquanto *mistura de português com espanhol*. Por meio dos recortes, vimos que se trata de uma língua franca, utilizada inclusive no meio acadêmico. No entanto, vemos que

esse locutor está constituído pelo memorável de que se trata de uma língua instável, já que sente que *atrassa seu espanhol*.

Outros memoráveis trazidos por este entrevistado que pudemos observar são o da fronteira enquanto limite territorial, que faz com que esse locutor se posicione em um lugar social de brasileiro que vive na fronteira e que esses falares *misturados* só são falados em espaços fronteiriços, também o memorável que põe em relação língua e cultura, para justificar seu argumento de que os paraguaios estão *perdendo sua cultura e a língua guarani*. E, por último, o memorável de que a economia paraguaia se sustenta no comércio de produtos de bens de consumo importados.

Nesse sentido, a análise dos recortes dessa entrevista nos permite trazer o seguinte DSD sobre como esse falante designa as línguas no espaço de enunciação de Foz do Iguaçu:



4.2.4 “A minha mãe, avó e tia falam alemão”

(1) Que línguas você fala?

Português, mais ou menos do inglês e espanhol. Aprendi espanhol escutando música, vendo filmes, novelas e inglês assistindo série. Fiz um curso de inglês pela metade. Na escola regular nunca tive espanhol, inglês sim, mas aquela coisa básica, verbo “to be”, quase nada.

Português, inglês e espanhol reescrevem por substituição *línguas* da pergunta. *Inglês* é reescrito por substituição três vezes e *espanhol* duas. Uma dessas reescrituras de *inglês* é

articulado a *mais ou menos*, de modo que caracteriza a opinião sobre como esse falante se relaciona com esta língua.

Em “*Na escola regular nunca tive espanhol, inglês sim, mas aquela coisa básica, verbo “to be”, quase nada*”, temos uma orientação argumentativa operada pela conjunção *mas*, que divide esse Locutor entre a perspectiva de um E1, enunciador-individual, que diz que aprendeu inglês na escola e, portanto, orienta para a conclusão de que domina a língua inglesa e, um outro enunciador E2, também individual, que diz que aprendeu somente o básico, *quase nada*, que orienta para a conclusão de que sabe pouco inglês, de forma que é esta, a perspectiva de E2, que predomina. Assim, temos o seguinte esquema:

L - { E1: Estudei inglês na escola —————> Sei inglês
 E2: Estudei quase nada de inglês na escola —————> Sei pouco inglês

Além disso, podemos ver que essa perspectiva de E2, traz o memorável de que na escola regular não se aprende efetivamente uma língua estrangeira, de modo que os que podem, recorrem a cursos em escolas especializadas ou outros meios, como podemos ver em “*Aprendi espanhol escutando música, vendo filmes, novelas e inglês assistindo série*”. Nesse enunciado, *espanhol* está articulado a *escutando música, vendo filmes e novelas* e, *inglês* articulado a *assistindo série*, sendo que estas articulações caracterizam a maneira como esse falante aprendeu essas línguas.

(2) Você usa essas línguas também para escrever?

Muito difícil. Inglês, às vezes no *whatsapp* e no *instagram*. E também, a gente conversa com algumas pessoas estrangeiras, porque eu trabalho em hotel, aí eu vejo muito gringo então a gente vai praticando. Eu sou muito boa de escutar, eu entendo, mas na hora de reproduzir pra mim é mais difícil. No trabalho uso mais o espanhol, inglês é mais difícil por que é um hotel de eventos, então inglês só quando é um evento muito grande, normalmente é só espanhol. Aí se o turista vem por lazer, se aparece alguém da Argentina a gente fala espanhol.

Inglês e espanhol, mais uma vez, reescrevem por substituição *línguas*, sendo que *muito difícil* incide sobre a caracterização da relação deste falante com *línguas para escrever* da pergunta. Em “*Eu sou muito boa de escutar, eu entendo, mas na hora de reproduzir pra mim é mais difícil*”, *inglês* é reescrito por elipse e articulado às expressões *escutar* (caracterizado por *muito boa*), *entender* e *reproduzir*, caracterizado por *mais difícil*. Essas expressões trazem o memorável das habilidades linguísticas de um falante (compreensão auditiva, expressão oral, leitura e escrita), tal como estuda a Linguística Aplicada para o ensino de língua estrangeira, agenciando este locutor e, portanto, entendemos que essas expressões especificam *inglês*.

Espanhol é articulado a *no trabalho* e *inglês* a *só quando é um evento grande*. Nesse sentido, nesse espaço de enunciação é o espanhol que funciona como língua franca, com algumas exceções. Esse argumento é reforçado no enunciado seguinte: *normalmente é só espanhol*” e, também, em “*Aí se o turista vem por lazer, se aparece alguém da Argentina a gente fala espanhol*”,

Dessa maneira, esse recorte nos permite apreender o seguinte DSD:

inglês		língua		espanhol		argentinos
--------	--	--------	--	----------	--	------------

(3) E entre sua família e amigos? Quais línguas estão presentes?

A minha mãe, avó e tia falam alemão. Eu escuto, mas não interajo porque não sei falar, elas falam só entre elas. Ficam sentadas tomando chimarrão e conversando em alemão.

Nesse recorte, *alemão* reescreve por substituição *línguas* da pergunta, determinando o sentido de alemão enquanto *língua*. Na sequência, *alemão* é reescrito por elipse, sendo que esta palavra se articula a *escutar* e *falar*. Assim como no Recorte 1, a partir dessas expressões, temos o memorável das competências linguísticas de acordo com a Linguística Aplicada que se faz presente e, então, agenciando o modo como este locutor se relaciona com essa língua. Ainda, *alemão* aparece mais uma vez reescrito por repetição.

(4) Houve alguma situação em que você sentiu dificuldades por não entender alguma língua falada aqui na região?

Não, mas é que assim, como eu trabalho em hotel, muita gente vem de fora. Fora digo do Brasil, mas afastado, tipo do Amazonas. Eles acham que a gente tem que saber o espanhol só por que estamos na fronteira, mas não é assim. A gente não é obrigado a saber. É que a gente convive muito com paraguaios, por exemplo. Aí a gente vai escutando, mas não é dever da gente saber a língua dos países que fazem fronteira aqui. Eles que aprendam.

Nesse recorte, temos “*a língua dos países que fazem fronteira aqui*” reescrevendo por expansão *espanhol*, de maneira que especifica e determina o sentido de espanhol. Nessa reescritura, podemos observar que há um apagamento de outras línguas, como por exemplo, o guarani, enquanto língua não somente do Paraguai, mas também da Argentina. Assim, esse locutor também generaliza a língua espanhola enquanto a única língua dos países fronteiriços nessa região.

Além disso, em “*A gente não é obrigado a saber*” temos uma reescritura por elipse de *espanhol*. A partir desse enunciado, vemos que esse locutor, que fala do lugar social de brasileiro, é agenciado pelo memorável de que estar na fronteira e conviver com outras línguas e seus falantes não é motivo para que se aprenda outra língua e, dessa forma, a partir de um enunciador-individual, expõe seu ponto de vista agenciado por esse memorável da relação entre unidade nacional e homogeneidade da língua portuguesa.

Ademais, como podemos ver em “*Eles que aprendam*”, temos uma reescritura por elipse de *português*, sendo que o pronome pessoal *eles* reescreve por substituição *paraguaios* anteriormente referido no enunciado “*É que a gente convive muito com paraguaios, por exemplo*”, de modo que especifica *espanhol* enquanto uma língua de *paraguaios*.

Esse mesmo enunciado reforça, enquanto argumento, o memorável de unidade linguística de uma nação articulado a um memorável pejorativo, que coloca o português em um lugar de prestígio em relação às outras línguas dos países que fazem fronteira. Dessa maneira, evidencia-se o lugar social de brasileiro que vive na fronteira e percebe-se o

desinteresse desse locutor em aprender o espanhol e até mesmo o preconceito linguístico com essa língua e seus falantes.

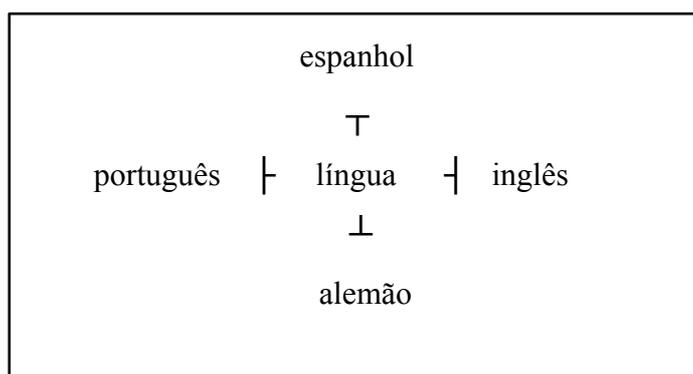
Nessa entrevista, vimos que esse entrevistado se relaciona com as línguas portuguesa, espanhola, inglesa e alemã. Para se referir ao modo como se relaciona com essas línguas, esse locutor é agenciado pelo memorável das habilidades linguísticas do domínio da Linguística Aplicada para o ensino de língua estrangeira. No ambiente de trabalho, como o próprio entrevistado afirma, seu ramo é o hoteleiro e, de uma maneira geral, a língua mais usada nesse ambiente de trabalho pelo entrevistado é a língua espanhola.

Pela primeira vez, até a presente entrevista, uma língua de imigrantes é citada por um entrevistado, nesse caso, o alemão. Embora esta língua faça parte de sua vida, pois sua família fala alemão em casa, por não conseguir falar, essa língua se restringe ao ambiente familiar e aos parentes que sabem.

Ainda, vimos que esse falante, generaliza a língua espanhola, enquanto única língua dos países vizinhos e, apesar de reconhecer que há uma convivência com pessoas das nacionalidades desses países - e que nessa convivência incluem-se as línguas -, esse locutor desconsidera a necessidade de se aprender o espanhol.

Esses argumentos trazem o memorável da unidade linguística de uma nação, que no caso, por se tratar de um locutor que fala de um lugar social de brasileiro habitante da fronteira, coloca a língua portuguesa em lugar de profunda valorização e o espanhol, em desprestígio, ao passo que apaga as demais línguas faladas tanto na Argentina e Paraguai, quanto no Brasil.

Considerando os recortes acima analisados, apontamos o seguinte DSD para esta entrevista:



4.2.5 “Em todo lugar é portunhol”

(1) Quais línguas você fala?

Olha, eu falo português, mas a gente tenta um espanhol, às vezes tenta um inglês, tenta.

Português, espanhol e inglês reescrevem por substituição *línguas* da pergunta e, desse modo, determina o sentido de *línguas* de modo direcionado. Além disso, podemos observar que esse locutor, como enunciador individual, afirma categoricamente que fala português e, portanto, está agenciado por um lugar social de brasileiro quando afirma que *fala* português, enquanto que *espanhol e inglês tenta*. Assim, o verbo *tentar* articulado a *espanhol e inglês*, caracteriza a maneira como esse falante se sente em relação ao uso dessas línguas.

(2) E no trabalho?

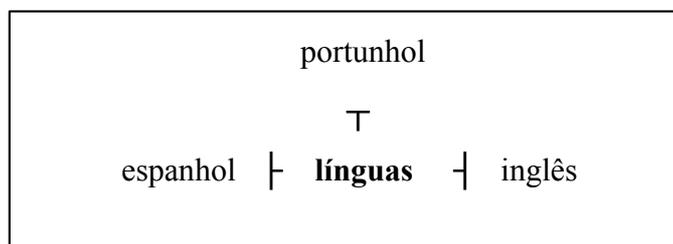
Tenho bastante cliente estrangeiro, da Argentina, do Paraguai, também aparece estrangeiro que fala inglês e aí eu acabo usando o Google Tradutor. Para o espanhol não precisa, é mais fácil. Mas para o inglês eu sempre uso. Se não dá de jeito nenhum a gente só fica sorrindo. Não tem diálogo. Em todo lugar é portunhol, né? É uma língua bem usada.

Nesse recorte, *inglês, espanhol e portunhol* reescrevem línguas da pergunta, sendo que *inglês* é reescrito por repetição uma vez e *espanhol* é reescrito por elipse em “*Tenho bastante cliente estrangeiro, da Argentina, do Paraguai* [que fala espanhol]”.

Em “*Para o espanhol não precisa, é mais fácil. Mas para o inglês eu sempre uso*”, *espanhol* está articulado a *mais fácil*, podemos observar mais uma incidência sobre o modo da relação deste falante com o espanhol enquanto uma língua fácil. Na sequência, a presença do articulador *mas*, apresenta um novo argumento para mostrar sua relação com a língua inglesa: *para o inglês eu sempre uso*. Esse argumento, que projeta sobre o sentido de inglês, implícito em sua fala, de que se trata de uma língua *difícil*, por isso é necessário o uso da ferramenta online *Google Tradutor*.

A seguir, em “*É uma língua bem usada*”, temos *língua* reescrevendo por substituição *portunhol* e, portanto, determinando o sentido de *portunhol* enquanto língua. Além disso,

língua, nesse enunciado, está articulada a *bem usada*, que especifica o uso do *portunhol* nesse espaço de enunciação. Podemos então esboçar o seguinte DSD:



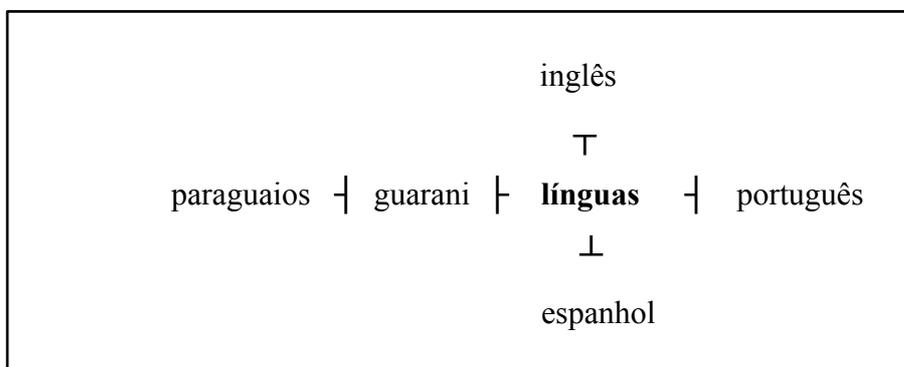
(3) Olha, é que eu não sou estudiosa. Se eu tivesse condições financeiras e não fosse tão preguiçosa, eu iria querer aprender inglês e espanhol para não ter dificuldade de se comunicar. Por que aqui além de ser turístico, estamos na fronteira, né. Não é só português que se fala.

Aqui, mais uma vez, *inglês*, *espanhol* e *português* reescrevem por substituição *línguas*. Em, “*Por que aqui além de ser turístico, estamos na fronteira, né. Não é só português que se fala*”, podemos observar que o locutor especifica esse espaço de enunciação como multilíngue ao trazer o memorável da região como forte polo turístico e, também, da fronteira enquanto além dos limites transnacionais, isto é, como um lugar de movimento, de circulação de línguas e seus falantes e, portanto, de seu lugar social de brasileiro habitante dessa fronteira multilíngue, considera importante saber as demais línguas presentes nesse espaço.

**(4) O que você acha de todas as línguas nesta região?
Ah, além do português, inglês e espanhol? Tem a língua dos paraguaios, né? Guarani. Mas essa ninguém arrisca. É só entre eles mesmo.**

Além do *português*, *inglês* e *espanhol* reescrevendo por substituição *línguas*, o locutor também nos apresenta mais uma reescritura, *guarani*, que é reescrito por expansão por *língua dos paraguaios*, especificando o sentido de *guarani*. Essa especificação, enquanto argumento, se reforça em “*Mas essa ninguém arrisca. É só entre eles mesmo*”, em que o pronome pessoal *eles* é uma reescritura elíptica de *paraguaios*. Ademais, nesse enunciado, podemos ver o desdobramento de um enunciador-genérico, ao afirmar que *ninguém arrisca*. Nesse sentido,

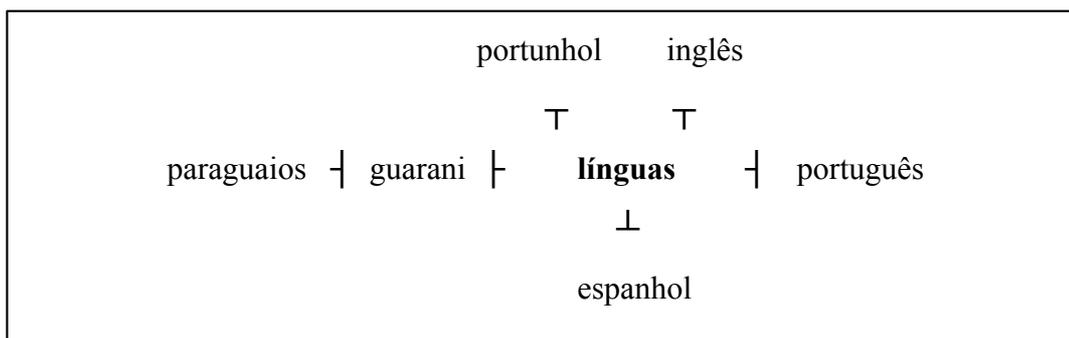
entendemos que guarani é uma língua que funciona nesse espaço de enunciação, mas só é falada por paraguaios, de forma que temos o seguinte DSD:



Assim, nessa entrevista, temos um Locutor, que nos apresenta enquanto línguas, o português, espanhol, inglês, portunhol e guarani presentes nesse espaço de enunciação. Além disso, por falar de um lugar social de brasileiro, afirma ser falante de língua portuguesa e, nesse sentido traz o memorável da relação entre língua e nação e, quanto ao inglês e o espanhol, se relaciona de uma maneira específica, pois *as tenta falar*; sendo que, para ele, pelo fato da língua inglesa ser uma língua difícil, em algumas ocasiões é necessário recorrer a ferramentas como o *Google Tradutor* para *tentar* falar em inglês.

Já o espanhol é entendido por este entrevistado como uma língua *fácil* e que, portanto, não necessita ajuda de ferramentas *online*. Nesse caso, vemos que esse locutor é agenciado pelo memorável que se faz presente de que a língua espanhola é uma língua fácil por ser uma língua próxima do português. Nesse mesmo recorte, o entrevistado menciona o portunhol, como uma justificativa, também agenciado pelo memorável de uma língua de improvisação, de que não saber espanhol, não é um problema, pois existe o portunhol.

Assim, vimos que no Recorte (2), que este falante entendendo que o portunhol funciona como uma língua franca, já que *é uma língua bem usada*. Ainda, há o guarani, que pelas enunciações do Recorte (4) vemos que esta língua funciona nesse espaço de enunciação, mas ao ser especificada por este falante enquanto uma língua de paraguaios e, por estar agenciado pelo lugar social de brasileiro, não a compreende. Desta forma, com tudo que discutimos podemos, agora, mostrar em único DSD como as línguas são designadas por este entrevistado:



4.2.6 “E tem o guarani aqui”

(1) Quais línguas você fala?

Falo português, um pouquinho de espanhol e um pouquinho de inglês. Espanhol eu aprendi no colégio mesmo e o inglês eu faço curso. O colégio é público mesmo. Eu tive inglês até o 9º ano e agora no Ensino Médio a gente tem espanhol. Eu uso mais o espanhol, né. Por que aqui vem mais argentino do que americano. Para conversar dá tudo certo, para escrever já não tenho fluência.

E tem o guarani aqui. Mas só tive contato aqui no trabalho. Não sei falar, mas eu acho muito bonito. Eu acho bem interessante, que é uma variação super perto da gente, várias línguas, né. Não somente o português. Isso incentiva a gente a estudar um pouco a língua.

Português, espanhol, inglês e guarani reescrevem por substituição *línguas* da pergunta. *Português* é reescrito por repetição uma vez, *espanhol* três vezes e *inglês* uma vez. *Espanhol* e *inglês* estão articulados à expressão *um pouquinho*, nos mostrando como esse falante se relaciona com essas línguas. Em “*Para conversar dá tudo certo, para escrever já não tenho fluência*”, temos um Locutor que traz no presente do acontecimento, o memorável das classificações (fluência) e divisões (conversação/escrita) que funcionam no discurso de ensino-aprendizagem de língua estrangeira e, assim, caracteriza a sua relação enquanto falante de português com a língua espanhola em que é fluente na conversação, mas não na escrita por oposição ao português.

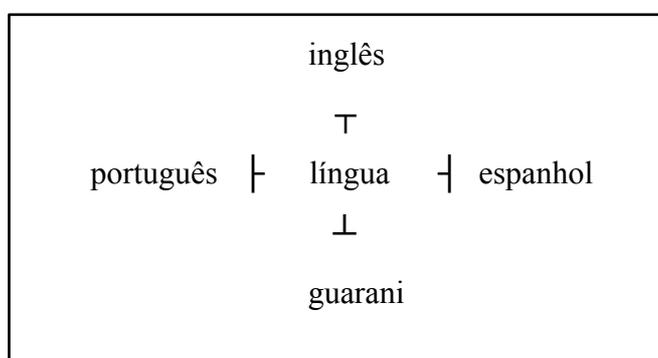
Já no enunciado “*Eu uso mais o espanhol, né. Por que aqui vem mais argentino do que americano*”, temos um locutor que por meio da conjunção *por que* como operador

argumentativo, traz no enunciado seguinte um argumento para justificar/explicar o ato de usar *mais espanhol*, isto é, “*por que aqui vem mais argentino do que americano*”. Assim, na perspectiva desse entrevistado, não há lugar para a língua inglesa nesse espaço, pois não há falantes. Não podemos deixar de mencionar que nesse enunciado também temos o memorável da relação entre língua e nação e de que, portanto, americano deve falar inglês e argentino, espanhol.

No que diz respeito ao guarani, sob o olhar desse falante do lugar social de brasileiro, a relação com esta língua é caracterizada de outra forma, pois na verdade ele não se considera falante, embora admita que esta língua esteja presente. Nesse sentido, vemos que na hierarquização da distribuição das línguas nesse espaço, a relação dos falantes com o guarani fica reduzida.

Ainda podemos observar a questão do espaço multilíngue quando o falante enuncia “*Eu acho bem interessante, que é uma variação super perto da gente, várias línguas, né. Não somente o português. Isso incentiva a gente a estudar um pouco a língua*”. Aqui, observamos que *variação* é reescrito por substituição por *várias línguas*, que reescreve por totalização todas as línguas mencionadas pelo falante. Vemos que o português está funcionando em constante relação com outras línguas nesse espaço. Embora perca força, este falante ainda está agenciado pelo memorável de unidade linguística, e que por estar nesse lugar social de brasileiro, onde se fala português, “acha interessante” essa relação com outras línguas, como uma novidade, uma exceção.

Diante do exposto, no que diz respeito ao que designa língua para este falante, podemos esboçar o seguinte DSD:



Nessa entrevista, pudemos ver que este falante determina enquanto línguas *português*, *espanhol*, *inglês* e *guarani* pelo direcionamento da pergunta do primeiro recorte. Observamos

que se trata de um locutor, falante de português e que está agenciado pelo lugar social de brasileiro habitante da fronteira e, portanto, desse lugar de locutor brasileiro, percebemos que o português funciona como uma língua materna, oficial e nacional. Ao mencionar as línguas inglesa e espanhola, vimos que ambas por estarem articuladas à expressão *um pouquinho*, o falante nos mostra uma caracterização do modo como se relaciona com estas línguas. Embora esteja aprendendo as duas línguas, podemos observar que a relação com a língua inglesa com este falante, se restringe à escola e cursos profissionalizantes. Ao contrário, a língua espanhola funciona constantemente em seu cotidiano, sobretudo, no trabalho. Sendo assim, entendemos que se trata de uma língua franca.

Já em relação a língua guarani, o entrevistado não se considera falante, mas afirma ter contato com esta língua, de modo que entendemos que o guarani e seus falantes estão presentes mesmo que em menor medida em comparação com as demais línguas mencionadas e, portanto, este falante é afetado pela língua guarani como língua estrangeira ou alheia.

4.2.7 “Tem paraguaio que puxa mais para o guarani”

(1) Quais línguas você fala?

Português e entendo um pouco do espanhol. Só entendo, não falo nada.

Tem o guarani, né. É complicado, tem paraguaio que puxa mais para o guarani e tem outros que puxam mais para o espanhol. Mas mesmo assim eles falam muito rápido, complica pra compreender. É difícil, só eles sabem. Mas eu nunca precisei. Sempre tem alguém junto que sabe e se precisar traduz.

Português, espanhol e guarani reescrevem por substituição *línguas* da pergunta, sendo que *guarani* e *espanhol* são reescritos por repetição duas vezes ao longo do recorte. *Espanhol* está articulado a “*entendo um pouco*” e em “*Só entendo, não falo nada*”, sendo que neste enunciado há uma reescritura por elipse de *espanhol*, podemos observar a maneira que este entrevistado se relaciona com essa língua.

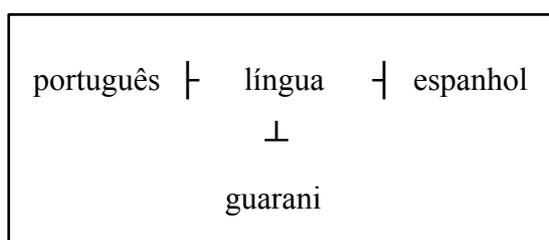
Ao tratar da sua relação com a língua guarani, que também não se considera falante, em “*tem paraguaio que puxa mais para o guarani e tem outros que puxam mais para o espanhol*” vemos que este locutor especifica a língua guarani e espanhola enquanto língua de paraguaios. Nessa caracterização também podemos observar o memorável da língua jopara,

que é uma mescla do guarani com o espanhol. Esse falante reconhece que o paraguaio falante de guarani, ora “puxa” para o espanhol, ora para o guarani, de forma que se trata de uma mistura, trazendo para o presente do acontecimento o memorável da língua jopara. E, embora em alguns momentos se fale em espanhol, *eles falam muito rápido*, caracterizando mais uma vez sua relação com essa língua, que é de ser excluído.

A partir dessas caracterizações próprias da relação deste falante com as línguas, vemos que se trata de um Locutor, que assume o lugar social de brasileiro, pois é desse lugar que este Locutor fala da sua percepção sobre como os paraguaios falam o espanhol e o guarani, trazendo o memorável de que grande parte da população falam as duas línguas e, também, o falar decorrente da mistura dessas línguas. Outro memorável que se sustenta nessas caracterizações é a questão da relação entre língua e Estado, como se somente os paraguaios falassem espanhol e guarani e, no caso de brasileiros, português.

Nesse sentido, vemos mais uma vez que o espaço de enunciação em questão distribui as línguas desigualmente, pois o guarani se mantém em uma posição diferente das demais línguas mencionadas pelo entrevistado. No entanto, em “*Sempre tem alguém junto que sabe e se precisar traduz*”, vemos que embora este entrevistado não seja um falante de espanhol e de guarani, ele convive com essas línguas e seus falantes que ultrapassam os limites da fronteira, de modo que no caso do guarani, *sempre tem alguém que sabe* para poder traduzir, ou seja, seus falantes estão ali.

Temos então o seguinte DSD:



Assim, a representação do DSD nos mostra que, nessa entrevista, este falante determina enquanto línguas *português, espanhol e guarani*. Observamos que se trata de um Locutor, agenciado pelo lugar social de brasileiro habitante da fronteira (locutor-brasileiro), falante de português e, portanto, língua materna, nacional e oficial, mas que está

constantemente afetado pelas línguas espanhola e guarani, cada uma a sua maneira, já que o espaço de enunciação distribui essas línguas desigualmente.

Nas enunciações deste entrevistado, vemos que a língua espanhola está funcionando nesse espaço de modo que, embora não se considere falante, a compreende. Já no caso da língua guarani, observamos que esta língua está funcionando nesse espaço, mas em um lugar específico na enunciação dos paraguaios. Sendo assim, a partir das análises dessa entrevista, entendemos que nesse espaço de enunciação fronteiriço, na perspectiva deste falante, funcionam a língua portuguesa enquanto língua oficial e nacional e as línguas espanhola e guarani, enquanto língua estrangeira ou alheia.

4.2.8 “Portunhol, eu acho mais normal”

(1) Quais línguas você fala?

Espanhol e português. Já aconteceu de falarem comigo inglês e francês e eu não entendia nada. Turista pedindo informação, né? Daí o guarani eu entendo, por que eu morei no Paraguai por 8 anos. Até falo um pouquinho, mas não aqui em Foz, só quando eu vou pra lá. Aí tem quando mistura com espanhol. É complicado, por que às vezes a pessoa sabe uma língua e não outra e se fala misturado não dá pra entender. Portunhol, por exemplo, eu acho mais normal. Por que aí a pessoa não sabe falar o espanhol e mistura com o português. A pessoa tá tentando falar, né.

Espanhol, português, inglês, francês, guarani e portunhol reescrevem por substituição *línguas* da pergunta, determinando o sentido destas palavras enquanto *língua*. *Espanhol* é reescrito por repetição duas vezes e *português* uma.

Inglês e *francês* aparecem nesse recorte nos mostrando como esse falante se relaciona com essas línguas que estão ali. Em “*Turista pedindo informação, né?*”, vemos que embora não se considere falante dessas línguas, elas funcionam nesse espaço pela presença dos turistas. Ao contrário, no caso de *espanhol, português* e *guarani*, esse entrevistado se considera falante.

Ao mencionar a língua guarani em “*Até falo [guarani] um pouquinho, mas não aqui em Foz, só quando vou pra lá [Paraguai]*”, podemos observar a reescritura por elipse de

guarani e a articulação dos enunciados pelo uso do operador *mas*, de modo que temos um Locutor que se divide entre um enunciador-genérico que assume que fala guarani e um outro enunciador-individual que diz não falar guarani em Foz do Iguaçu, como representado no seguinte esquema:

L - { E1 - Falo um pouco de guarani
E2 - mas não em Foz

O que podemos observar é que o argumento que predomina é a da perspectiva do Enunciador 2, individual, de que não utiliza essa língua em Foz do Iguaçu, só quando está no Paraguai, pois na perspectiva desse enunciador é onde se encontram os falantes de guarani. Esse argumento se reforça quando observamos nas expressões *aqui* e *pra lá*, o memorável da fronteira enquanto divisão entre os países, assim como o de língua e nação que agenciam este falante e, portanto, sob o olhar desse falante, a língua também se restringe ao território e nação.

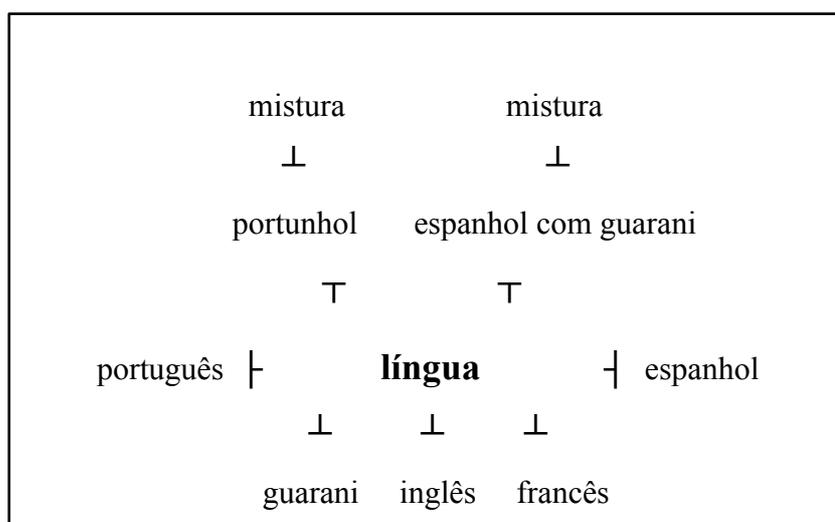
Na sequência, em “*Aí tem quando mistura [guarani] com espanhol*”, temos mais uma reescritura de guarani por elipse. Aqui, o entrevistado nos apresenta o falar misturado entre as línguas guarani e espanhol, trazendo o memorável da língua jopara. Apesar de se considerar falante das duas línguas, em “*a pessoa sabe uma língua e não outra e se fala misturado não dá pra entender*”, temos um Locutor que se divide em um enunciador-individual, que toma para si um argumento que descreve a relação entre esse falar misturado com um falante de uma das duas línguas, caracterizando essa relação como complicada para entender.

Ao apresentar o portunhol em: “*Portunhol, por exemplo, eu acho mais normal. Por que aí a pessoa não sabe falar o espanhol e mistura com o português. A pessoa tá tentando falar, né*”, temos uma outra perspectiva sobre este falar que também é decorrente da mistura entre línguas, de modo que de modo que podemos entender que *mistura* determina o sentido de portunhol. Vale lembrar que este falante determina o sentido de portunhol enquanto língua. Já no caso *guarani com espanhol*, não há nenhuma outra reescritura que determine esta expressão, a não ser seu sentido enquanto *mistura*, assim como portunhol.

Podemos notar que para este falante, há diferenças entre a mistura entre guarani e espanhol e entre português e espanhol. No primeiro caso, como vimos, *não dá para entender*

se um falante não souber as duas línguas. No segundo caso, a mistura entre português e espanhol, o portunhol (significado como língua), é tratado como uma prática linguística de tentativa de falar uma ou outra língua e que não ocasiona desentendimento. Vemos que nesse argumento, este locutor traz para o presente do acontecimento o memorável do portunhol como língua de entremeio entre línguas próximas e, por isso, uma língua de improvisação. Já no caso do guarani, assim como a sua mistura com a língua espanhola, estas se restringem às enunciações paraguaias, sendo assim essas duas práticas funcionam em um lugar diferente das demais línguas mencionadas pelo entrevistado, que estão divididas nesse espaço de enunciação como línguas faladas por paraguaios.

Desse modo, na perspectiva desse falante temos espanhol, português, guarani, inglês, francês, portunhol e guarani com espanhol determinados enquanto línguas, funcionando nesse espaço de enunciação, sendo que as duas últimas são significadas por *misturas*. O DSD resultante da análise dessa entrevista ficaria assim:



Assim, nessa entrevista, temos um Locutor, que fala de um lugar social de brasileiro habitante da fronteira e falante de espanhol, português e guarani. Vemos que este falante determina inglês, francês, português, espanhol, guarani e portunhol enquanto línguas e, também menciona *espanhol com guarani*, trazendo o memorável da língua jopara. Importante mencionar que *portunhol* e *guarani com espanhol* são falares misturados e, embora estas expressões são significadas enquanto língua e especificadas por mistura, vemos que ambas ocupam um status diferente em relação às demais línguas que não são “misturas”, isto é, que

são divididas enquanto línguas de Estado, oficiais, trazendo para o presente do acontecimento, o memorável de língua una.

Na perspectiva desse falante, vemos que nesse espaço de enunciação a língua portuguesa funciona como língua oficial e nacional, enquanto que espanhol, guarani, inglês e francês, funcionam como línguas estrangeiras. E, portunhol e espanhol com guarani, são falares misturados, sendo que a primeira funciona como uma língua franca, enquanto que guarani, assim como sua mistura com o espanhol, funcionam de modo mais restrito às enunciações paraguaias.

4.2.9 “Guarani é pra quem mora e nasceu lá”

(1) Quais línguas você fala?

Só falo português. Mas às vezes tem que tentar espanhol, sabe como é. Porque, na verdade, eu trabalhei na área de garçom e você tem que saber se virar, né. Tentar de todo jeito falar alguma coisa. E aqui o que mais tem é gente da Argentina ou do Paraguai. E lá, ainda tem o guarani. Só que é muito difícil. É pra quem mora e nasceu lá, né. Aqui eles não se atrevem. Trabalhei uns dois anos na ponte também. Sempre ouvi, mas nada que você não consiga sair da situação. Tudo dá jeito.

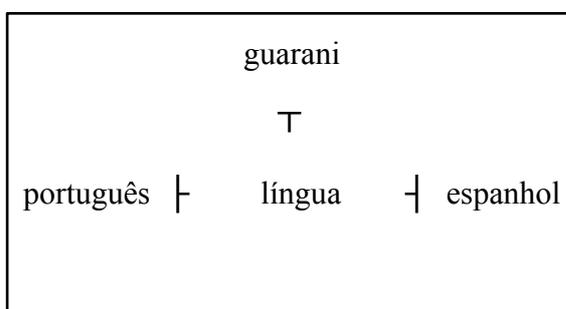
Português, espanhol e guarani reescrevem por substituição *línguas* da pergunta. Então *línguas* determina o sentido destas palavras. *Português* está articulado a *só falo*, de modo que podemos observar de que se trata de um Locutor agenciado por um lugar social de brasileiro (locutor-brasileiro). Em relação ao espanhol, este locutor caracteriza sua relação com esta língua como tentativa de falar, isto é, “*Tentar de todo jeito falar alguma coisa*”, pois seus falantes estão ali, de modo que espanhol é considerado por este Locutor como língua franca. É possível também observar o memorável das línguas portuguesa e espanhola enquanto línguas próximas e, portanto, de improvisação.

Nas expressões *aqui* e *lá* em “*E aqui o que mais tem é gente da Argentina ou do Paraguai. E lá, ainda tem o guarani*”, vemos que este locutor traz para a cena enunciativa o memorável da relação entre língua e nação e, também, o da fronteira enquanto delimitação geográfica entre um país e outro e que sustenta seu lugar social de brasileiro. Ainda, este

falante caracteriza sua relação com a língua guarani como uma língua *muito difícil* e falada somente por pessoas que *moram e nasceram lá*, isto é, no Paraguai. Essa caracterização própria do falante, que considera o guarani uma língua que só é falada por falantes de nacionalidade paraguaia, nos permite observar o embate entre as línguas, próprio do político, considerado então, pelo Locutor, como língua estrangeira.

Vemos que, embora não fale guarani, esse falante é afetado por esta língua, pois ela está ali. Essa divisão entre os falantes de português e guarani também pode ser observada em: “*Trabalhei uns dois anos na ponte também. Sempre ouvi [guarani], mas nada que você não consiga sair da situação*”. Nesse enunciado, o entrevistado enuncia sobre quando trabalhava na *ponte* (Ponte da Amizade, principal rota terrestre entre Brasil e Paraguai). Observamos pela reescritura elíptica de *guarani*, que nessa ocasião esse falante convivia constantemente com esta língua, mas por ser falante de português era excluído nas enunciações em que se falava guarani.

Temos então o seguinte DSD de língua:



Dessa forma, na enunciação deste Locutor entrevistado, agenciado pelo lugar social de brasileiro habitante de fronteira e falante de português, observamos que nesse espaço de enunciação estão em relação português, espanhol e guarani. No entanto, o espaço de enunciação distribui essas línguas desigualmente, pois cada língua funciona de um modo: português como língua materna, nacional e oficial, espanhol como língua franca e o guarani como língua estrangeira, sendo que o lugar do falante de guarani é restrito.

4.2.10 “A melhor saída é o portunhol”

(1) Quais línguas você fala?

Básico de francês, espanhol por causa da universidade e o português.

Neste recorte temos *francês, espanhol e português* que reescrevem por substituição línguas da pergunta. *Francês* é articulado à expressão *básico*, incidindo sobre a relação que este falante tem com essa língua. Essa expressão também nos mostra que este Locutor está agenciando pelas classificações que funcionam no discurso de ensino-aprendizagem de língua estrangeira trazendo, no acontecimento enunciativo, este memorável. Espanhol é articulado à frase “*por causa da universidade*”, de modo que nesse enunciado, este Locutor justifica o uso desta língua, caracterizando sua relação com a língua espanhola. Já o português, não tem nenhuma determinação. Isso nos permite compreender que se trata de um Locutor falante de língua portuguesa, enquanto língua materna, nacional e oficial e, que está agenciado pelo lugar social de brasileiro, de modo que as outras línguas mencionadas são divididas em línguas estrangeiras.

(2) Onde ou com quem você aprendeu essas línguas?

Eu sou de São Paulo, então tinha um programa de línguas lá e aprendi o francês. Espanhol com meu avô, ele é cubano, então desde criança. Mas não sou fluente, né. Acho que isso é a coisa mais difícil. Então, as vagas na universidade que eu estudo, a UNILA, são divididas em duas: para pessoas brasileiras e a outra metade para a América Latina. Então além de ter o pessoal do Haiti, que fala francês, a grande maioria fala espanhol. Então as aulas são administradas nas duas línguas: português e espanhol. Então depende do professor, mas o professor tem que saber as duas línguas. Mas, olha... para se comunicar às vezes a melhor saída é o portunhol. Dá para dar uma boa enrolada. Dá para perceber que aqui todo mundo enrola. E no Paraguai também já percebi que eles misturam o guarani com o espanhol. Eles têm essa mistura. Eles estão conversando entre eles em guarani, daí de repente eles trocam rapidinho de língua, ou enfiam uma palavra em espanhol, é uma loucura.

Na resposta da pergunta acima, temos *francês, espanhol, francês e guarani* reescrevendo por substituição *línguas* da pergunta, sendo que *francês* é reescrito por repetição uma vez, *espanhol* quatro vezes e *guarani* uma vez. No enunciado “*Então as aulas são administradas nas duas línguas: português e espanhol*”, temos *português e espanhol* que reescreve por expansão *duas línguas*, determinando seu sentido. E em “*mas o professor tem que saber as duas línguas*”, *as duas línguas* reescreve por condensação *português e espanhol*.

Ao enunciar “*Eu sou de São Paulo*”, podemos observar que se trata de um Locutor falante de língua portuguesa agenciado por um lugar social de brasileiro (locutor-brasileiro) e que justifica como ou com quem aprendeu as línguas que fala. Em “*Mas não sou fluente, né. Acho que isso é a coisa mais difícil*”, vemos mais uma vez o memorável das classificações do âmbito do ensino-aprendizagem de línguas que agenciam este falante e que caracterizam sua relação com a língua espanhola como uma língua que não é materna.

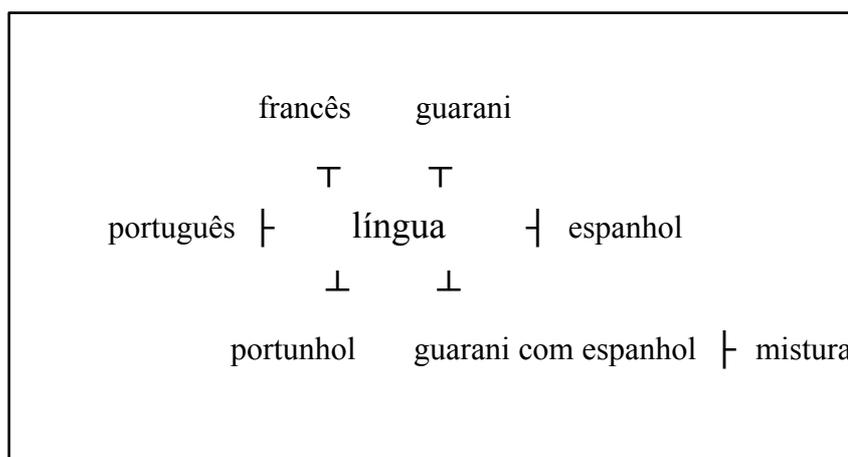
Na sequência em “*as vagas na universidade que eu estudo, a UNILA, são divididas em duas: para pessoas brasileiras e a outra metade para a América Latina. Então além de ter o pessoal do Haiti, que fala francês, a grande maioria fala espanhol*”, ao enunciar sobre sua relação com as línguas no âmbito da Universidade, podemos observar que a partir do seu lugar social de brasileiro, temos o memorável da relação entre língua e nação agenciando este locutor e de que, portanto, haitiano fala francês. Ao trazer este memorável, há um apagamento da colonização nesse país e das outras línguas presentes no espaço de enunciação haitiano.

Ao explicar que se trata de uma Universidade que atende toda a América Latina, o locutor entrevistado diz que “*as aulas são administradas nas duas línguas: português e espanhol*”, de modo que de acordo com essa caracterização, as línguas portuguesa e espanhola, no âmbito acadêmico, são línguas francas e, embora a língua francesa esteja presente nesse espaço pela presença dos estudantes haitianos, esta língua não funciona nas aulas, sendo significada como língua estrangeira.

No enunciado a seguir, o locutor entrevistado nos apresenta o portunhol, enquanto língua, como uma “saída”: “*Mas, olha... para se comunicar às vezes a melhor saída é o portunhol. Dá para dar uma boa enrolada. Dá para perceber que aqui todo mundo enrola*”. Pelas expressões *boa enrolada* e *aqui todo mundo enrola*, observamos que o memorável do portunhol enquanto língua de improvisação se faz presente.

Já em “*E no Paraguai também já percebi que eles misturam o guarani com o espanhol. Eles têm essa mistura*”, este locutor nos apresenta outro falar: *guarani com espanhol*, sendo que a palavra *mistura* determina o sentido de *guarani com espanhol*. No entanto, podemos ver que ao falar de seu lugar social de brasileiro e por estar agenciado pelo memorável da fronteira geopolítica, temos a perspectiva de um enunciador-individual que restringe essa prática linguística de mistura entre o guarani e o espanhol aos falantes de nacionalidade paraguaia. Assim na perspectiva desse enunciador, vemos que na distribuição desigual das línguas pelo espaço de enunciação, a língua guarani, assim como a decorrência de sua mistura com o espanhol, são significadas como línguas estrangeiras.

Essa perspectiva também se reforça como argumento no enunciado a seguir, quando observamos a caracterização desse falante sobre sua relação com essa *mistura* em: “*Eles estão conversando entre eles em guarani, daí de repente eles trocam rapidinho de língua, ou enfiam uma palavra em espanhol, é uma loucura*”. Diante disso, podemos esboçar o seguinte DSD:



Vemos que este locutor, agenciado pelo lugar social de brasileiro habitante da fronteira e falante de francês, espanhol e português, designa enquanto línguas o português, espanhol, francês e portunhol. Ao trazer para a cena enunciativa o memorável da relação entre língua e nação, este locutor também refere o guarani e sua mistura com o espanhol, enquanto línguas usadas por falantes de nacionalidade paraguaia e o francês, entre falantes haitianos, de modo que se trata de línguas estrangeiras funcionando nesse espaço. Já o espanhol e o português, vemos que funciona de um modo dominante, como língua franca, utilizadas inclusive no meio acadêmico. No caso do portunhol, esta língua também pode ser considerada uma língua

franca, mas por este locutor estar agenciado pelo memorável de língua de improviso e pouca normatividade, o portunhol não funciona oficialmente no meio acadêmico, trata-se de uma “saída para se comunicar”.

4.2.11 “Ninguém no Brasil sabe falar espanhol”

(1) Quais línguas você fala?

Falo um pouco do espanhol. Inglês bem ruinzinho e português. O espanhol eu convivo desde que eu sou criança. Por que meu pai trabalha no Paraguai. E eu tenho também meus tios que moram lá. E eu sempre assisti TV paraguaia, por algum motivo. E o inglês na escola, estou fazendo um curso agora, mas está bem difícil. O espanhol é bem mais fácil pra mim. E aí, com amigos brasileiros e família falo português, com os amigos paraguaios eu falo espanhol.

Neste recorte, *espanhol*, *inglês* e *português* reescrevem por substituição *línguas* da pergunta, determinando o sentido destas palavras enquanto língua. *Espanhol* é reescrito por repetição três vezes, *inglês* e *português* uma vez. *Espanhol* é articulado a *falo um pouco* e *inglês* a *bem ruinzinho*, sendo que estas expressões caracterizam o modo como este falante se relaciona com estas línguas.

Também podemos observar a relação deste falante com a língua espanhola em “*O espanhol eu convivo desde que eu sou criança. Por que meu pai trabalha no Paraguai. E eu tenho também meus tios que moram lá. E eu sempre assisti TV paraguaia (...)*”. Já em “*E o inglês na escola, estou fazendo um curso agora, mas está bem difícil. O espanhol é bem mais fácil pra mim*”, vemos que inglês é caracterizado por *bem difícil* e espanhol por *bem mais fácil*. Essa caracterização do modo da relação do entrevistado com as línguas nos permite verificar o lugar da língua inglesa para este falante, que se restringe à escola. Esse argumento se sustenta no enunciado seguinte: “*E aí, com amigos brasileiros e família falo português, com os amigos paraguaios eu falo espanhol*”, de modo que podemos observar que não há espaço para a língua inglesa na relação cotidiana deste falante.

Além disso, vemos que se trata de um Locutor que fala de um lugar social de brasileiro (locutor-brasileiro), falante de português que está agenciado pelo memorável da

relação entre língua e nação, que sustenta como argumentação para se concluir que, de acordo com a perspectiva de um enunciador-individual, que brasileiro fala português e paraguaio fala espanhol. Diante disso, verificamos que este locutor é falante de português e espanhol, mas por estar agenciado por esse memorável que mencionamos, o espanhol funciona como língua estrangeira e o português como língua materna, oficial e nacional.

(2) Houve alguma situação em que você se sentiu discriminado por ter usado uma língua e não outra?

Aqui, não. No Paraguai, sim. Eles são bem preconceituosos com brasileiros. Eles bulinam bastante, na verdade. Se você tá passando no meio da rua, comprando as coisas... Eles não têm respeito, parece. Eles vão falar mal de você. Não sei explicar. Eles não gostam da gente por algum motivo. E falam mal na cara dura em espanhol.

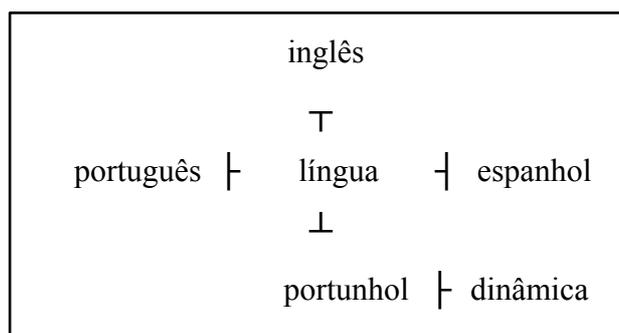
Aqui, temos *espanhol* que reescreve por substituição *língua* da pergunta, determinando seu sentido como língua de modo direcionado. Nessa resposta, o locutor entrevistado fala sobre sua relação com os falantes de espanhol de nacionalidade paraguaia, de modo que podemos observar pelas expressões, *aqui* e *no Paraguai*, que este falante traz para o presente do acontecimento o memorável da fronteira enquanto delimitação geográfica entre um país e outro. Verificamos como esse memorável se articula e sustenta a argumentação deste Locutor, que fala de um lugar social de brasileiro, agenciado por esta divisão territorial e pela relação entre língua e nação, na caracterização da sua relação, enquanto falante, com a língua espanhola.

(3) O que você acha de todas as línguas presentes nesta região?

Ah, não sei. Tem o portunhol, né. Eu acho bem legal essa dinâmica. Por que veja bem, a gente tem aqui Argentina e Paraguai e ninguém do Brasil sabe falar espanhol. É só jogar o -R ali na frente de uma palavra normal em português e você acha que tá falando espanhol. É o portunhol, aí se entendem. Nossas línguas são muito iguais. Acho isso muito legal.

Portunhol, espanhol e português reescrevem por substituição *línguas* da pergunta, sendo que *espanhol* e *portunhol* são reescritos por repetição uma vez. Em “*Nossas línguas são muitos iguais*”, temos *nossas línguas* que reescreve por condensação *português, espanhol e portunhol*. A palavra *dinâmica* em “*Eu acho bem legal essa dinâmica*”, determina o sentido de *portunhol*, que é reescrito por definição em “*É só jogar o -R ali na frente de uma palavra normal em português e você acha que tá falando espanhol*”. Nesses enunciados, podemos observar o memorável que se faz presente no acontecimento enunciativo do portunhol enquanto língua de improvisação de línguas próximas, de modo que esse falante, a partir de uma perspectiva individual, explica que para se falar portunhol é só colocar uma marca do que se entende por espanhol em palavras da língua portuguesa.

Ao justificar o uso do *portunhol* no enunciado por meio da perspectiva de um enunciador-individual em: “*Por que veja bem, a gente tem aqui Argentina e Paraguai e ninguém do Brasil sabe falar espanhol*”, podemos observar que há um apagamento de outras línguas, como por exemplo, o guarani, de forma que este locutor generaliza a língua espanhola enquanto a única língua dos países fronteiriços nessa região e o português como única língua falada no Brasil. Nesse sentido, temos um locutor, que fala do lugar social de brasileiro e que é agenciado pelo memorável da relação entre unidade nacional e homogeneidade da língua. Temos então a representação final do DSD:



Com tudo o que discutimos, vimos que esse entrevistado se relaciona com as línguas portuguesa e espanhola entre amigos e familiares e, o inglês, em menor medida, já que esta língua está restrita à escola e este falante caracteriza sua relação com esta língua como difícil e, portanto, não há espaço para esta língua em seu cotidiano. Por meio de suas enunciações, pudemos observar que se trata de um Locutor que fala do lugar social de brasileiro, falante de português e espanhol e que por estar agenciado pelo memorável da relação entre língua e

nação, nos apresenta o português como língua materna, oficial e nacional e o espanhol como língua estrangeira, apagando as outras línguas faladas tanto no espaço de enunciação brasileiro, como no argentino e paraguaio.

Além disso, o entrevistado também refere o portunhol, como língua franca entre falantes de português e espanhol, que é significado enquanto *língua* e também *dinâmica*. Sendo assim, verificamos que este falante está agenciado pelo memorável do portunhol enquanto língua de improvisação.

4.2.12 “Prefiro responder em português do que em portunhol”

(1) Quais línguas você fala?

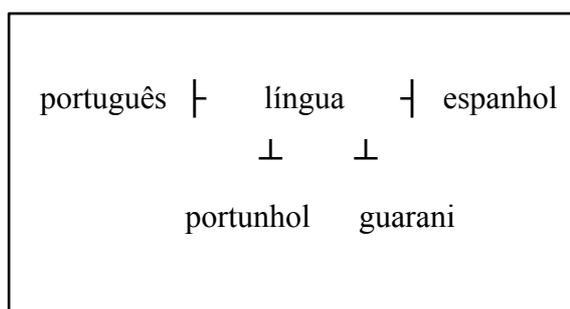
Só português. Entendo espanhol, mas não sei falar. Se aparecer alguém falando em espanhol eu nem arrisco. Eu tenho vergonha. Eu deixo a pessoa falar em espanhol, mas se for pra eu falar só falo em português. Até agora deu certo. Eu prefiro responder em português do que em portunhol. Meu padrasto fala espanhol, português e guarani. Quando ele fala em guarani, é impossível entender alguma coisa. Ele nem é paraguaio, viu? Ele trabalha no guarda-volumes da ponte. Então ele foi aprendendo. E fala super bem.

Português, espanhol, guarani e portunhol reescrevem por substituição *línguas* da pergunta, determinando o sentido de *língua*. *Espanhol* é reescrito por repetição três vezes, *português* duas vezes e *guarani* uma vez. Em “*Só português*”, podemos observar que se trata de um locutor falante de português que vive na fronteira.

Quando refere à língua espanhola, o entrevistado diz: “*Entendo espanhol, mas não sei falar* [espanhol]. *Se aparecer alguém falando em espanhol eu nem arrisco. Eu tenho vergonha*”, temos uma reescritura de *espanhol* por elipse, sendo que espanhol é articulado a *entendo e não sei falar*, caracterizando o modo como esse falante se relaciona com essa língua. Em seguida, vemos que este locutor refere o *portunhol*, enquanto língua, somente para descrever sua relação com a língua espanhola quando se depara com algum falante desta língua e, então, a partir de uma perspectiva individual enuncia: “*Eu prefiro responder em português do que em portunhol*”.

Na sequência o Locutor apresenta as línguas faladas por seu padrasto, de nacionalidade brasileira, pelo procedimento de enumeração: *espanhol*, *português* e *guarani*, que por sua vez reescrevem *língua*. Ao referir a língua guarani, temos em “*Quando ele fala em guarani, é impossível entender alguma coisa*” a caracterização que incide sobre a sua relação com essa língua e, assim, especifica a língua guarani como uma língua incompreensível do seu lugar social de brasileiro. Podemos observar também no enunciado “*Ele nem é paraguaio, viu?*”, o memorável da relação entre língua e nação e que, portanto, a língua guarani está diretamente relacionada a um falante de nacionalidade paraguaia, de modo que um falante de nacionalidade brasileira ser falante de guarani, seria uma exceção à regra.

Podemos então, através dessa entrevista, concluir que na enunciação deste locutor nesse espaço de enunciação estão em relação quatro línguas: português, espanhol, portunhol e guarani. Sendo a primeira a língua oficial e nacional, já que se trata de um Locutor que fala de um lugar social de brasileiro que vive na fronteira e, no caso, também como língua franca e espanhol e guarani como línguas estrangeiras. Ainda que se trate de um locutor falante de língua portuguesa, podemos observar que o falante presente nesse espaço de enunciação é afetado por essas outras línguas, ainda que não as falem, pois elas estão ali, produzindo uma divisão entre os falantes. Diante do exposto, vejamos como este falante designa as línguas nesta entrevista pela representação do DSD:



4.2.13 “Não cheguei na fase do portunhol”

(1) Quais línguas você fala?

Falo espanhol, português e o básico do inglês.

Na resposta do entrevistado, *espanhol*, *português* e *inglês* reescrevem *línguas* da pergunta, determinando então estas palavras como línguas de modo direcionado. *Ingês* é articulado à *básico*. Temos com isso um Locutor que ao enunciar *básico*, está agenciado pelas

classificações que funcionam no discurso de ensino-aprendizagem de língua estrangeira trazendo, no acontecimento enunciativo, este memorável.

(2) Com quem você aprendeu essas línguas?

Espanhol e inglês aprendi na minha terra, lá na Argentina. E o português aqui, falando com vocês. Na Universidade normalmente se fala mais português, porque a grande maioria dos estudantes são brasileiros. Mas todos os professores sabem espanhol também, de tal forma que se você não souber alguma coisa em português, só perguntar que eles te explicam. É praticamente uma aula bilíngue. É uma pedagogia diferente, por ser uma universidade especial e única. Como desenvolvi meu português muito rápido, não cheguei na fase do portunhol, sabe? Não me serviu. E quando anoto alguma coisa da lousa, na sala de aula, já prefiro anotar em português por que as palavras são mais curtas e é mais fácil para escrever. Então isso me ajudou a aprender rápido.

Neste recorte, *espanhol*, *inglês*, *português*, e *portunhol* reescrevem por substituição *línguas* da pergunta. Espanhol é reescrito por repetição uma vez e português, quatro vezes. No enunciado “*Espanhol e inglês aprendi na minha terra, lá na Argentina. E o português aqui, falando com vocês*”, podemos observar pelas expressões *na minha terra, lá na Argentina e aqui* (Brasil), que se trata de um locutor de nacionalidade argentina, falante de espanhol, português e inglês, habitante desta região de fronteira e que está agenciado por um lugar social de argentino (locutor-argentino).

Em “*Na Universidade normalmente se fala mais português, porque a grande maioria dos estudantes são brasileiros. Mas todos os professores sabem espanhol também (...) É praticamente uma aula bilíngue*”, a partir de uma perspectiva de um enunciador-individual, o locutor nos apresenta as línguas presentes no meio acadêmico, no caso a UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), de maneira que para ele *se fala mais português*, pois a maioria dos estudantes são brasileiros.

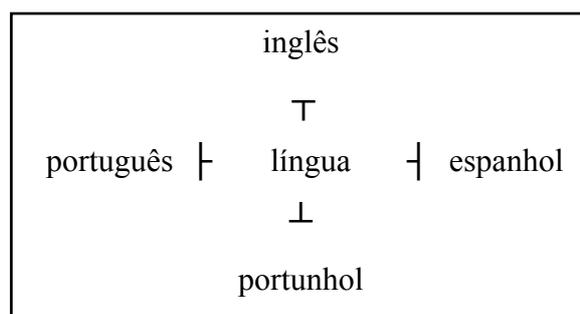
Também podemos observar que ao relacionar a língua portuguesa com os estudantes de nacionalidade brasileira, este locutor traz o memorável da relação entre língua e nação, apagando as demais línguas presentes no espaço de enunciação brasileiro. Assim, de acordo

com a perspectiva desse enunciador, embora todos os professores também falem espanhol, o português é a língua mais presente, de modo que podemos entender que se trata de uma língua franca, ainda que o espanhol seja a língua materna deste locutor, e o português e o inglês sejam línguas alheias e estrangeiras.

A seguir, em “*Como desenvolvi meu português muito rápido, não cheguei na fase do portunhol, sabe? Não me serviu.*”, temos *portunhol* articulado à palavra *fase*, significando uma posição do Locutor, que fala do lugar social de argentino, sobre o *portunhol*. Essa articulação nos permite observar o memorável do portunhol enquanto língua de transição no processo de aprendizagem e, ao caracterizar sua relação de aprendizagem com a língua portuguesa como *rápida*, o portunhol *não lhe serviu*.

Podemos também observar como este falante caracteriza sua relação com a língua portuguesa em: “*E quando anoto alguma coisa da lousa, na sala de aula, já prefiro anotar em português por que as palavras são mais curtas e é mais fácil para escrever. Então isso me ajudou a aprender rápido.*” Aqui, vemos que o falante nos apresenta uma especificação que incide sobre sua relação com português por meio de *escrever*, sendo que português é especificado por *palavras mais curtas* e predicado por *mais fácil para escrever*.

Diante do exposto, no que diz respeito ao que designa língua para este falante, podemos esboçar o seguinte DSD:



Nessa entrevista, vimos que esse locutor, agenciado pelo lugar social de argentino e estudante da UNILA, é falante de espanhol, inglês e espanhol, habita nessa região de fronteira e se relaciona nesse espaço com as línguas espanhola (enquanto língua nacional e oficial) e portuguesa, enquanto língua estrangeira e franca, por ser a língua mais usada no ambiente acadêmico. Já em relação ao inglês, vimos que, apesar do entrevistado também ser falante, nesse espaço, essa língua não funciona. Observamos que portunhol, também é referido e

determinado enquanto língua, mas por estar articulado à palavra *fase*, traz o memorável de língua de transição no processo de ensino-aprendizagem e, de acordo com a perspectiva desse falante, por ter aprendido a língua portuguesa de maneira rápida, o portunhol não funciona no seu cotidiano.

4.2.14 “Espanhol é uma língua importante, ainda mais estudando na UNILA”

(1) Quais línguas você fala?

Português e inglês. Espanhol bem pouco.

Eu vejo que no geral, na cidade e na Universidade, né. Porque estudo na UNILA... a maioria dos *hispano-hablantes* tentam falar português. Então a gente meio que nem precisa do espanhol. Acaba que sendo portunhol. Mas a gente vive aqui na fronteira, sabe? Eu sinto falta de aprender com mais profundidade e sistematicamente a língua espanhola. É uma língua importante. Ainda mais estudando na UNILA.

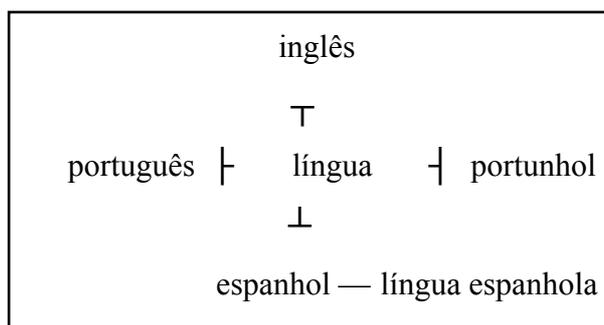
Português, inglês, espanhol e portunhol reescrevem por substituição *línguas* da pergunta. *Português* é reescrito por repetição uma vez e *espanhol* uma. Em “*Eu sinto falta de aprender com mais profundidade e sistematicamente a língua espanhola*”, temos *língua espanhola* que reescreve por substituição *espanhol*, como sendo uma sinonímia. No enunciado “*É uma língua importante*”, *língua* reescreve por condensação *língua espanhola*. *Espanhol* é articulado à expressão *bem pouco*, incidindo sobre o modo como esse falante caracteriza sua relação com esta língua.

Também podemos observar como esse falante caracteriza sua relação com as línguas e seus falantes presentes nesse espaço, no enunciado: “*a maioria dos hispano-hablantes tentam falar português. Então a gente meio que nem precisa do espanhol. Acaba que sendo portunhol*”. Aqui, a partir de uma perspectiva de um enunciador-individual, vemos como este falante se relaciona, sobretudo, com o espanhol. Ao afirmar que esta língua não é usada nesse espaço pelos seus próprios falantes, verificamos que, nesse espaço, o português e o portunhol funcionam como língua franca. De acordo com a perspectiva desse falante, agenciado pelo memorável do portunhol enquanto língua de entremeio, a relação entre falantes de português e

espanhol, *acaba que sendo portunhol*, ou seja, como uma língua que transita na tentativa de falar português ou espanhol.

Vemos então que se trata de um Locutor, falante de português e inglês, que fala de um lugar social de brasileiro habitante da fronteira, sobretudo, em “*Mas a gente vive aqui na fronteira, sabe?*”. Esta afirmação está constituída pelo memorável de que na fronteira as relações ultrapassam as demarcações territoriais, assim como as línguas, sustentando o memorável de que a fronteira é um espaço de falares misturados, principalmente, no espaço enunciativo da UNILA, por ser uma Universidade que recebe estudantes de toda a América Latina. Nesse sentido, estar na fronteira justifica falar portunhol e, por ser a língua mais usada, este falante vê a necessidade de aprender a língua espanhola. Importante também observar que apesar deste falante também falar inglês vemos que, nesse espaço de enunciação, não há lugar para essa língua e seus falantes.

Podemos então apreender o seguinte DSD:



Sendo assim, nessa entrevista, vemos que para este falante as línguas dominantes nesse espaço são português, portunhol e espanhol, sendo a primeira língua oficial e nacional, sustentando o lugar social de brasileiro deste locutor, portunhol enquanto língua franca e espanhol que funciona em menor medida. Já o inglês, apesar de ser mencionado, não funciona nesse espaço. Além disso, observamos que este falante também nomeia *espanhol* como *língua espanhola*, estabelecendo uma relação de sinonímia.

4.2.15 “Tem muita gente que fala guarani, mas é pouquíssimo presente”

(1) Quais línguas você fala?

Português. Estou tentando aprender espanhol e o inglês. A gente tem uns professores lá na Universidade que não falam português. Mas mesmo eu não sabendo falar certinho, isso não me atrapalha. A gente acaba tendo que ler muito texto em espanhol. E acho que no fim é tudo portunhol. Você precisa aprender a falar portunhol para poder aprender a falar espanhol. Não tem jeito. É uma fase.

Português, espanhol, inglês e portunhol reescrevem por substituição *línguas* da pergunta, determinando o sentido destas palavras como língua. *Espanhol* é reescrito por substituição duas vezes e *português* e *portunhol*, uma vez.

Em “*Português. Estou tentando aprender espanhol e o inglês*”, podemos observar que se trata de um Locutor que fala do lugar social de brasileiro habitante da fronteira e falante de português, que diz estar tentando aprender as línguas inglesa e espanhola, caracterizando sua relação com essas línguas. No caso do espanhol, no enunciado “*A gente acaba tendo que ler muito texto em espanhol*”, vemos outra caracterização que incide sobre o modo como este falante se relaciona com esta língua, que nos permite observar que este falante está afetado por esta língua, sobretudo, no meio acadêmico.

No enunciado “*E acho que no fim é tudo portunhol. Você precisa aprender a falar portunhol para poder aprender a falar espanhol. Não tem jeito. É uma fase*”, podemos entender que o portunhol funciona como uma língua franca, uma vez que nesse enunciado, o memorável desta língua enquanto língua de entremeio se faz presente. O funcionamento desta língua também se justifica em “*Você precisa aprender a falar portunhol para poder aprender a falar espanhol*”, ao articular outro memorável no presente do acontecimento: o portunhol enquanto língua de transição no processo de aprendizagem. Esse memorável ainda se sustenta no enunciado seguinte, quando portunhol é predicado como uma *fase*, determinando seu sentido.

(2) Olha, o guarani eu sei que tem, né. Mas é pouquíssimo presente lá na universidade. Tem muita gente que fala, mas aí eles preferem falar o espanhol. Mesmo a língua materna dele sendo a língua indígena, ele prefere usar o espanhol. Às vezes eu percebo que

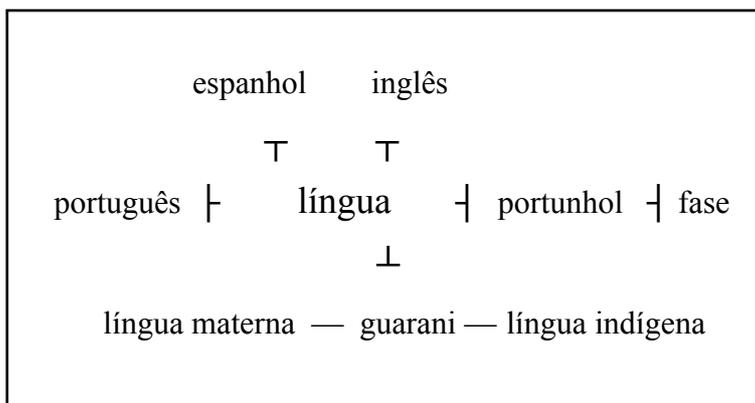
existe uma preocupação maior por parte dos espanhóis em falar português. Eles não se sentem confortáveis em falar espanhol com a gente. Talvez por medo de que a gente não entenda. Ou simplesmente por ... não sei. A gente percebe.

Neste recorte, *guarani*, *espanhol*, *português* e *espanhol* reescrevem por substituição *línguas*. *Língua indígena* e *língua materna* reescrevem *guarani* por substituição, como sendo uma sinonímia e *espanhol* é reescrito por repetição duas vezes. Em “*Tem muita gente que fala [guarani], mas aí eles preferem falar o espanhol*”, podemos observar a reescritura por elipse de *guarani*. Nesse enunciado, na perspectiva de um enunciador-individual, podemos observar, mais uma vez, que a língua *guarani* e seus falantes estão presentes nesse espaço de enunciação, mas na distribuição desigual das línguas, própria do político, essa relação é reduzida, de modo que as línguas que predominam são as línguas portuguesa e espanhola.

Na sequência, em “*Às vezes eu percebo que existe uma preocupação maior por parte dos espanhóis em falar português*”, podemos observar que *espanhóis* reescreve por generalização *falantes de espanhol*. Essa reescritura, está constituída pelo memorável do ideário colonizador, no caso a Espanha, que no processo de colonização impôs a língua vigente da metrópole, de maneira que podemos entender que nessa reescritura há um apagamento dos falantes dessa mesma língua, mas que são de outras nacionalidades.

Na enunciado a seguir, “*Eles não se sentem confortáveis em falar espanhol com a gente. Talvez por medo de que a gente não entenda. Ou simplesmente por ... não sei. A gente percebe*”, observamos o modo como esse falante caracteriza sua relação com os falantes de língua espanhola, de modo que, a partir de uma perspectiva individual, este falante entende que os falantes de espanhol não se sentem à vontade para falar nessa língua com falantes de língua portuguesa.

A partir desses recortes, no que diz respeito ao que designa língua para este falante, temos o seguinte DSD:



Sendo assim, observamos nessa entrevista, que temos um locutor que está agenciado pelo lugar social de brasileiro, habitante da fronteira, falante de língua portuguesa e que está aprendendo espanhol e inglês, sendo que a primeira está constantemente presente no seu cotidiano, sobretudo no meio acadêmico. Já a segunda, apesar de estar aprendendo, não é mencionada em mais nenhum outro momento da entrevista, de modo que podemos entender que o inglês, para este falante, não está presente nesse espaço de enunciação.

Ainda, vimos que o portunhol também está presente nesse espaço como língua franca. Embora portunhol esteja determinado enquanto língua por este falante, como vimos no Recorte 2, o memorável de língua de transição no processo de aprendizagem se faz presente, de modo que há, inclusive, uma determinação de portunhol como *fase*.

Outra língua mencionada pelo entrevistado é a língua guarani, que é reescrita por substituição por *língua indígena* e *língua materna* (deles) e, portanto, trata-se de uma língua estrangeira ou alheia, que não ocupa o mesmo lugar das demais línguas, uma vez que os próprios falantes de guarani, de acordo com uma perspectiva individual deste locutor, preferem falar em espanhol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscamos compreender a distribuição e o funcionamento das línguas no espaço enunciativo da cidade de Foz do Iguaçu, no estado brasileiro do Paraná. Esta cidade, que se encontra na divisa com o Paraguai e a Argentina, é conhecida internacionalmente pelas Cataratas do Iguaçu e, por isso, é marcada pelo forte polo turístico, que também é alavancado pelos grandes centros comerciais que se encontram, sobretudo, no Paraguai. A cidade de Foz do Iguaçu também aloca a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que atende à população de toda América Latina. Esse cenário proporciona uma intensa circulação de pessoas, moedas, costumes, inclusive as línguas, objeto de nosso interesse. Nesse sentido, nos propusemos a compreender como se configura esse espaço de enunciação, do ponto de vista da Semântica do Acontecimento.

Entendemos a fronteira como um espaço que compreende as línguas que ali circulam, assim como a imagem que os sujeitos fazem dessas línguas e de seus falantes. Dessa forma, consideramos a dimensão histórica e social da fronteira, assim como o funcionamento político nas relações que nela se estabelecem. Pudemos ver, através de nossas análises, que se trata de um espaço de encontros, sobretudo, na relação entre línguas que se configura em um espaço de tensão, que se dão nos acontecimentos enunciativos e que distribui o dizer (GUIMARÃES 2005; STURZA, 2006). Sendo assim, ao analisar o funcionamento do acontecimento enunciativo, pudemos reconhecer o funcionamento do espaço enunciativo de Foz do Iguaçu, que nos mostram elementos característicos da fronteira.

Dividimos nossas análises em duas partes: em um primeiro momento, analisamos algumas placas e fachadas dispostas no espaço urbano de Foz. Analisar essas cenas, publicamente realizadas, nos permitiu identificar o funcionamento e a organização das línguas presentes nesse espaço. Observamos a divisão da língua portuguesa na relação com outras línguas, como por exemplo, o árabe, na nomeação de estabelecimentos e produtos, nos mostrando a presença de imigrantes nessa região, na medida em que há a representação dos falantes desta língua presentes neste espaço.

Notamos também a divisão do português na relação com a língua espanhola em placas de trânsitos. Como vimos nas enunciações das *Imagens 7 e 8*, o espanhol aparece nas placas de uma rodovia brasileira enunciando as instruções de trânsito, ou seja, em um espaço que

não ocupa o estatuto de língua oficial para que esteja presente em meios considerados como tal. O fato de a língua espanhola aparecer em uma rodovia brasileira, nos leva a entender que há muitos falantes desta língua que entram no Brasil, do mesmo modo que os brasileiros têm que entender espanhol. Assim, observamos que esses acontecimentos redividem os falantes e os lugares sociais na medida em que colocam essas línguas em relação.

A língua espanhola também se mostra presente nos acontecimentos relacionados às práticas de comércio e, a língua inglesa, para designar os produtos tecnológicos à venda no Paraguai. Ademais, pudemos identificar o funcionamento do portunhol na nomeação e identificação de um estabelecimento comercial (*Imagem 9*), significando a relação entre as línguas portuguesa e espanhola.

Observamos, então, que se trata de um espaço de enunciação com uma complexidade específica, na medida em que o português, enquanto língua oficial do Brasil, regula as demais línguas presentes nesse espaço - o espanhol, enquanto língua oficial dos Estados fronteiriços, a prática decorrente da relação entre as línguas, como o portunhol, o árabe e outras línguas de imigrantes e turistas, e o inglês como um modo de especificar os produtos tecnológicos comercializados na região.

Assim, a partir das análises desses conjuntos de acontecimentos de enunciação, vemos que são várias as línguas presentes nesse espaço enunciativo, de modo que a relação entre as línguas extrapola os limites geográficos e territoriais. Esses acontecimentos atestam de uma forma direta, uma convivência de línguas que podemos encontrar em outros lugares no Brasil separadamente, não globalmente. A convivência do árabe, por exemplo, não se dá no espaço de enunciação brasileiro como um todo, mas em espaços enunciativos locais como esse da fronteira, ou do interior do Estado de São Paulo, ou na capital amazonense, etc.

Ainda, cabe aqui registrar que não encontramos nenhum tipo de enunciado em língua guarani - língua oficial do Estado paraguaio e que, apesar de não ter o mesmo estatuto de língua oficial, também é falada no Brasil e Argentina -, ou em uma de suas divisões, o jopara. Isto se deve às relações de poder configuradas pelo Estado brasileiro e suas políticas linguísticas que, de certa forma, silenciam as enunciações nesta língua.

Na segunda parte de nossas análises, apresentamos outro *corpus*, que compreende 15 entrevistas realizadas em Foz do Iguaçu, com habitantes da região. Diferentemente da primeira parte do nosso material de análise, as perguntas das entrevistas dirigem as respostas

dos colaboradores, para que que seja possível reconhecer algo dito sobre o espaço de enunciação. Como vimos, logo na primeira pergunta, já há uma determinação sobre quais são as línguas que os entrevistados assumem, num primeiro momento, ou seja, eles assumem a voz do locutor-entrevistador. Sendo assim, o que nos interessou, como dados a serem analisados, foram as outras possíveis determinações estabelecidas pelos locutores entrevistados, para compreender como os falantes caracterizam suas relações com as línguas, o funcionamento e o modo de distribuição das línguas, e como se dá a relação política de presença e não presença desse conjunto de línguas e falantes. Ou seja, nossas descrições partem dos acontecimentos de enunciação em que as línguas estão presentes. É, portanto, o acontecimento que atesta o espaço de enunciação no qual ele se dá.

Com isso, observamos diferenças em relação à distribuição das línguas nos anúncios no espaço urbano. Mas antes de tratar dessas diferenças vamos retomar alguns pontos que circundaram as análises dessa segunda parte do nosso material. Vimos que quando o Locutor entrevistado se auto-determina falante de uma língua, este estabelece um lugar social. Entender esse agenciamento do locutor nos permitiu compreender os memoráveis que o mesmo traz para o presente do acontecimento e, também, o funcionamento das línguas nesse espaço de enunciação, de acordo com a perspectiva de um enunciador-individual.

Em outras palavras, por meio dessa autodeterminação de falar uma (ou mais) língua (s), assim como das caracterizações próprias da relação do falante com as línguas, pudemos observar, na cena enunciativa, o agenciamento deste locutor e o funcionamento das línguas nesse espaço de enunciação. Como por exemplo, na resposta à entrevista de *item 4.2.1*, em *português com certeza*, percebemos que embora se trate de uma resposta a uma pergunta dirigida, que já determina o que se entende por língua, a articulação de *português* a expressão *com certeza* nos permite atestar que este Locutor está agenciado por um lugar social de brasileiro (locutor-brasileiro), expressando a partir de uma perspectiva de um enunciador-individual, a certeza de falar a língua portuguesa.

Nesse e outros casos, observamos que essas expressões também sustentam o memorável da relação entre língua e nação, que se constitui na identificação do ideal de nação com as noções de etnia, território, história, língua, entre outros, sob a ação do Estado, o Estado-nação (HOBBSAWN, 2002, p. 40), indicando, portanto, o imaginário de língua una, de modo que há um apagamento da colonização e das outras línguas presentes no espaço de

enunciação brasileiro. Esse imaginário também se sustenta nas caracterizações da relação que os falantes descrevem com outras línguas, por exemplo na entrevista no *item 4.2.10*, o espanhol como língua una em Cuba e o francês, no Haiti, apagando todo processo de colonização e as demais línguas nos respectivos espaços enunciativos.

No que diz respeito ao que designa língua para os falantes entrevistados, de um modo geral, pudemos observar, a partir das reescrituras, as determinações de *português*, *espanhol*, *inglês*, *guarani* e *portunhol*, enquanto línguas, representado nos DSDs, que se deram de maneira dirigida pela própria pergunta colocada. Entretanto, quando se trata de portunhol e da relação entre espanhol e guarani, como vimos, há outras determinações, como por exemplo *mistura*, *fase* e *dinâmica*. Sendo assim, temos uma diferença na designação das diferentes línguas.

Em alguns casos, também apareceram o *francês* e o *alemão*. No caso da língua alemã, observamos nas enunciações do entrevistado, no *item 4.2.4*, que não se trata de uma língua materna, e sim de uma língua familiar, pois é falada por alguns membros da família, de modo que apesar de não ser falante desta língua, a compreende e, portanto, faz parte de seu ambiente familiar.

Importante mencionar que o *portunhol*, embora significado como língua, em muitas entrevistas, seu sentido também era determinado como *fase* ou *mistura*. Essas determinações sustentam, no presente do acontecimento, o memorável do portunhol enquanto língua de transição no processo de aprendizagem ou de que os falares de fronteira são misturas entre as línguas. Outro fenômeno decorrente da relação entre línguas, o jopara, também foi observado por alguns entrevistados. Comprovamos sua menção pelas reescrituras *guarani com espanhol*, trazendo o memorável da língua jopara, a mistura entre o espanhol e o guarani, apesar de não a nomear como jopara. Esse apagamento do nome pode nos sugerir o desconhecimento por parte destes falantes desse nome, ou que os mesmos não consideram essa mistura como língua.

De acordo com Orlandi e Souza (1988), “língua fluida” é a língua real, do uso, aquela que não pode ser contida, pois está constantemente se movendo. Em contrapartida, há a “língua imaginária”, que é idealizada, sistematizada, a língua da norma, “são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituições, a-históricas. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas imaginárias” (ORLANDI; SOUZA,

1988, p. 28). Sendo assim, os sentidos que determinam *portunhol*, assim como *guarani com espanhol* funcionam sustentados por esse memorável na relação com a língua imaginária ou língua fluida.

Embora esperássemos encontrar nas entrevistas um material mais diversificado, no que diz respeito às nacionalidades das pessoas, como vimos, a grande maioria dos entrevistados, são locutores agenciados pelo lugar social de brasileiro, com uma única exceção, apresentado no *item 4.2.13*, cujo locutor é agenciado pelo lugar social de argentino, por ser de nacionalidade argentina, habitante dessa região de fronteira, e estudante da UNILA. Assim, de um modo geral, observamos que a língua portuguesa funciona nesse espaço enquanto língua oficial, nacional e materna, no caso dos locutores-brasileiros, de modo que esta é a língua que regula o funcionamento e a distribuição das demais línguas presentes nesse espaço.

Então, o português, ao ser significado pelos falantes possui uma relação de confronto com as demais línguas presentes nesse espaço enunciativo, fazendo com que esteja posicionada em lugar de destaque, como língua oficial e nacional, sendo este lugar construído historicamente e socialmente. Com isso, podemos dizer que há o confronto entre as diversas línguas e os seus respectivos falantes, colocando o português em lugar de destaque, mas sempre em relação com as outras línguas, quer sejam elas maternas, francas ou estrangeiras neste espaço de enunciação, dependendo então do acontecimento enunciativo para que ocorra a presença de uma ou outra.

Além da língua portuguesa, outra língua que funciona nesse espaço enunciativo de modo dominante é a língua espanhola, como por exemplo, no *item 4.2.1*, em: “*Sabe, até quando vem americano aqui a gente fala espanhol*”. Nesse enunciado, temos no presente do acontecimento, um locutor agenciado pelo lugar social de brasileiro, que traz o memorável de que com americano deveria se falar inglês e, que esta é a língua franca de globalização. No entanto, em nossas análises, vimos que a locução propositiva *até quando* introduz o argumento *vem americano*, orientando para a conclusão de que se fala espanhol o tempo todo, inclusive com americano. Sendo assim, observamos não só nesse recorte como em outros, que nesse espaço de enunciação não há espaço para a língua inglesa, e sim o espanhol.

Embora o espanhol funcione nesse espaço de modo dominante, observamos que o *portunhol* é significado como língua franca, já que se trata de uma língua usada para o

“intercurso comum” (GUIMARÃES, 2006, p. 14). Ainda que seu significado se sustente no memorável da relação entre língua imaginária e língua fluida, como vimos anteriormente, o funcionamento desta língua é significado pelos falantes, de um modo geral, como uma língua de uso comum entre os habitantes dessa região de fronteira, falantes de diferentes línguas maternas, ou seja, pelo acontecimento enunciativo observamos nas entrevistas que o estatuto do portunhol se dá em uma relação diversa de falantes.

Além disso, seu funcionamento é significado pelo próprio movimento que a fronteira representa. Por exemplo, em 4.2.14, de acordo com a perspectiva do falante entrevistado, agenciado pelo memorável do portunhol enquanto língua de entremeio, o portunhol é uma prática decorrente da relação entre falantes de português e espanhol, sustentando o memorável de que a fronteira é um espaço de falares misturados, justificando o uso do portunhol.

Já no caso da língua guarani, assim como sua divisão na relação com a língua espanhola, o jopara, observamos que estas línguas são marcadas, no espaço de enunciação da fronteira de Foz do Iguaçu, pela identificação do sujeito paraguaio, isto é, a língua própria do sujeito de nacionalidade paraguaia, que ali nasceu, vive e se comunica e, portanto, funcionam como língua estrangeira ou alheia, ou seja, a língua usada por falantes que representam um outro Estado/Nação (GUIMARÃES, 2006, p. 16).

Entre as “misturas”, observamos nos acontecimentos que *portunhol* e *guarani com o espanhol* agenciam diferentemente os falantes nesse espaço fronteiro, pois enquanto o portunhol funciona como uma língua franca para o comércio e o turismo, independente da nacionalidade do falante, a mistura do guarani com o espanhol agencia os paraguaios enquanto um grupo distinto dos brasileiros, agenciando os brasileiros de forma a excluí-los da enunciação dos paraguaios.

Verificamos que a grande maioria dos entrevistados não se consideram falantes de guarani, mas afirmam ter contato com esta língua e, por isso, entendemos que essa língua e seus falantes estão presentes, de modo que esses não-falantes de guarani são afetados por esta língua, como língua estrangeira ou alheia, de seu lugar social de brasileiro. Assim, nessa distribuição desigual das línguas pelo espaço de enunciação, o guarani e o jopara se mantêm em uma posição diferente na hierarquia das demais línguas, sendo seu funcionamento significado de modo restrito às enunciações paraguaias.

Se olharmos para a fronteira como um todo, essa relação é ainda mais complexa. Pelo acontecimento enunciativo que observamos nas entrevistas, reconhecemos que embora o guarani e o espanhol, sejam as línguas oficiais do estado paraguaio, estas se distribuem de modo diferente aos falantes. E essa distribuição, também será diferente se observamos o espaço enunciativo argentino. No caso de Foz, os acontecimentos enunciativos atestam que o guarani (assim como a sua “mistura com espanhol”) está presente nesse espaço enunciativo, mas não conta, isto é, o guarani faz parte desse espaço de enunciação, mas está fora no sentido de pertencer politicamente, de modo que seus falantes estão ali, mas não fazem parte. Vemos então que falar na língua materna ou língua franca, no espaço de enunciação de Foz do Iguaçu, vai depender do acontecimento enunciativo e dos falantes envolvidos na cena enunciativa.

A língua inglesa também é mencionada na maior parte das enunciações dos entrevistados. No entanto, verificamos que esta língua não funciona nesse espaço enunciativo. Em muitos casos, observamos que o inglês é mencionado somente por conta do funcionamento do memorável desta língua enquanto uma língua franca e de globalização, mas que nesse espaço enunciativo, não ocupa este lugar.

É, portanto, nessa divisão na relação entre línguas, observado nas duas materialidades do nosso *corpus*, formado pelos anúncios e a das entrevistas, que percebemos a divisão e a distribuição hierárquica das línguas, onde o português, como língua oficial e nacional do Brasil, regula essas relações ocupando o topo da hierarquia das línguas. Sendo assim, observamos que os resultados das análises dos materiais distribuídos publicamente não correspondem às afirmações dos falantes.

Por exemplo, a língua inglesa aparece nos acontecimentos relacionados aos produtos tecnológicos, ou na designação de “supermercado”, que aparece somente atrás da enunciação em língua portuguesa, mas à frente das demais línguas, como observado no acontecimento no *item 4.1.2*, sendo possível atestar, portanto, seu estatuto como língua global. No entanto, nos acontecimentos enunciativos das entrevistas, os falantes afirmam que não há lugar para essa língua na medida em que a relação de línguas e falantes é restrita.

O árabe também aparece na nomeação de estabelecimentos, mas nas afirmações dos falantes entrevistados, essa língua não aparece. Ainda assim atestamos que esta língua é falada nesse espaço, mas também funcionando em uma relação restrita. Já o guarani,

entendemos que é falado em Foz, mas “só entre eles”, ou seja, em Foz do Iguaçu, o estatuto do guarani é somente uma relação de falante guarani com guarani.

Em contrapartida, a relação entre línguas e falantes de espanhol, português e portunhol é diversa. Português é relacionado com falante de português, que tem uma relação com falante de espanhol e portunhol. Só podemos dizer que o falante de português tem uma relação com o guarani, pelo fato que essa língua funciona nesse espaço, isto é, essa língua está ali distribuída por um falante, mas esse falante de português não estabelece uma relação enquanto falante.

Como já mencionamos, atestamos que nesse espaço de enunciação a língua que todos falam, independentemente da língua materna do falante é o portunhol. Nesse sentido, entendemos que o portunhol é distribuído pelo espaço enunciativo como uma língua franca. São, portanto, essas divisões e distribuições desiguais das línguas, que acabam proporcionando a questão política de pertencimento e exclusão dos sujeitos falantes.

É dessa maneira em que o político se insere, atuando, através do Estado, como regulador e agenciador dessa relação em um espaço de constante disputa entre línguas que ultrapassam os limites territoriais. Em outras palavras, é o político quem autoriza o locutor a se apropriar de uma ou outra língua, de acordo com o agenciamento enunciativo. E é essa movimentação de línguas nesse espaço multilíngue, que fundamenta as relações sociais entre os habitantes dessa região fronteiriça, configurando a particularidade desse espaço de enunciação.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Lei no. 26.468 de 17 de dezembro de 2008**. (Dispõe sobre o ensino de língua portuguesa). Disponível em: <http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/normas/13516.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

ARMATTO DE WELTI, Z. La macro-región guaraní. In: VARELA, L. (Org.). **Para una política del lenguaje en Argentina**. Buenos Aires: EDUNTREF, p. 117 – 128, 2011.

ARNOUX, E. [Entrevista disponibilizada em 10 de setembro de 2012, pelo Jornal Página12]. **Lo lingüístico es fundamental para la integración regional**. 2012. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-203013-2012-09-10.html>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ARROSSI, F. La intervención sobre las lenguas y dentro de la lengua. In: BEIN, R. (org). **Legislación sobre lenguas en la Argentina. Manual para docentes**. Buenos Aires, UBA, 2012. Disponível em: <http://www.linguasur.com.ar/panel/archivos/8e7b4dd361b63f707ab820a8c595f447manual-para-docentes.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de Linguística Geral I** (1966). Campinas, SP: Pontes, 1988.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de Linguística Geral II** (1974). Campinas, SP: Pontes, 1989.

BRASIL. **Lei no. 11.161**, de 05 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino de língua espanhola. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **Lei no. 12.189**, de 12 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12189-12-janeiro-2010-600347-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CABEZA DE VACA, A. N. **Comentários**. Coleção Farol do Saber. Curitiba, 1995.

CAMBLONG, A. M. Instalaciones en los umbrales mestizo-criollos. In: _____. (Org). **Para una política del lenguaje en Argentina**. Buenos Aires: EDUNTREF, p. 129 – 135, 2011.

CARBONETTI, M.; GONZÁLEZ, L. Las lenguas en el ámbito educativo. In: BEIN, R. (org). **Legislación sobre lenguas en la Argentina. Manual para docentes**. Buenos Aires, UBA, 2012. Disponível em: <http://www.linguasur.com.ar/panel/archivos/8e7b4dd361b63f707ab820a8c595f447manual-para-docentes.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

CELADA, M. T. **O espanhol para o brasileiro**: uma língua singularmente estrangeira. Campinas: UNICAMP/IEL. Tese de doutorado, 2002. 276 p. Disponível em: http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/Tese_MaiteCelada.pdf. Acesso em: 03 mar. 2018.

CONDÉ, V.G.A. **A Produtividade do Sufixo-Eria na língua portuguesa do Brasil**. Disponível em: http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/02_27.pdf. Acesso em: 12 mar. 2018.

DUCROT, O. **O Dizer e o Dito** (1984). Campinas, SP: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, E. Semântica Histórica da Enunciação. In: **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas, Pontes: 2002.

_____. A Marca do Nome. In: **Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI**. Campinas, SP. n.9, 2003.

_____. **Semântica Do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2005.

_____. (2005a). **A Língua Portuguesa no Brasil**. Revista Língua e Cultura, São Paulo, vol.57, n.02, 2005.

_____. (2005b). **Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil**. Campinas, SP: Cefiel/Iel/Unicamp, 2005, pp. 5 – 28.

_____. (2005c). **Brasil**: país multilíngue. Ciência e Cultura, São Paulo, Abril, SBPC, 2005.

_____. Espaço de enunciação e política de línguas no Brasil. In: SANTOS, Josalba & OLIVEIRA, Sheia Elias de (orgs.). **Mosaico de linguagens**. Campinas, SP, Pontes, 2006.

_____. Domínio Semântico de Determinação. In: A Palavra: Forma e Sentido, M.C. Mollica e E. Guimarães (orgs.). Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. **Texto e Argumentação**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. A enumeração, funcionamento enunciativo e sentido. **Cad.Est.Ling.**, Campinas, 51 (1): 49-68, jan/jun. 2009.

_____. Quando o eu se diz ele - Análise enunciativa de um texto de publicidade. **Revista da Anpoll**. 1, n.29, 2010. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/172>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. Semântica da enunciação e textualidade. In: **Estudos dos sentidos na semântica e no discurso**. S.M.S, da Silva e C.P, Machado (orgs.) São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARIANI, B. Colonização Linguística e Efeitos de Memória. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, Pontes, n. 32, p. 9-19, 2004.

MELIÀ, B. **Una nación, dos culturas**. RP ediciones/Cepag: Asunción, 1988.

_____. **La lengua guaraní del Paraguay: Historia, sociedad y literatura**. Madri: Mapfre, 1992.

_____. La crisis del bilingüismo en el Paraguay. In: **Congreso de la lengua española**. Cartagena de Indias, 2007. Centro virtual Cervantes. Disponível em: <http://congresosdelalengua.es/cartagena/participantes.htm#letram>. Acesso em: 02 ago. 2017.

_____. **Pasado, presente y futuro de la lengua guaraní**. Asunción: CEADUC, 2010.

MELIÀ, B. et al. **Guarani Retã**, 2008. Disponível em: <http://www.neppi.org/>. Acesso em: 02 ago. 2017.

ORLANDI, E. P.; SOUZA, T. C. C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E. P. **Política lingüística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1988.

ORLANDI, E. P. Língua e nação: uma questão e seu quadro de referência teórico. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, no. 23/24. Campinas, Pontes Editores, 1998.

_____. (Org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes editores, 2007.

_____. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PARAGUAI. **Constituição Nacional**. Asunción, 1992.

_____. **Ley de Lenguas**. Asunción, 2010.

PENNER, H. **Guaraní aquí. Jopara allá**: Reflexiones sobre la (socio)lingüística paraguaya. Bern: Peter Lang (Fondo hispánico de lingüística y filología), 2014.

PERIS, A. F.; LUGNANI, A. C. Um estudo sobre o eixo Cascavel-Foz do Iguaçu, na Região Oeste do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.104, jan./jun, 2003.

PONTE, A. A. O poder e a palavra: da implantação da língua espanhola à construção de sentidos para o novo mundo. **A Conquista do México**. São Paulo: USP/Língua Espanhola e Lit. Espanhola e Hispano Americ. Dissertação de mestrado, 2004.

RANCIÈRE, J. **Os nomes da história: uma poética do saber**. Campinas, SP: Pontes, 1994.

____. **O desentendimento**. Ed. 34. São Paulo. 1996.

REIS, C. F. Portunhol: a argumentação no processo de subjetivação e construção da identidade. In: SCHREIBER DA SILVA, S.M. (Org.). **Argumentação e movimento de línguas. Espaço de enunciação em São Carlos, Fronteira Brasil/ Uruguai, Argentina**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009. p. 29-51.

____. **Os Sentidos de Portunhol e Spanglish no Espaço Enunciativo da Internet: Um Estudo das Relações de Determinação e (Des)Legitimação**. Campinas: UNICAMP/IEL. Dissertação de mestrado, 2010.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. O sentido público no espaço urbano: a questão da língua. In: **Relatos**, no. 7, 2001. Disponível em: http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_07.html#apresenta. Acesso em: 02 ago. 2017.

RODRÍGUEZ-ZUCOLILLO, C. **Língua, Nação e Nacionalismo**: Um estudo sobre o guarani no Paraguai. Campinas: UNICAMP/IEL. Tese de doutorado, 2000.

RUBIN, J. **National Bilingualism in Paraguay**. Haia: Mouton. Tradução ao espanhol: Bilinguismo nacional em el Paraguay. México: Instituto Indigenista Interamericano, 1974.

STAHLHAUER, A.S.M. **A Representação de línguas no ciberespaço: um funcionamento enunciativo na contemporaneidade**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. Tese de doutorado, 2014.

STURZA, E.R. **Línguas de fronteira**: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. *Cienc. Cult*, 2005, vol.57, n.2, p. 47-50.

____. **Línguas de fronteiras e Políticas de Línguas**: Uma história das Ideias Linguísticas. Campinas: UNICAMP. Tese de doutorado, 2006.

TRUZZI, Oswaldo M. S. **De Mascates a Doutores**: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP; Brasília, DF: CNPq, 1991.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, mensus e colonos**: história do oeste paranaense. Curitiba: Departamento de História - UFPR, 1982.

ANEXO A - Questões para a entrevista

1. Nome ²⁰
2. Idade
3. País de origem
4. Escolaridade
5. Profissão
6. Qual(s) língua(s) você fala?
7. Onde/com quem você aprendeu as línguas que fala?
8. Como você se sente em relação ao seu conhecimento da(s) língua(s) que você diz que fala?
Você se considera fluente?
9. Além de falar, você também usa as línguas para escrever?
10. Através de que língua você se comunica no trabalho? Comente.
11. Através de que língua você se comunica com familiares e amigos? Comente.
12. Em que outras situações você usa cada uma das línguas que fala?
13. Como você se sente em relação ao uso dessas línguas?
14. Houve alguma situação em que você foi discriminado por ter usado uma língua e não outra?
15. Houve alguma situação em que você sentiu dificuldades por não entender uma das línguas que são faladas/escritas aqui na sua cidade?
16. O que você acha do uso de todas as línguas- espanhol, guarani, português, jopara, portunhol e outras línguas - nesta região? A seu ver, há diferença ao empregar uma ou outra?

²⁰ Os nomes dos entrevistados não serão divulgados.

ANEXO B - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
GRUPO 8 - (Resolução 466/2012 do CNS).

A DESIGNAÇÃO DAS LÍNGUAS E A SUA DISTRIBUIÇÃO PARA FALANTES NA
TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI – ARGENTINA

Eu, Amanda Castilho Azzali, estudante do Programa de Pós Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o (a) convido a participar da pesquisa “A Designação das línguas e a sua distribuição para falantes na Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina” sob orientação da Prof^a Dr^a Carolina de Paula Machado.

Nosso trabalho se aprofunda nas reflexões sobre as línguas no espaço fronteiriço do Paraguai e Argentina com o Brasil. Buscamos compreender como se dá nesse espaço a distribuição, a configuração e a condição das línguas. Nossa pesquisa é relevante no que se trata das relações e nas políticas de línguas, motivando reflexões nos estudos linguísticos sobre língua/linguagem.

Nessa pesquisa, colocamos em questão o imaginário de língua una, realizando uma reflexão sobre a distribuição política das línguas, sobre a condição delas, a configuração, sobre os processos de identificação de seus falantes e o que essas línguas designam nesse espaço de enunciação.

Analisaremos, a partir de suas respostas para esta entrevista, como as línguas constituem os falantes na sua prática social cotidiana, na rua, em lugares públicos, onde supomos que a determinação do Estado sobre as línguas tem um alcance menor do que em escolas e em outras instituições, e por isso, podemos compreender melhor a relação entre línguas oficiais e línguas não oficiais que são geralmente apagadas e assim dar visibilidade para essas línguas, principalmente para a que se denomina “jopara” e “portunhol” e, por consequência, a seus falantes.

Essa pesquisa pode, portanto, dar subsídios que possibilitem que os órgãos públicos, e também privados, pensem em práticas para incluir essas línguas e, por consequência, seus falantes, nas atividades sociais das quais muitas vezes são excluídos, numa região em que a multiplicidade linguística constitui seus falantes.

Por isso seu depoimento é de extrema importância para esta pesquisa. Você foi selecionado (a) por estar habitando e/ou circulando por esta região. Primeiramente você será convidado a responder uma entrevista semiestruturada com tópicos sobre diversos aspectos que envolvem a sua relação com as línguas portuguesa, guarani, espanhola e/ou outras nesse espaço fronteiriço.

A primeira e única entrevista será individual e realizada no próprio local de abordagem. Dessa maneira, não haverá nenhum tipo de custeio por parte do participante para realização da entrevista. As perguntas não serão invasivas à sua intimidade e será livre e respeitada a exposição de opiniões pessoais em responder as perguntas.

Na garantia de sua participação para esta pesquisa não gerar estresse e desconforto, você pode solicitar pausas nas entrevistas a qualquer momento, assim como a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento.

Caso você, participante, alegue algum tipo de embaraço em relação às perguntas, é dever do entrevistador interromper a entrevista e nesse momento serão retomados, os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Se bem quiser, a pesquisa pode ser encerrada a qualquer momento, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área dos Estudos da Linguagem e Políticas de Línguas, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para a pesquisa e divulgação científica. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá nenhum tipo de compensação em dinheiro pela sua colaboração. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos.

Todas as informações pessoais como nome, idade, informações de contato, etc., obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua

participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação. Para nossas análises, o que interessa são as reflexões que você fará ao responder sua pergunta e não detalhes pessoais.

Nossa entrevista será gravada, portanto, solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pela pesquisadora, garantindo que se mantenha a mais fidedigna possível. Essas transcrições serão comparadas para verificar a concordância entre elas, garantindo a fidelidade à gravação.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço eletrônico do pesquisador principal e se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se com o pesquisador pelos meios descritos abaixo.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone +55 (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Local e data: _____

Email e/ou telefone do Participante: _____

Nome do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador

Nome do Participante

Assinatura do Participante

ANEXO C - Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A designação das Línguas e sua distribuição para falantes na tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina.

Pesquisador: Carolina de Paula Machado

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68943317.8.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.259.886

Apresentação do Projeto:

Estudo de mestrado que prevê a participação de 30 sujeitos e visa realizar uma análise linguística com base na Semântica Histórica da Enunção (ou Semântica do Acontecimento) para proceder à análise da relação e à análise da distribuição das diferentes línguas para os sujeitos na fronteira Foz do Iguaçu/Ciudad del Este/Puerto Iguazú. Os participantes responderão a uma entrevista que será realizada no espaço de fronteira de Foz do Iguaçu. A pesquisadora também coletará anúncios de todos os tipos: rótulos de produtos, placas e outdoors como parte do corpus de dados.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos foram reescritos, trazendo melhora significativa na compreensão das metas da pesquisa.

Objetivo Primário:

Nossa análise busca alcançar uma melhor compreensão acerca da relação entre as línguas no espaço de enunção de fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Benefícios: contemplados

Riscos: contemplados

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Telefone: (16)3351-9683

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.259.886

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

1. A equipe de pesquisa deve envolver tanto a orientanda como a orientadora (e outros, se for o caso). A presente relatoria não acredita que esse equívoco justifique o retorno do projeto, apesar da menção.
2. O número de participantes foi reduzido para 15.
3. Embora o cronograma indique que a coleta de dados já teve início e fim, a relatoria entende que a referida fase ainda não teve início, uma vez que não ocorreu a aprovação pela CEP.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. TCLE: devidamente reapresentados
2. Instrumento de pesquisa: satisfatório em relação à questão ética (presente no arquivo de Informações Básicas do projeto e em arquivos separados, em 3 línguas).
3. Folha de rosto: devidamente apresentada.
4. Orçamento: apresentado.

Recomendações:

não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_924480.pdf	30/06/2017 14:05:14		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoenviadocomiteeticareformulado.docx	30/06/2017 13:59:42	Carolina de Paula Machado	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	30/06/2017 13:58:41	Carolina de Paula Machado	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLEespanhol.doc	26/06/2017 17:34:33	Carolina de Paula Machado	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.259.005

Ausência	TCL EEspanhol.doc	26/06/2017 17:34:33	Carolina de Paula Machado	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCL Eingles.docx	26/06/2017 17:34:25	Carolina de Paula Machado	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCL Eport_reformulado.docx	26/06/2017 17:33:56	Carolina de Paula Machado	Aceito
Outros	questoesentrevistaespanhol.docx	18/05/2017 12:59:03	Carolina de Paula Machado	Aceito
Outros	questoesentrevistaingles.docx	18/05/2017 12:58:03	Carolina de Paula Machado	Aceito
Outros	questoesentrevistaportugues.docx	18/05/2017 12:56:20	Carolina de Paula Machado	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 05 de Setembro de 2017

Assinado por:
Priscilla Hortense
(Coordenador)

ANEXO D - Transcrição das entrevistas

Entrevista 1:

P: Quantos anos você tem?

E1: Tenho 29.

P: E você é brasileiro?

E1: Sou brasileiro.

P: E qual a sua escolaridade?

E1: Até a oitava série.

P: E a profissão?

E1: Sou mensageiro e sou formado em vigilância também.

P: E quais línguas você fala?

E1: Falo espanhol mais ou menos, né. O básico. E o português com certeza.

P: E com quem você aprendeu espanhol?

E1: Com o meu pai. Ele é paraguaio. Ele mora aqui há muito tempo. Ele teve que pedir autorização para morar no Brasil. Mas eu aprendi com ele, né. Ele fala paraguaio, guarani, espanhol. E trabalhou bastante com hotelaria também. A minha mãe é brasileira.

P: Como você se sente em relação ao espanhol? Escreve, entende melhor do que fala?

E1: Espanhol pra escrever é pouco. Pra falar eu falo. Entendo tudo. Depende da pessoa que tá falando comigo, né. Se é o paraguaio, que fala com guarani junto é difícil.

P: E no trabalho, que língua você fala?

E1: No trabalho, aqui no hotel, uso as duas línguas. Espanhol bastante, viu?

P: E em casa? Seu pai, por exemplo, se comunica através de qual língua?

E1: Em casa só português. Ele se considera brasileiro, nem fala mais espanhol.

P: O que você acha de todas essas línguas presentes nessa região?

E1: Ah, tem diferença. Pra usar cada língua tem ocasiões. Sabe que o guarani eu queria aprender. Seria importante aprender o guarani. Principalmente quem mora aqui. E o básico do espanhol. É legal quando você faz amizade e consegue falar. Sabe, até quando vem americano aqui a gente fala espanhol.

Quando passa pra lá, pro Paraguai, dá pra ver no olho das pessoas, o jeito que elas te olham. Você quer tentar falar, se comunicar...por que você fala espanhol de um jeito né, diferente, e aí não consegue muito, mas consegue entender. Só que aí, quando eles percebem que você entende espanhol, eles passam para o guarani. Por que aí você não entende e eles não querem que você entenda e não é só no comércio, não. É qualquer ocasião, isso é discriminação, parece que estão querendo falar algo que eu não posso saber. Sabe, o que acho? Tem que ter mais oportunidade, né? Na escola, desde pequeno, aprender as línguas e a cultura. Eu não tive muita informação. Aprendi vivendo. É o futuro. Chego até me arrepiar.

Entrevista 2:

P: Quantos anos você tem?

E2: Tenho 26.

P: E você é brasileiro?

E2: Brasileiro, nasci em Londrina.

P: E mora aqui em Foz?

E2: Moro aqui em Foz desde janeiro. Na verdade, eu morei em Buenos Aires, por dois anos e por decorrência da vida vim morar e trabalhar em Foz e minha namorada estudar no Paraguai.

P: E a profissão?

E2: Sou autônomo. Formado em administração e trabalho por conta.

P: Quais línguas você fala?

E2: Falo inglês avançado, mas não fluente e tenho o espanhol fluente.

P: E onde você aprendeu essas línguas?

E2: O inglês eu estudei durante a adolescência, fiz curso privado, na escola nunca deu pra aprender direito e passei quatro meses nos Estados Unidos. Em 2015, fui parar na Argentina, onde morei dois anos e aí aprendi o espanhol. Aprendi na marra, no dia a dia.

P: Qual língua você mais usa quando está trabalhando?

E2: Português, inglês e espanhol por que eu continuo trabalhando com os argentinos. Na verdade, nunca uso o inglês. Desde que mudei pra Foz, o inglês não existe mais pra mim.

P: Teve algum momento em que você sentiu dificuldades por não entender alguma língua falada ou escrita aqui nessa região?

E2: Sim. Quando o paraguaio começa a falar em guarani, eu não entendo nada. Do lado de lá, no Paraguai, eles falam bastante entre eles em guarani, só que é uma conversa normal, natural. Espanhol para ler e falar é fácil, mas pra escrever é difícil.

P: Fale um pouco do que você acha de todas essas línguas presentes aqui nessa região.

E2: Acho que aqui é só do lado do Paraguai que falam guarani. Ou quando estão entre eles. É mais espanhol e português. E tem o portunhol. O portunhol também é bem falado aqui. Quem não fala espanhol, fala portunhol. Quem não fala português, fala portunhol e no fim das contas todo mundo se entende. Só ter boa vontade. E não é só turista que arrisca, as pessoas que vivem aqui são as que mais falam portunhol. Até por que existe uma relação comercial, por exemplo, se eu vou na Argentina comprar vinho e o atendente não fala português, ele quer vender. Então ele tenta falar português e acaba arrastando o portunhol. No Paraguai a mesma coisa.

Entrevista 3:

P: Quantos anos você tem?

E3: Tenho 23.

P: E você é brasileira?

E2: Sim. Sou de Londrina.

P: Qual sua profissão?

E3: No momento, estudante de Medicina. Estudo no Paraguai.

P: Quais línguas você fala?

E3: Português e espanhol.

P: Onde você aprendeu o espanhol?

E3: Na Argentina. Aprendi com o convívio, não fiz nenhum curso. Falar, escrever e entendo bem, não sei se tudo de acordo com a gramática deles, mas me considero falante.

P: No Paraguai, na faculdade, você se comunica em qual língua?

E3: Em Portunhol. Por que eu falo bem o espanhol, mas os professores querem muito aprender o português. A gente ali, não tá pra dentro do Paraguai, estamos bem perto da fronteira e os professores aprenderam um português mais ou menos então eles gostam de falar. Na aula eles falam, misturam tudo... Alguns tem mais idade e falam o espanhol deles, misturam com guarani, aí eu não entendo nada. O guarani é muito difícil. Eu cheguei a fazer algumas aulas de guarani, mas não entendi nada, não deu certo. E é assim, lá é uma mistura.

P: E você acha que essa “mistureira” é bom ou ruim pro seu aprendizado, para o seu dia a dia?

E3: Ah...As vezes é ruim por que eu queria treinar espanhol e não dá... tem muito brasileiro e eles não se esforçam para aprender e falar espanhol. A diferença que eu vejo aqui no Paraguai e na Argentina é que na Argentina [Buenos Aires], ou você fala espanhol, ou não fala nada. Eles não têm paciência, são muito fechados. Não aguentam o seu portunhol. Aqui é mais maleável por que estamos na fronteira e por conta disso eu sinto que acaba atrasando meu espanhol.

P: Você já ouviu falar do jopara?

E3: Não.

P: Seria a mistura do guarani com o espanhol.

E3: Ahhh, sim. É o que eles falam o dia todo ((rindo)). Mas eu acho que o guarani não vem muito pra Foz, não. Aqui ninguém aprende guarani, né. Tanto que os paraguaios mais jovens estão perdendo, não falam tão bem o guarani. É triste, né? Eles estão perdendo a cultura. Eu acho que eles têm mais interesse em aprender português pelas relações comerciais do que manter o guarani. Querem ser como o Brasil, mas eles não têm nem rua asfaltada. Só estão preocupados em fortalecer o comércio deles, em vender.

Entrevista 4:

P: Quantos anos você tem?

E4: Tenho 21.

P: Você mora em Foz?

E4: Sim, desde sempre. Nasci aqui. Estou terminando, último ano de psicologia.

P: Que línguas você fala?

E4: Português, mais ou menos do inglês e espanhol. Aprendi espanhol escutando música, vendo filmes, novelas e inglês assistindo série, fiz um curso de inglês pelas metades. Na escola regular nunca tive espanhol, inglês sim, mas aquela coisa básica, verbo “to be”, o essencial.

P: Você usa essas línguas também para escrever?

E4: Muito difícil. As vezes no whatsapp, no instagram, a gente conversa com algumas pessoas estrangeiras, porque eu trabalho no hotel também, aí eu vejo muito gringo então a gente vai praticando. Eu sou muito boa de escutar, eu entendo. Mas na hora de reproduzir pra mim é mais difícil. No trabalho uso mais o espanhol, inglês é mais difícil por que é um hotel de eventos, então inglês só quando é um evento muito grande. Aí lazer, aparece alguém da Argentina e a gente fala espanhol.

P: E entre sua família e amigos? Quais línguas estão presentes?

E4: A minha mãe, avó e tia falam alemão. Eu escuto, mas não interajo porque não sei falar, nem entender, elas falam só entre elas. Ficam sentadas tomando chimarrão e conversando em alemão.

P: Houve alguma situação em que você sentiu dificuldades por não entender alguma língua falada aqui na região?

E4: Não, mas é que assim, como eu trabalho em hotel, muita gente vem de fora, fora digo do Brasil mas afastado, tipo do Amazonas. Eles acham que a gente tem que saber o espanhol só por que estamos na fronteira. Mas não é assim. A gente não é obrigado a saber. É que a gente convive muito com paraguaios, por exemplo. Aí a gente vai escutando... mas não é dever da gente saber a língua dos países que fazem fronteira aqui.

Entrevista 5:

P: Quantos anos você tem?

E5: 19 anos.

P: E você é daqui de Foz?

E5: Sim, nascida em Foz, morei em São Paulo e voltei pra cá.

P: E você estuda?

E5: Sim, faço ensino superior. Design de interiores.

P: Você trabalha?

E5: Na verdade minha faculdade é online e por isso trabalho período integral.

P: Quais línguas você fala?

E5: Olha, eu falo português, mas a gente tenta um espanhol, as vezes tenta um inglês, tenta.

P: E no trabalho? Você precisa dessas línguas ou só fala em português?

E5: Não. As vezes precisa. Tem bastante cliente estrangeiro, da Argentina, do Paraguai, também aparece estrangeiro que fala inglês, e aí eu acabo usando o Google Tradutor. Para o espanhol não precisa, é mais fácil. Mas para o inglês eu sempre uso. Mas aí se não dá a gente só fica sorrindo. Não tem diálogo. Aqui no shopping éportunhol, é uma língua bem usada.

E5: Olha, é que eu não sou estudiosa. Mas se eu tivesse condições financeiras e não fosse tão preguiçosa, eu iria querer aprender várias línguas para não ter dificuldade de se comunicar.

Entrevista 6:

P: Quantos anos você tem?

E6: 19 anos.

P: Você estuda?

E6: Sim. Estou no 3º ano do Ensino Médio. Pretendo fazer pedagogia. Mas por enquanto sou aqui atendente.

P: Quais línguas você fala?

E6: Falo português, um pouquinho de espanhol e um pouquinho de inglês. Espanhol eu aprendi no colégio mesmo e o inglês eu faço curso. O colégio é público mesmo. Eu tive inglês até o 9º ano e agora no Ensino Médio a gente tem espanhol. Eu uso mais o espanhol, né. Por que aqui vem mais argentino do que americano. Para conversar dá tudo certo, para escrever já não tenho fluência.

E tem o guarani aqui. Mas só tive contato aqui no trabalho. Não sei falar, mas eu acho muito bonito. Eu acho bem interessante, que é uma variação super perto da gente, várias línguas, né. Não somente o português. Isso incentiva a gente a estudar um pouco a língua.

Entrevista 7:

P: Quantos anos você tem?

E7: 18 anos.

P: Você estuda e/ou trabalha?

E7: Sim, estudo. E sou do exército.

P: Quais línguas você fala?

E7: Português e entendo um pouco do espanhol. Só entendo, não falo nada.

P: O que você me diz das línguas que estão sendo faladas nessa região?

E7: Tem o guarani, né. É complicado, tem paraguaio que puxa mais para o guarani e tem outros que puxam mais para o espanhol. Mas mesmo assim eles falam muito rápido, complica

pra compreender. É difícil, só eles sabem. Mas eu nunca precisei. Sempre tem alguém junto que sabe e se precisar traduz.

Entrevista 8:

P: Quantos anos você tem?

E8: 29 anos.

P: Quais línguas você fala?

E8: Espanhol e português. Já aconteceu de falarem comigo inglês e francês e eu não entendia nada. Turista pedindo informação, né? Daí o guarani eu entendo, por que eu morei no Paraguai por 8 anos, até falo um pouquinho. Mas não aqui em Foz, só quando eu vou pra lá. Aí tem quando mistura com espanhol. É complicado, por que às vezes a pessoa sabe uma língua e não outra e se fala misturado não dá pra entender. Portunhol, por exemplo, eu acho mais normal. Por que aí a pessoa não sabe falar o espanhol e mistura com o português. A pessoa tá tentando falar, né.

Entrevista 9:

P: Quantos anos você tem?

E9: Tenho 42 anos.

P: Nacionalidade?

E9: Sou brasileiro, moro aqui em Foz..

P: Quais línguas você fala?

E9: Só falo português. Mas às vezes tem que tentar espanhol, sabe como é. Porque na verdade eu trabalhei na área de garçom e você tem que saber se virar, né. Tentar de todo jeito falar alguma coisa. E aqui o que mais tem é gente da Argentina ou do Paraguai. E lá, ainda tem o guarani. Só que é muito difícil. É pra quem mora e nasceu lá, né. Aqui eles não se atrevem. Trabalhei uns dois anos na ponte também. Sempre ouvi, mas nada que você não consiga sair da situação. Tudo dá jeito.

Entrevista 10:

P: Quantos anos você tem?

E10: Tenho 24.

P: Você estuda?

E10: Sim. Saúde coletiva, na UNILA.

P: Quais línguas você fala?

E10: Básico de francês, espanhol por causa da universidade e o português.

P: Onde ou com quem você aprendeu essas línguas?

E10: Eu sou de São Paulo, então tinha um programa de línguas lá e aprendi o francês. Espanhol com meu avô, ele é cubano, então desde criança. Mas não sou fluente, né. Acho que isso é a coisa mais difícil. Então, as vagas na universidade são divididas em duas: para pessoas brasileiras e a outra metade para a América Latina. Então além de ter o pessoal do Haiti, que fala francês, a grande maioria fala espanhol. Então as aulas são administradas nas duas línguas: português e espanhol. Então depende do professor, mas o professor tem que saber as duas línguas. Mas, olha... para se comunicar às vezes a melhor saída é o portunhol. Dá para dar uma boa enrolada. Dá para perceber que aqui todo mundo enrola. E no Paraguai também já percebi que eles misturam o guarani com o espanhol. Eles têm essa mistura. Eles

estão conversando entre eles em guarani, daí de repente eles trocam rapidinho de língua, ou enfia uma palavra em espanhol, é uma loucura.

Entrevista 11:

P: Qual sua profissão?

E11: Estudante do 3º ano do colegial.

P: Quais línguas você fala?

E11: Falo um pouco do espanhol. Inglês bem ruinzinho e português.

O espanhol eu convivo desde que eu sou criança. Por que meu pai trabalha no Paraguai. E eu tenho também meus tios que moram lá. E eu sempre assisti TV paraguaia, por algum motivo. E o inglês na escola, estou fazendo um curso agora mas está bem difícil. O espanhol é bem mais fácil pra mim. E aí, com amigos brasileiros e família falo português, com os amigos paraguaios eu falo espanhol

P: Houve alguma situação em que você foi discriminado por ter usado uma língua e não outra?

E11: Aqui, não. No Paraguai, sim. Eles são bem preconceituosos com brasileiros. Eles bulinam bastante, na verdade. Se você tá passando no meio da rua, comprando as coisas... Eles não têm respeito, parece. Eles vão falar mal de você. Não sei explicar. Eles não gostam da gente por algum motivo. E falam mal na cara dura em espanhol.

P: O que você acha de todas as línguas presentes nesta região?

E11: Ah, não sei. Tem o portunhol, né. Eu acho bem legal essa dinâmica. Por que veja bem, a gente tem aqui Argentina e Paraguai e ninguém do Brasil sabe falar espanhol. É só jogar o -R ali na frente de uma palavra normal em português e você acha que tá falando espanhol. É o portunhol, aí se entendem. Nossas línguas são muito iguais. Acho isso muito legal.

Entrevista 12:

P: Quantos anos você tem?

E12: 20

P: Qual sua nacionalidade?

E12: Brasileira. Moro aqui em Foz.

P: Qual sua profissão?

E12: Estudante de Fisioterapia.

P: Quais línguas você fala?

E12: Só português. Entendo espanhol, mas não sei falar. Se aparecer alguém falando em espanhol eu nem arrisco. Eu tenho vergonha. Eu deixo a pessoa falar em espanhol, mas se for pra eu falar só falo em português. Até agora deu certo. Eu prefiro responder em português do que em portunhol. Meu padrasto fala espanhol, português e guarani. Quando ele fala em guarani, é impossível entender alguma coisa.. Ele nem é paraguaio, viu? Ele trabalha no guarda-volumes da ponte. Então ele foi aprendendo. E fala super bem.

Entrevista 13:

P: Qual sua nacionalidade?

E13: Sou argentino. De Buenos Aires. Estudo na UNILA. Ciências Políticas.

P: Quais línguas você fala?

E13: Falo espanhol, português e o básico do inglês.

P: Com quem você aprendeu essas línguas?

E13: Espanhol e inglês aprendi na minha terra. E o português aqui, falando com vocês. Na Universidade normalmente se fala mais português, porque a grande maioria dos estudantes são brasileiros. Mas todos os professores sabem espanhol também, de tal forma que se você não souber alguma coisa em português, só perguntar que eles te explicam. É praticamente uma aula bilíngue. É uma pedagogia diferente, por ser uma universidade especial e única. Como desenvolvi meu português muito rápido, não cheguei na fase do portunhol, sabe? Não me serviu. E quando anoto alguma coisa da lousa, na sala de aula, já prefiro anotar em português por que as palavras são mais curtas e é mais fácil para escrever. Então isso me ajudou a aprender rápido.

Entrevista 14:

P: Quantos anos você tem?

E14: 22 anos.

P: Qual sua profissão?

E14: Estudo História na UNILA.

P: Quais línguas você fala?

E14: Português e Inglês. Espanhol bem pouco.

Eu vejo que no geral, na cidade e na Universidade, né. Porque estudo na UNILA... a maioria dos hispanqs-hablantes tentam falar português. Então a gente meio que nem precisa do espanhol. Acaba que sendo em portunhol. Mas a gente vive aqui na fronteira, né? Eu sinto falta de aprender com mais profundidade e sistematicamente a língua espanhola. É uma língua importante. Ainda mais estudando na UNILA.

Entrevista 15

P: Quantos anos você tem?

E15: 18

P: Qual sua profissão?

E15: Estudo História na UNILA.

P: Quais línguas você fala?

E15: Português. Estou tentando aprender espanhol e o inglês.

A gente tem uns professores lá na Universidade que não falam português. Mas mesmo eu não sabendo falar certinho, isso não me atrapalha. A gente acaba tendo que ler muito texto em espanhol. E acho que no fim é tudo portunhol. Você precisa aprender a falar portunhol para poder aprender a falar espanhol. Não tem jeito. É uma fase.

P: O que você acha de todas as línguas presentes aqui?

E15: Olha, o guarani eu sei que tem. Mas é pouquíssimo presente lá na universidade. Tem muita gente que fala, mas aí eles preferem falar o espanhol. Mesmo a língua materna dele sendo a língua indígena, ele prefere usar o espanhol. Às vezes eu percebo que existe uma preocupação maior por parte dos espanhóis em falar português. Eles não se sentem confortáveis em falar espanhol com a gente. Talvez por medo de que a gente não entenda. Ou simplesmente por ... não sei. A gente percebe.

Entrevista 16

P: Quantos anos você tem?

E16: 23

P: Nacionalidade?

E 16: Brasileiro. Sou daqui de Foz.

P: Escolaridade?

E16: Estou cursando ensino superior. Administração.

P: Quais línguas você fala?

E16: Falo espanhol.

P: Onde ou com quem você aprendeu espanhol?

E16: A gente aprende com o pessoal aí, né? A gente vive na fronteira. Se o pessoal não souber espanhol... A gente se vira. Faz parte. A gente nasce ouvindo.

P: Através de qual língua você se comunica no trabalho?

E16: As duas.

P: E entre amigos e familiares?

E16: Só português.

Entrevista 17

P: Quantos anos você tem?

E17: Eu tenho 13

P: Nacionalidade?

E17: Brasileira.

P: Escolaridade?

E17: Tô na oitava série.

P: Quais línguas você fala?

E17: Português e um pouco do inglês. Por causa da escola, né. A gente só vai começar a estudar espanhol a partir do 1º ano do colegial. Então... eu não falo espanhol, mas a gente escuta aqui o tempo todo.

Entrevista 18

P: Quantos anos você tem?

E18: Eu tenho 11

P: Nacionalidade?

E18: Brasileira.

P: Escolaridade?

E18: Eu tô no 6º ano.

P: Quais línguas você fala?

E18: Português. Na escola tem inglês, né. Mas eu não gosto. Não preciso.

Entrevista 19:

P: Quantos anos você tem?

E19: Tenho 31.

P: Nacionalidade?

E19: Paraguai.

P: Quais línguas você fala?

E19: Tenho que ir. Ele chegou.

Entrevista 20:

P: Quantos anos você tem?

E20: 30.

P: Nacionalidade?

E20: Brasileiro

P: Quais línguas você fala?

E20: Português. Olha, desculpe. Não dá mesmo. Tô com pressa.